

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
NÍVEL DOUTORADO**

DENISE DE OLIVEIRA

**INOVAÇÃO SOCIAL NO MEIO RURAL:
Do acampamento na antiga Fazenda Annoni até a Cooperativa de Produção
Agropecuária Cascata Ltda (COOPTAR)**

SÃO LEOPOLDO - RS

2021

DENISE DE OLIVEIRA

INOVAÇÃO SOCIAL NO MEIO RURAL:

**Do acampamento na antiga Fazenda Annoni até a Cooperativa de Produção
Agropecuária Cascata Ltda (COOPTAR)**

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do título de doutora em Ciências Sociais, pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS.

Orientadora: Profa. Dr.^a **Adriane Vieira Ferrarini**

O48i

Oliveira, Denise de.

Inovação social no meio rural: do acampamento na antiga Fazenda Annoni até a Cooperativa de Produção Agropecuária Cascata Ltda (COOPTAR) / Denise de Oliveira. – 2021.
158 f. : il. color. ; 30 cm.

Tese (doutorado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, São Leopoldo, 2021.

“Orientadora: Profa. Dr.^a Adriane Vieira Ferrarini.”

1. Evolução social. 2. Economia social. 3. Cooperativas agrícolas. 4. Trabalhadores rurais. I. Título.

CDU 316.334.55

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Bibliotecária: Bruna Sant’Anna – CRB 10/2360)

Dedico esta tese ao meu esposo, Marcos, e ao meu filho, Marcos Júnior, companheiros desta jornada, com amor, admiração e gratidão pela compreensão, carinho e presença incansável.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é fruto de uma caminhada construída a partir de buscas, encontros, histórias e interações que me oportunizaram grandes aprendizagens e reflexões. Assim, agradeço profundamente todas as pessoas que me ajudaram, apoiaram e encorajaram no desenvolvimento desta tese, que muito agregou em minhas ações acadêmicas, profissionais e pessoais.

Aos homens e mulheres que compõem o coletivo da COOPTAR, que me acolheram e aceitaram socializar suas histórias de vidas, construídas pelo trabalho coletivo que transformou suas realidades, estimulando e dando sentido ao desenvolvimento desta pesquisa.

À minha orientadora, Prof. Dra. Adriane Vieira Ferrarini, pela confiança, pela relação respeitosa que desenvolvemos, pelos ensinamentos e por suas valiosas contribuições que fundamentaram esta pesquisa.

Às instituições de ensino IFRS – Campus Sertão e IFSul - Campus Lajeado, onde atuei profissionalmente durante os primeiros períodos do doutorado, e IFRS – Campus Erechim, em que atuo, pelo apoio e incentivo durante todo o período do curso e desenvolvimento da pesquisa.

Aos professores do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, em especial ao professor Solon, ao professor Gaiger e à professora Adriane, pelos momentos especiais de interação, socialização e construções de saberes.

À secretaria do PPG em Ciências Sociais, em especial à Maristela, pelo empenho e disposição em desburocratizar os procedimentos.

À amiga e colega Elisane, pela amizade, pela parceria nas viagens para as aulas e pelo apoio durante todo o período do curso.

Aos meus amigos, Márcia e Wemerson, que chegaram em minha vida como colegas de trabalho e se transformaram em forças presentes na minha caminhada.

Aos meus irmãos, Sandra, Jaquelina e Evandro, pelo apoio e incentivo de sempre.

À luz divina, pela força e conforto nos momentos de dificuldade.

“Não dá para querer mudar a sociedade para depois nós mudarmos as relações. A gente precisa mudando as relações, e assim a gente vai mudando a sociedade”.
(Maria Salete Campigotto - Educadora do Campo)

“Há muito a ser feito, sempre há. O ser humano tem essa incrível capacidade de nunca estar satisfeito. Pena que às vezes ele se acomoda nele mesmo e para de se superar”.
(Mário Lill - integrante do coletivo da COOPTAR)

RESUMO

A pesquisa realizada na presente tese visou analisar a inovação social desenvolvida em um coletivo de agricultores que compõe a Cooperativa de Produção Agropecuária Cascata Ltda (COOPTAR), indagando a sua potencialidade transformadora ao longo de uma trajetória de 30 anos. A COOPTAR é um empreendimento da economia solidária de cooperação agrícola, constituído por famílias de agricultores assentadas em um dos blocos de terra originados da antiga Fazenda Annoni, no município de Pontão/RS, que vivenciam um sistema cooperativado de forma integral, no qual a terra e os meios de produção são de propriedade e uso coletivo. Este coletivo foi criado a partir de um intenso e emblemático processo de mobilização social que apresenta um histórico de conflitos e anos de resistências, na busca pelo direito de trabalhar e viver da terra, gerando uma nova forma de vivência econômica, social e cultural, em resposta à profunda escassez de recursos e à necessidade do alcance da viabilidade econômica para subsistências de suas famílias. O referencial teórico-metodológico se valeu do conceito de inovação social transformadora proposto por Avelino *et al.* (2014) e Haxeltine *et al.* (2017), que se distingue da perspectiva da inovação social instrumental. No contexto da inovação social na perspectiva transformadora, abordou-se a inovação social em práticas da economia solidária e a inovação social no meio rural, vinculando os três campos, na medida em que a economia solidária apresenta potencialidade transformadora e muitos empreendimentos econômicos solidários se encontram no meio rural. A pesquisa caracterizou-se como qualitativa, com procedimento de estudo de caso, tendo como instrumentos de coleta de dados: revisão bibliográfica e documental, observação e entrevistas semiestruturadas. Os dados foram analisados pela técnica de análise de conteúdo. Os achados evidenciaram que a inovação social na perspectiva transformadora se confirmou nas experiências da COOPTAR, devido à criação de uma nova cultura de atuação coletiva, fundamentada nas práticas democráticas e no desenvolvimento de conhecimentos e habilidades que envolvem novas maneiras de produzir e viver. Entre as principais transformações, destacam-se: a mudança para a produção cooperativada e ecológica, a qualificação das estruturas físicas (de trabalho, das residências e dos espaços de convivência), o desenvolvimento do sentido de coletividade com respeito e valorização da individualidade, a redução significativa de desigualdades de gênero, a melhoria da qualidade de vida, a capacidade de autossustentação das famílias e a adesão da nova geração para a continuidade e aprimoramento permanentemente da cooperativa. O estudo conclui que a inovação social na perspectiva transformadora envolveu o desenvolvimento de uma cultura de inovação, além de que os processos de formação permanente (no âmbito do MST) e a prática coletiva e autogestionária da economia solidária foram facilitadores a geração desta cultura.

Palavras-chave: Inovação Social. Transformação Social. Economia Solidária. Cooperação Agrícola. Assentamento.

ABSTRACT

The research carried out in this thesis aimed to analyze the social innovation developed in a collective of farmers that make up the Cooperativa de Produção Agropecuária Cascata Ltda (COOPTAR), investigating its transformational potential over a 30-year trajectory. COOPTAR is an enterprise of the solidarity economy of agricultural cooperation, constituted by families of farmers seated in one of the blocks of land originated from the old Farm Annoni, in the municipality of Pontão / RS, who experience an integral cooperative system, in which the land and the means of production are owned and used collectively. This collective was created from an intense and emblematic process of social mobilization that presents a history of conflicts and years of resistance, in the search for the right to work and live on the land, generating a new form of economic, social and cultural experience, in response to the deep scarcity of resources and the need to achieve economic viability for their families' livelihoods. The theoretical-methodological framework used the concept of transformative social innovation proposed by Avelino *et al.* (2014) and Haxeltine *et al.* (2017), which is distinguished from the perspective of instrumental social innovation. In the context of social innovation in the transformative perspective, social innovation in solidarity economy practices and social innovation in rural areas were addressed, linking the three fields, as the solidarity economy presents transformative potential and many solidarity economic enterprises are found in rural areas. The research was characterized as qualitative, with a case study procedure, with data collection instruments: bibliographical and documentary review, observation and semi-structured interviews. The data were analyzed using the content analysis technique. The findings showed that social innovation in the transformative perspective was confirmed in the experiences of COOPTAR, due to the creation of a new culture of collective action, based on democratic practices and the development of knowledge and skills that involve new ways of producing and living. Among the main transformations, the following stand out: the shift towards cooperative and ecological production, the qualification of physical structures (work, homes and living spaces), the development of the sense of collectivity with respect and appreciation of individuality, the significant reduction in gender inequalities, an improvement in the quality of life, the ability of families to self-sustain and the adhesion of the new generation for the continuity and permanent improvement of the cooperative. The study concludes that social innovation in the transformative perspective involved the development of a culture of innovation, in addition to the fact that the ongoing formation processes (within the scope of the MST) and the collective and self-managed practice of the solidarity economy were facilitators in the generation of this culture.

Keywords: Social Innovation. Social Transformation. Solidarity Economy. Agricultural Cooperation. Settlement.

LISTA DE SIGLAS

CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEB	Comunidade Eclesiais de Base
COCEARGS	Central das Cooperativas de Reforma Agrária do Rio Grande do Sul
COOPTAR	Cooperativa de Produção Agropecuária Cascata Ltda
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CPA	Cooperativa de Produção Agropecuária
CRISES	<i>Centre de recherche sur les innovations sociales</i> (Centro de Pesquisa sobre Inovações Sociais)
CETAP	Centro de Tecnologias Alternativas Populares
EUA	Estados Unidos
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
LOC	Laboratório Organizacional de Campo
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MAB	Movimento de Atingidos por Barragens
MMTR	Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais
MLP	Perspectiva Multinível
OCDE	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
PNRA	Plano Nacional de Reforma Agrária
RQIS	<i>Réseau Québécois en Innovation Sociale</i> (Rede Quebequense em Inovação Social)
SCA	Sistema Cooperativista dos Assentados
TRANSIT	<i>TRANSformative Social Innovation Theory</i> (Teoria da Inovação Social Transformativa)

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Modelo do Processo de Inovação Social.....	38
Figura 2 – Processo de Inovação Social	39
Figura 3 – Framework do Processo de Inovação Social.....	39
Figura 4 – Dinâmica do Processo de Inovação Social Transformadora.....	68
Figura 5 – Localização do Município de Pontão /RS.....	77
Figura 6 – Processo da Pesquisa	79
Figura 7 – Categorias de Análise dos Dados Coletados.....	89
Figura 8 – Elementos Facilitadores a Geração de Inovação Social (Ocupação e Acampamento)	98
Figura 9 – Elementos Facilitadores a Geração de Inovação Social (Constituição da COOPTAR)	103
Figura 10 – Elementos Facilitadores a Geração de Inovação Social (Período de 1994 a 2000)	117
Figura 11 – Elementos Facilitadores a Geração de Inovação Social (Período de 2001 a 2010)	127
Figura 12 – Elementos Facilitadores a Geração de Inovação Social (Período de 2011 a 2020)	136

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Foto 1 – Setor de Autoconsumo da COOPTAR	115
Foto 2 – Setor de Autoconsumo da COOPTAR	116
Foto 3 – Pomar da COOPTAR.....	121
Foto 4 – Pomar da COOPTAR.....	122
Foto 5 – Sistema Agropastoril da COOPTAR.....	124
Foto 6 – Sistema Agropastoril da COOPTAR	124
Foto 7 – Centro de Convivência da COOPTAR.....	125
Foto 8 – Centro de Convivência da COOPTAR.....	125
Foto 9 – Agrovila do Coletivo COOPTAR.....	129

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Elementos da Inovação Social Transformadora	49
Quadro 2 – Características da Economia Solidária	57
Quadro 3 – Elementos da Inovação Social no Meio Rural	66
Quadro 4 – Manifestações Inerentes à Mudança e à Inovação	68

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Informações em sites de jornais, revistas coletadas a partir do site de pesquisa <i>Google</i>	80
Tabela 2 – Dados Coletados dos Participantes Internos da COOPTAR.....	84
Tabela 3 – Dados Coletados dos Participantes Externos.....	85
Tabela 4 – Categorias dos Elementos Facilitadores à Inovação Social Transformadora	87
Tabela 5 – Categorias dos Elementos Facilitadores à Inovação Social Transformadora	87
Tabela 6 – Categorias Identificadas nos Dados Coletados.....	87
Tabela 7 – Categorias de Análise do Estudo	88

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	16
1 INOVAÇÃO SOCIAL: ANTECEDENTES, CONCEITOS, ATRIBUTOS, AMBIENTES E PROCESSOS.....	21
1.1 ABORDAGEM ECONÔMICA DA INOVAÇÃO.....	21
1.2 CONTEXTUALIZAÇÃO DA INOVAÇÃO SOCIAL	25
1.3 ATRIBUTOS DA INOVAÇÃO SOCIAL.....	30
1.4 AMBIENTES GERADORES DA INOVAÇÃO SOCIAL	32
1.5 PROCESSO DA INOVAÇÃO SOCIAL.....	36
2 PERSPECTIVAS DA INOVAÇÃO SOCIAL.....	43
2.1 INOVAÇÃO SOCIAL NA PERSPECTIVA INSTRUMENTAL.....	43
2.2 INOVAÇÃO SOCIAL NA PERSPECTIVA TRANSFORMADORA	47
2.2.1 Inovação Social em Práticas de Economia Social e Solidária	52
2.2.2 Inovação Social no Meio Rural	58
2.2.3 Teoria da Inovação Social Transformadora	67
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	76
3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA.....	76
3.2 COLETA DE DADOS.....	79
3.3 ANÁLISE DOS DADOS.....	85
4 A OCUPAÇÃO DA ANTIGA FAZENDA ANNONI E O ACAMPAMENTO.....	90
4.1 CONTEXTO DA OCUPAÇÃO DA ANTIGA FAZENDA ANNONI E O PERÍODO DO ACAMPAMENTO	90
4.2 COOPERAÇÃO AGRÍCOLA COMO ESTRATÉGIA PARA O FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR.....	99
5 ATUAÇÃO DA COOPTAR: PERSPECTIVAS DE PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS E TRANSFORMAÇÕES GERADAS.....	108
5.1 INÍCIO DAS ATIVIDADE PRODUTIVAS DA COOPTAR.....	108
5.2 PERSPECTIVAS DE PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS	119
5.3 TRANSFORMAÇÕES GERADAS E DESAFIOS.....	128
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	139
REFERÊNCIAS.....	147
APÊNDICES.....	157
Apêndice A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)	157

Apêndice B - Inovação Social Transformadora - Roteiro de Entrevista	158
---	-----

INTRODUÇÃO

A chegada do século XXI foi acompanhada pelo desenvolvimento pautado essencialmente por princípios da economia de mercado, o que provocou diversas inovações e transformações, promovendo um aumento significativo da riqueza em escala global. Entretanto, as inovações e as mudanças não redundaram em melhorias voltadas ao bem-estar das comunidades. O modelo atual de desenvolvimento econômico tende a enaltecer o controle dos sistemas produtivos, a acumulação de riquezas e a perpetuação da hierarquia social em detrimento da valorização do trabalho humano, elevando ainda mais as desigualdades sociais e econômicas e um preocupante desequilíbrio ambiental (KLEIN *et al.*, 2016).

Neste sentido, a sociedade tem sido constantemente desafiada a encontrar respostas aos inúmeros desafios e dilemas sociais. Dentre os empenhos observados nesta perspectiva, a inovação social tem ocupado espaços globais em razão das possibilidades de superação aos desafios sociais, econômicos, ambientais e políticos do século XXI, tornando-se um termo presente em contribuições práticas e acadêmicas, bem como em uma variedade de relatórios de políticas públicas (AVELINO *et al.*, 2019; DOMANSKI; HOWALDT; KALETKA, 2020; MOULAERT; MACCALLUM; HILLIER, 2013).

O interesse pela inovação social tem sido motivado principalmente pelas possibilidades de aplicação em diversas questões complexas e emergenciais da atualidade (como a exclusão, a alienação, a opressão econômica, a degradação ambiental, entre outras) e, ainda, pela possibilidade de promover a transformação social (AVELINO *et al.*, 2019; DOMANSKI; HOWALDT; KALETKA, 2020; MOULAERT; MACCALLUM; HILLIER, 2013).

Apesar do brilho de novidade, alguns autores referem a inovação social como uma dinâmica natural na História, percebida em ações criativas dos indivíduos em respostas às necessidades e buscas por melhores condições de vida humana (CAJAIBA-SANTANA, 2014; MCGOWAN, WESTLEY, 2015). O que parece ser novo são os significados e papéis conferidos à inovação social a partir dos preceitos científicos e econômicos da modernidade (FERRARINI, 2019).

Entre as diferentes maneiras de organização que impulsionam iniciativas socialmente inovadoras, visualizou-se a reação às crises que afetam a sociedade, por meio de movimentos sociais e engajamento dos cidadãos (KLEIN *et al.*, 2016), como também por meio de empresas com finalidade de estimular o empreendedorismo social (HOWALDT; SCHWARZ, 2011; PHILLS; DEIGLMEIER; MILLER, 2008), até mecanismos de aprendizagens e estímulos de políticas públicas, como laboratórios, *hubs* e incubadoras sociais (parcerias entre universidades

e órgãos públicos) (BUND *et al.*, 2013, MILLEY *et al.*, 2018).

Em todas as formas, as iniciativas sociais ocorrem como uma intervenção idealizada por atores sociais para responder uma aspiração, oferecer soluções ou aproveitar uma oportunidade, buscando modificar uma situação ou promover novas orientações culturais (BOUCHARD, 2012). Entretanto, mais importante que do formato da organização da inovação social, é refletir sobre qual a motivação, ou seja, ao que a inovação social está reagindo. Essa reflexão poderá elucidar o sentido ético-político da inovação social (FERRARINI, 2019; MOULAERT; MACCALLUM; HILLIER, 2013).

Os aportes teóricos da inovação social recebem influências de diferentes áreas do conhecimento, desenvolvendo-se em um contexto interdisciplinar e transdisciplinar, contribuindo para uma diversidade de concepções que indicam um campo complexo, dinâmico e em construção (CAJAIBA-SANTANA, 2014; MOULAERT; MACCALLUM; HILLIER, 2013). As distintas interpretações sobre a inovação social sinalizam a eminência de duas grandes perspectivas na literatura internacional: a instrumental e a que gera transformação social (CAJAIBE-SANTANA, 2014; LÉVESQUE, 2014; MONTEIRO, 2019).

Abordada principalmente no âmbito dos estudos organizacionais, a perspectiva instrumental da inovação social envolve o atendimento de uma demanda social. Evidencia o processo criativo promovido pelos empreendedores sociais, ao lado do papel da filantropia e de soluções individuais diante dos principais problemas sociais, por meio de iniciativas de negócios. Boa parte dos pesquisadores que assumem essa perspectiva se concentra nos elementos de geração de renda e do acesso a bens de consumo e serviços para populações mais vulneráveis ou para aumentar seu bem-estar econômico (ANDION *et al.*, 2017, MURRAY; CAULIER-GRICE; MULGAN, 2010; NICHOLLS, 2010, MONTEIRO, 2019).

A segunda perspectiva desenvolve o debate sobre a inovação social a partir de um contexto mais amplo que perpassa o atendimento de uma necessidade social, visando chegar à transformação de uma realidade social. Nesta concepção, a inovação social é abordada como o impulso das transformações nos paradigmas mentais, nas formas de interpretação e nos quadros cognitivos de uma determinada sociedade (AVELINO *et al.*, 2014; KLEN *et al.*, 2016 MOULAERT; MACCALLUM; HILLIER, 2013). As inovações sociais nas relações, organizações e instituições são interpretadas como condutoras para a promoção de novas formas de desenvolvimento (KLEN *et al.*, 2016).

Conforme Klein *et al.* (2016), a inovação social que gera transformação depende especialmente de um processo coletivo de aprendizagem e de criação que permite aos sujeitos aproveitarem melhor suas potencialidades de atuação. Por conta disso, a construção do

conhecimento pode ser o elemento transformador da inovação social. Contudo, este não é um processo que ocorre espontaneamente, mas que desafia a capacidade reflexiva dos atores sociais (FONTAN, 2016). As principais explicações da evolução das sociedades podem ser observadas na experimentação social em comunidades, o que envolve o acompanhamento contínuo do ambiente social e das atividades que estão ocorrendo neste contexto.

A inovação social tem sido vista como uma solução promissora para preencher lacunas causadas pela política de austeridade, ou como meio de atender aos “grandes desafios do século XXI” (BOCK, 2012). A área rural enfrenta desafios significativos na atualidade, em relação à geração de renda, à mudança demográfica, à modernização da produção, ao meio ambiente, entre outros, com consequências que afetam a qualidade de vida da população rural. No entanto, em alguns lugares, esses desafios estão sendo ativamente enfrentados e superados com novas ideias sociais (SCHERMER; KROISMAYR, 2020), pois a inovação social vincula-se à sociedade como a arena onde a mudança ocorre, bem como também manifesta a necessidade de mudança na própria sociedade (BOCK, 2012).

Neumeier (2012) destaca que a ausência da reflexão sobre a inovação social no contexto rural constitui uma das restrições à vitalidade e ao desenvolvimento das comunidades rurais. Embora o conceito da inovação social e sua importância no desenvolvimento rural seja reconhecido na teoria, mecanismos implícitos (elementos que contribuem para sua estruturação) à inovação social ainda não foram tão pesquisados. Ainda que o surgimento e o desenvolvimento da inovação social no desenvolvimento rural possam ocorrer em conjunto com medidas políticas que apoiem a inovação social, tem-se pouco conhecimento sobre como podem ser concebidas para ter sucesso. Portanto, para melhor compreender a inovação social, bem como os seus potenciais e limitações no desenvolvimento rural, pesquisas adicionais ainda são necessárias (NEUMEIER, 2016).

Neste sentido, a pesquisa tem como contexto um coletivo de agricultores que compõe a Cooperativa de Produção Agropecuária Cascata Ltda (COOPTAR), constituído por famílias de agricultores assentados em um dos blocos de terra originados da antiga Fazenda Annoni, no município de Pontão/RS, que vivenciam um sistema cooperativado de forma integral, no qual a terra e os meios de produção são de propriedade e uso coletivo. Este coletivo foi criado a partir de um intenso processo de mobilização social, em um contexto histórico de conflitos e anos de resistências na busca pelo direito de trabalhar e viver da terra, o que gerou uma nova forma de vivência econômica, social e cultural em resposta à profunda escassez de recursos e a necessidade de alcançar a viabilidade econômica para subsistência de suas famílias.

A COOPTAR se diferencia entre as muitas experiências de cooperativas nos demais

assentamentos originados da antiga Fazenda Annoni, sendo o único grupo de agricultores coletivos que resistiu desde a criação, em 1990. Apesar de ter sido estimulada durante sua trajetória pelas propostas políticas do Movimento dos Sem-Terra (MST), como muitas cooperativas que também seguem o modelo de organização e propostas políticas do Movimento, a atuação do coletivo da COOPTAR se diferencia das experiências cooperativadas também orientadas e estimuladas pelo Movimento em diversas regiões do país, pela atuação, capacidade em se reinventar e criar respostas aos desafios.

Compreende-se que as abordagens de negócios não são suficientes para a superação de inúmeras expressões da questão social causadas pelo capitalismo (como o desemprego, a privação de recursos, a de alienação, entre outras) que obstaculizam uma vida digna a populações de diversas regiões do planeta, especialmente no Brasil. Neste sentido, o interesse pelo tema surgiu, partindo do pressuposto que, por meio da inovação social que gera transformação, as pessoas possam encontrar meios para construir espaços que possibilitem o desenvolvimento de forças positivas para melhorar suas condições de vida.

A importância acadêmica da pesquisa está na contribuição com o desenvolvimento do campo de estudos sobre a inovação no meio rural e na perspectiva de transformação social, tendo em vista que a literatura sobre inovação na perspectiva transformadora tem sido amplamente desenvolvida por inúmeras pesquisas fundamentadas em experiências em países do Norte (KLEIN, *et al.*, 2016; MOULAERT; MEHMOOD, 2020; LÉVESQUE, 2016). Porém, estudos em países do Sul, como o Brasil, ainda são escassos. Cabe destacar que as expressões da questão social enfrentadas em países do Sul são muito mais críticas e, por isso, exigem iniciativas além das limitações e dos dilemas para chegar ao alcance da transformação, reforçando a importância do desenvolvimento de pesquisas que possam gerar contribuições das especificidades de inovações sociais que geram transformação nestes contextos.

A partir da literatura (pela revisão bibliográfica), bem como pela pesquisa exploratória (com as primeiras idas a campo), identificou-se preliminarmente a existência da inovação social, inclusive que está na origem da própria manutenção desta experiência, pois, caso contrário, a experiência não teria essa longevidade. Entretanto, pela baixa presença de publicações que relacionam inovação social ao meio rural e pela ausência acerca de inovação social na comunidade em estudo, este trabalho visa identificar, caracterizar e analisar as inovações sociais ao longo da trajetória da cooperativa, identificando os elementos facilitadores à geração da inovação social.

Para cumprir esse propósito, esta pesquisa se desdobrou nos seguintes objetivos: (a) compreender as diferentes perspectivas históricas e teórico-conceituais da inovação social e

suas implicações práticas; (b) identificar e caracterizar as inovações sociais ao longo da trajetória da comunidade; (c) conhecer os elementos que propiciaram a constituição de um ambiente inovador; (d) analisar a multidimensionalidade típica das formas contra hegemônicas da economia solidária (autogestão), no papel do indivíduo no coletivo, na ação das lideranças e da autonomia da comunidade.

Esta tese está estruturada em cinco capítulos, além da introdução e das considerações finais. A introdução apresenta uma síntese das principais reflexões sobre o tema proposto.

No primeiro capítulo, contextualiza-se teoricamente a inovação social, apresentando seus antecedentes, os principais conceitos, atributos, ambientes e processos da inovação social que subsidiam o desenvolvimento do estudo.

No segundo capítulo, apresenta-se o surgimento de duas perspectivas da inovação social: a perspectiva instrumental da inovação social e a perspectiva da inovação social transformadora. No contexto da inovação social transformadora, aborda-se, também, a inovação social em práticas da economia social solidária, a inovação social no meio rural e apresenta-se a teoria da inovação social transformadora.

No terceiro capítulo, descrevem-se os procedimentos metodológicos adotados, os quais possibilitaram o desenvolvimento empírico do tema proposto na tese.

No quarto capítulo, realiza-se a interpretação e a análise dos elementos facilitadores à geração da inovação social apresentado em duas seções: a primeira aborda o Contexto da Ocupação da Antiga Fazenda Annoni e o Período do Acampamento (1985 a 1993) e a segunda trata da Constituição da COOPTAR como Estratégia para o Fortalecimento da Agricultura Familiar (1990 a 1993).

No quinto capítulo, desenvolve-se a interpretação e a análise dos elementos facilitadores à geração da inovação social na COOPTAR apresentada em três seções. A primeira seção aborda o Início das Atividades Produtivas do coletivo, compreendendo o período de 1994 a 2000 (1ª década de atuação). A segunda seção trata das Perspectivas de Práticas Sustentáveis, abrangendo o período de 2001 a 2010, configurando (2ª década de atuação). A terceira seção versa sobre as Transformações Geradas e os Desafios, envolvendo o período de 2011 a 2020. Também, realiza-se a vinculação dos elementos facilitadores à geração da inovação social na trajetória do coletivo.

Por fim, nas considerações finais, desenvolvem-se os achados da pesquisa com ênfase no alcance dos objetivos específicos, assim como identificam-se as lacunas existentes que sugerem para futuras agendas de pesquisas.

1 INOVAÇÃO SOCIAL: ANTECEDENTES, CONCEITOS, ATRIBUTOS, AMBIENTES E PROCESSOS

Para cumprir os propósitos desta tese, desenvolve-se, inicialmente, um contexto teórico sobre a inovação na abordagem econômica, sua origem e seu desenvolvimento no debate científico. Na sequência, apresenta-se a contextualização da inovação social, compreendendo as primeiras referências, principais conceitos, atributos, ambientes geradores de inovação social e processos de inovação social que fundamentam o desenvolvimento do estudo.

1.1 ABORDAGEM ECONÔMICA DA INOVAÇÃO

A inovação pode ser representada como um processo inerente ao histórico da evolução das sociedades manifestada nas ações criativas dos indivíduos ao desenvolver alternativas para suas necessidades e para a melhoria das condições de vida (CAJAIBA-SANTANA, 2014; MCGOWAN, WESTLEY, 2015).

O debate científico sobre inovação tem origem nas abordagens relacionadas ao desenvolvimento econômico. Economistas da escola clássica, especialmente Adam Smith e David Ricardo sinalizam a temática em suas análises sobre os aspectos econômicos das nações (COSTA, 2016).

Smith ([1776]1996), no capítulo inicial de sua obra *A Riqueza das Nações*, que foi publicado originalmente em 1776, destaca a divisão técnica do trabalho como uma dinâmica capaz de aumentar a riqueza da nação. O economista aponta a segmentação da produção em etapas como a possibilidade de aumento da produtividade por meio da especialização de tarefas e habilidades exercidas pelos trabalhadores. Além disso, elucida que o aprimoramento do processo produtivo poderia advir também do desenvolvimento do saber científico, vinculando à capacidade de criar uma situação distinta (ainda que momentânea) para gerar a composição do lucro (COSTA, 2016; PAIVA, *et al.*, 2018).

A evolução técnica também é abordada na obra de David Ricardo denominada *Princípios de Economia Política e Tributação*, publicada originalmente em 1817. No capítulo *Sobre a Maquinaria*, o economista analisa a introdução das máquinas em substituição ao trabalho humano e sua influência no desemprego (RICARDO, [1817/1821]1982). O autor considera que as novas técnicas de manufatura permitem a redução dos custos de produção (redução dos preços gera aumento da demanda e estimula o investimento), impulsionando a expansão do mercado e reempregando, assim, parte dos trabalhadores. Contudo, tanto para Smith ([1776]1996) quanto para Ricardo ([1817/1821]1982), o destaque do avanço técnico

abordado em seus estudos não passou dos efeitos sobre a atividade econômica (COSTA, 2016; IZERROUGENE, 2006).

Em um contexto mais sociológico, a teoria desenvolvida por Karl Marx reconhece o papel do progresso técnico na dinâmica econômica capitalista. Fundamentado nas formulações sobre trabalho concreto e abstrato, valor e mais-valia, Marx ([1867]1984), em *O Capital*, publicado em 1867, relaciona as inovações de bem de capital e o aprofundamento da divisão social do trabalho como instrumentos para o processo de acumulação de capital. Apesar da importância que atribui às novas técnicas no desenvolvimento dos modos de produzir em sociedade, seus estudos ocupam-se com a compreensão do processo de mudança histórica desses modos de produção, envolvendo mais as consequências e os impactos gerais do desenvolvimento tecnológico (mecanização para a força de trabalho), ou seja, os efeitos econômicos e sociais das inovações do processo de produção. Entretanto, seus debates servem como um importante ponto de partida no desenvolver teórico da inovação (ALBUQUERQUE, 2010; COSTA, 2016).

A partir dos estudos do economista austríaco Joseph Alois Schumpeter é que a inovação se edifica de forma mais sistemática como uma variável central na teoria do desenvolvimento econômico (CAJAIBA-SANTANA, 2014; DA COSTA, 2016; MOULAERT; MACCALLUM; HILLIER, 2013). Em sua obra *Teoria do Desenvolvimento Econômico*, publicada em 1912, Schumpeter ([1912/1942]1982) introduz um campo de reflexão fundamentado na experiência industrial do início Século XX, estabelecendo fundamentos da inovação nas mudanças econômicas das nações.

Na abordagem *schumpeterina*, o desenvolvimento de uma empresa (ou atividade artesanal) está relacionada a um processo de mudança da técnica, que impulsiona o crescimento econômico. O processo de inovação está relacionado à criação de uma nova ideia em detrimento da atual e as inovações são consideradas alterações relevantes que surgem por meio da realização de novas combinações que podem envolver: (a) introdução de um novo bem ao mercado; (b) introdução de um novo método de produção, baseado na descoberta de uma nova tecnologia ou nova maneira de manejar comercialmente uma mercadoria; (c) abertura de um novo mercado; (d) descoberta de uma nova fonte de matéria-prima; e, por fim, (e) reorganização de um processo produtivo ou mudança significativa na posição de concorrência (SCHUMPETER, 1985).

Em seus escritos, tanto na *Teoria do Desenvolvimento Econômico*, como em outras obras, como *Ciclos de Negócios e Capitalismo*, *Socialismo e Democracia*, Schumpeter (1985, 1939, 1961) caracteriza o processo de produção como uma combinação de forças produtivas

que incluem elementos materiais (fatores originais de produção) e imateriais (ambiente sociocultural, percepção e decisão econômica). O autor também destaca que os longos ciclos do desenvolvimento no capitalismo resultam das combinações que geram um setor líder na economia, ou um novo paradigma que passa a impulsionar o crescimento rápido dessa economia, os quais são caracterizados pelos processos de desenvolvimento tecnológico. Esses processos são representados pela chamada destruição criativa ou descontinuidade de uma situação, tendo como elemento impulsionador a capacidade de inovar constantemente (destruindo, com isso, antigas regras, artefatos, saberes, práticas, entre outros), possibilitando a superação de momentos de declínio econômico (SCHUMPETER, 1985).

Desde então, a inovação esteve relacionada com uma ideia de obtenção de renda extraordinária para a organização, gerando valor agregado de produtos, de processos e de serviços. Por consequência, a compreensão da inovação vinculou-se ao desenvolvimento de capacidades competitivas dentro um livre mercado, tornando-se um atributo fundamental para o crescimento econômico (SCHUMPETER, 1985).

Os estudos acadêmicos sobre a inovação desenvolvem-se, em sua grande maioria, evidenciando as perspectivas tecnológicas, de processos, de produtos e de mercados e seus impactos econômicos. Entretanto, o termo também tem se propagado por meio de diferentes áreas do conhecimento (como Sociologia, Gestão, Ciências Políticas, Empreendedorismo, entre outras), recebendo subsídios de diversos autores e incorporando também novos agentes, motivações e significados ao conceito (BIGNETTI, 2011; MOULAERT; MACCALLUM; HILLIER, 2013; CAJAIBA-SANTANA, 2014).

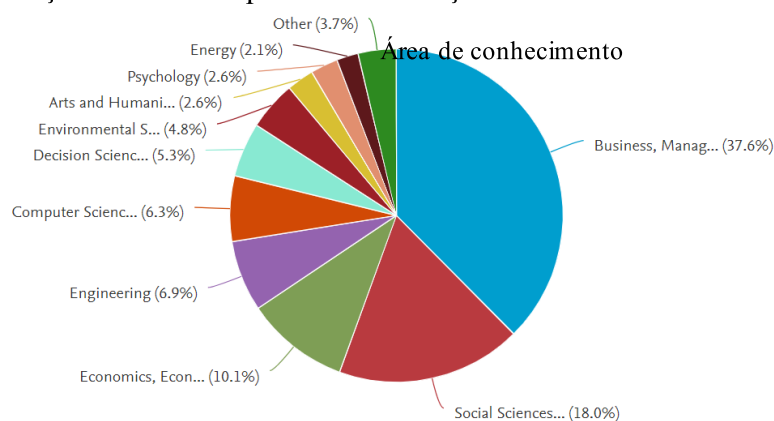
O documento designado Livro Verde Sobre Inovação, criado pela Comissão Europeia para identificar elementos que geram inovação e fomentar a capacidade inovadora na Europa, registra inovação como um sinônimo de produção bem-sucedida, de assimilação e de exploração da novidade no plano econômico e em esferas sociais (COMISSÃO EUROPEIA, 1995). Esse conceito passa a sinalizar a abordagem também como um fenômeno social (CAJAIBA-SANTANA, 2014).

O Manual de Oslo, que é um documento produzido pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e um dos principais acervos sobre o uso de dados em pesquisas sobre inovação, agrega avanços importantes sobre a compreensão do processo de inovação (OCDE, 2005). Em sua terceira edição, o documento abre espaços para estudos e novidades na área não tecnológica, bem como para os vínculos entre os diferentes tipos de inovação, incluindo a implementação de pesquisas sobre inovação em países em desenvolvimento (OCDE, 2005).

Em 2009, a OCDE realizou em Paris o primeiro *workshop* abordando os desafios sociais. O evento objetivou avaliar a compreensão atual sobre a temática e analisar as oportunidades e os limites da inovação para enfrentar os desafios sociais. Entre os principais desafios sociais sinalizados, destaca-se a importância da mobilização da ciência, da tecnologia e da inovação não apenas para geração de benefícios econômicos, mas também para antecipar e responder as necessidades sociais. O debate contribuiu para atualizações no Manual de Oslo que, na sua quarta edição (OECD/EUROSTAT, 2018), incluiu uma estrutura para mensurar a inovação além do Setor de Negócios, avançando também para o debate em pesquisas sobre inovação desenvolvida por organizações públicas, organizações sem fins lucrativos, grupos familiares e indivíduos.

As produções científicas sobre inovação desenvolvidas nos últimos anos também sinalizam a ampliação do debate sobre a temática para além das demandas econômicas, como pode ser visualizado na Gráfico 01.

Gráfico 1 – Publicações Sobre Pesquisas em Inovação



Fonte: Elaborado pela autora a partir de *Scopus* (2021).

Para identificar esta distribuição das publicações, foi realizado um levantamento de produções científicas publicadas nos últimos cinco anos sobre inovação, através do Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e na base de dados Scopus. A base de dados Scopus (desenvolvida pela editora Elsevier) é a maior base de dados interdisciplinar de referências bibliográficas e resumos de literatura revisada por pares. Essa base disponibiliza pesquisas nas áreas de ciência, tecnologia, medicina, ciências sociais, artes e humanidades (ELSEVIER, 2020). Este levantamento ocorreu durante o mês de março de 2020, usando como estratégia de busca o termo “*innovation research*”, por meio de pesquisa avançada nos campos título, resumo e palavras-chave. A amostra temporal foi referente ao período de 2015 a 2020 e identificou 103 publicações, envolvendo diversas áreas

do conhecimento. A escolha temporal se deve em razão de que diversos estudos apontam para levantamentos de pesquisas sobre inovação desenvolvidas até o período de 2014 (BIGNETTI, 2011; CAJAIBA-SANTANA, 2014; MOULAERT; MACCALLUM; HILLIER, 2013), mas, verifica-se ausência de apontamentos sobre a temática após esse período.

Gestão e Negócios continua sendo a área de conhecimento que motiva o maior número de publicações (71 artigos). Esta área desenvolve o debate em relação às questões tecnológicas (DARWISH, BUNAGAN; 2019; MA, LEE; 2019), aos processos e serviços (LI *et al.*; 2020; HÜGEL, KREUTZER, ROTTKE; 2019; MARQUES, 2019; COLES, PITEROU, SENTIC, 2018; PANTANO, PRIPORAS, DENNIS; 2018; ERZURUMLU, 2018; DOHA *et al.*, 2017), ao comportamento empreendedor (GUAN *et al.*, 2019; SAUNILA, 2019; GUILLÉN, KUNZE, 2019; BIGA-DIAMBEIDOU *et al.*, 2019; GIUDICI, REINMOELLER, RAVASI, 2018), aos empreendimentos familiares ou individuais (AHLUWALIA, MAHTO, WALSH, 2018, SCIASCIA, *et al.*, 2015), entre outros.

Entretanto, verifica-se também que as publicações envolvem pesquisas sobre a temática em múltiplas áreas do conhecimento, especialmente em Ciências Sociais (34 artigos). Estes estudos estão focados nas discussões em relação às políticas inovadoras (Li, 2020; MAO *et al.*, 2019, FERREIRO, SOUZA, 2019, SCHUBERT, 2015), ao contexto educacional (MAO *et al.*, 2019; SANSOM, 2017; KILLEN, 2015), a inovação colaborativa (HWANG, 2020; AUDRETSCH, BELITSKI, 2019; CHEAH, YONEVAMA, HO, 2019; ANZOLA-ROMÁN, BAYONA-SÁEZ, GARCÍA-MARCO, 2019), ao desenvolvimento sustentável (DENNIS, JAMES; 2018; JAYAKUMAR, 2017; STRAMBACH, SURMEIER, 2016), entre outros.

Após um vínculo histórico da inovação com a tecnologia, embasada na abordagem econômica, surgem novas perspectivas interdisciplinares e multidisciplinares sobre a temática no campo cultural, político, educacional e, principalmente, no campo social. Isso indica um importante desafio que o contexto da inovação transita diante de inúmeras demandas humanas, desenvolvendo-se, também, no contexto social. Nesse sentido, no próximo tópico será apresentada a temática da inovação social, compreendendo suas definições e características.

1.2 CONTEXTUALIZAÇÃO DA INOVAÇÃO SOCIAL

Embora o conceito de inovação tenha se desenvolvido na literatura a partir da perspectiva *schumpeterina* (início do século XX), diversos pesquisadores apontam que a inovação social tem raiz em período anterior a inovação de produtos e serviços de Schumpeter (1985) (GODIN, 2012; HOWALDT; SCHWARZ, 2017; MOULAERT; MACCALLUM; HILLIER, 2013; MUNFORD, 2002).

Mumford (2002) destaca o trabalho de Benjamin Franklin como o precursor da inovação social (sem usar o termo direto), ao propor pequenas modificações na organização social das comunidades na Filadélfia (EUA), no século XVIII. O estudo de Gabriel Tarde (1899), que analisa processos sociais que geram inovação, também é um dos estudos referidos como pioneiro sociológico da inovação social (AYOB; TEASDALE; FAGAN, 2016; HOWALDT; SCHWARZ, 2017).

No entanto, apesar de sinalizações antigas, o termo “inovação social” passou a ser propagado na década de 1960, em vários contextos sociais, como, por exemplo, pelos movimentos sociais de estudantes e de trabalhadores em cidades europeias e americanas. Em ações coletivas diferentes, mas agregando motivações similares, a temática tensionava transformações sociais que possibilitassem avanços nos direitos individuais e na participação coletiva em ascensão social. Também, no mesmo período, o debate acadêmico, envolvendo questões como igualdade de gênero, emancipação, democracia, entre outros temas sociais, incorporou-se nos debates públicos (MOULAERT; MACCALLUM; HILLIER, 2013).

As primeiras referências de conceituação sobre inovação social são oriundas de estudos no campo da Psicologia. George W. Fairweather, em 1967, introduz a inovação social ao debate acadêmico em um contexto de críticas às políticas sociais e às estruturas burocráticas no setor da saúde dos Estados Unidos (EDWARDS-SCHACHTER; WALLACE, 2017). Fairweather (1967) desenvolve estudos relacionados ao design e avaliação de alternativas para as principais questões sociais e define inovação social como um experimento social que gera alternativas para os problemas sociais.

Na década seguinte, James B. Taylor (1970) utiliza termo “invenção social” na análise da dinâmica de cooperação entre profissionais em diferentes equipes de trabalho. Em seu estudo, Taylor (1970) relata os processos pelos quais ações interdisciplinares superam incompatibilidades e introduzem diversas inovações sociais em uma comunidade. O autor descreve inovação social como formas aperfeiçoadas de ação, novas formas de se fazer as coisas e novas invenções sociais (EDWARDS-SCHACHTER; WALLACE, 2017; MOULAERT; MACCALLUM; HILLIER, 2013). James Coleman (1970) também usa o termo "invenção social" para descrever novas formas de relacionamento social e organização social (MOULAERT; MACCALLUM; HILLIER, 2013).

No mesmo período, alguns pesquisadores abordam a inovação social em paralelo a inovação tecnológica, como o estudo de Gabor (1970) (membro do Clube de Roma), que analisa a contribuição da inovação social e tecnológica para o desenvolvimento e o estudo de Holt (1971), que caracteriza a inovação social em um contexto organizacional. Holt (1971) distingue

a inovação social (novos padrões sociais de interação humana) da inovação tecnológica (novas tecnologias) e defende que ambas integram a inovação e geram mudanças em um sentido amplo, envolvendo o uso do conhecimento na criação e na introdução de algo novo (EDWARDS-SCHACHTER; WALLACE, 2017).

É importante destacar, que o início do desenvolvimento de pesquisas sobre inovação social ocorre diante do avanço da globalização, do surgimento da “sociedade do conhecimento” (referência vinculada a publicação do estudo de Peter Drucker, denominado de Sociedade Pós-capitalista) e de diversas inquietações ambientais que surgiam no período. Paralelamente, ocorre um aumento de organizações internacionais sem fins lucrativos e de iniciativas do terceiro setor e de movimentos sociais que fomentam ações em diversas esferas (como, por exemplo, na saúde, na educação, na geração de renda, etc.), movimentando setores econômicos informais (EDWARDS-SCHACHTER; WALLACE, 2017).

Dentre estas iniciativas, destacam-se a organização Ashoka nos EUA, na década de 1980 (desenvolvendo ações de estímulo ao empreendedorismo social), o Banco Grameen de Muhammed Yunus, em 1976 (implantando um sistema de microcrédito destinado à população pobre de Bangladesh) e o Movimento do Cinturão Verde, em 1977, em Nairóbi (estimulando ações direcionadas a conservação ambiental, a capacitação e ao desenvolvimento comunitário). Tais ações passam a estimular o desenvolvimento de pesquisa em inovações sociais, incluindo os movimentos sociais na dinâmica das relações de poder e de transformação social (EDWARDS-SCHACHTER; WALLACE, 2017).

A partir da década de 1980, inovação social passou a ser pesquisada por outras áreas de conhecimento (além da Psicologia e da Sociologia) (CAJAIBA-SANTANA, 2014; MOULAERT; MACCALLUM; HILLIER, 2013). O debate acadêmico sobre inovação social tem se desenvolvido ao longo das últimas décadas em um campo transdisciplinar. Entretanto, muitos estudos sinalizam para um conjunto de abordagens metodológicas e de práticas ainda não consolidadas (CAJAIBA-SANTANA, 2014; EDWARDS-SCHACHTER; WALLACE, 2017; MILLEY *et al.*, 2018; MOULAERT; MACCALLUM; HILLIER, 2013; POL; VILLE, 2009).

As definições envolvem desde novas ideias ou combinação de ideias (que podem ser manifestadas por meio de produtos, serviços, métodos, entre outros) (MUMFORD, 2002; POL; VILLE, 2009; MURRAY; CAULIER-GRICE; MULGAN, 2010; NICHOLLS, 2010), até novas práticas de intervenções (como, por exemplo, programas de formação profissional e desenvolvimento sustentável e projetos de trabalhos colaborativos) para o enfrentamento de inúmeras situações complexas e emergenciais das sociedades contemporâneas (MOULAERT;

MACCALLUM; HILLIER, 2013; CAJAIBA-SANTANA, 2014; KLEIN *et al.*, 2016).

Os estudos orientados para a prática indicam que o termo “inovação social” tem sido empregado para representar uma diversidade de atividades, compreendendo inovações sociais específicas (como, por exemplo, micro finanças e comércio justo), novas formas de abordar questões e necessidades sociais (como, por exemplo, empreendedorismo social, empresa social, finanças sociais) e novos espaços para estimular a geração da inovação social (como, por exemplo, laboratórios de inovação social, *hubs* e incubadoras) (MILLEY *et al.*, 2018; NESTA, 2014; TEPSIE, 2014; SiG, 2016a.).

Para Cloutier (2003), a inovação social é uma ação e alteração duradoura que ocorre a partir da cooperação entre diversos atores e tende ao desenvolvimento de indivíduos, de territórios ou de negócios. As inovações sociais lidam com consumo, uso do tempo, inserção no mercado de trabalho, habitat, saúde e segurança das pessoas.

A dinâmica envolvendo novas ideias, interações sociais e o alcance de objetivos comuns compõem o conceito de inovação social desenvolvido por Mumford (2002). Para o autor, inovação social consiste na geração e na implementação de novas ideias sobre diversas formas em que as pessoas organizam atividades interpessoais, com o desígnio de atender objetivos comuns. Sua abordagem indica que a geração da inovação social exige uma troca ativa de informações e a elaboração de ideias através de socializações com outras pessoas em um contexto propício. O processo da criatividade humana apresenta-se como impulsionador do desenvolvimento de inovações sociais (MUMFORD, 2002).

Phills, Deiglmeier e Miller. (2008) abordaram a temática na perspectiva de uma escola de negócios e definem inovação social como uma solução inovadora para um problema social, sendo tal solução mais eficaz, eficiente, sustentável ou justo que as soluções existentes e criando valor agregado principalmente à sociedade como um todo, e não aos indivíduos. Para os autores, uma inovação social pode ser um produto, um processo ou uma tecnologia, mas, também, pode ser uma ideia, uma legislação, uma intervenção, ou uma combinação desses elementos. O estudo também aponta a importância da mudança de papéis das organizações nas diferentes esferas (públicas, privada e sem fins lucrativos), destacando a troca de ideias, a mudanças de papéis e o relacionamento das diferentes organizações e a combinação de recursos públicos, filantrópicos e privados são importantes para a geração da inovação.

O potencial de melhorar a qualidade ou a quantidade da vida que a inovação social deve contemplar é enfatizado por Pol e Ville (2009). Os autores destacam a geração de bem-estar humano como elemento essencial para que ocorra a inovação social, indicando que nessa compreensão, a inovação social deve gerar impacto social.

Murray, Caulier-Grice e Mulgan (2010) definem inovação social como uma maneira nova (produtos, serviços e modelos) e mais efetiva de criar respostas as questões desafiadoras que as sociedades enfrentam atualmente. As inovações sociais podem ocorrer nos diferentes setores da sociedade (civil, público e privado), contudo, tornam-se mais efetivas quando são geradas por meio de colaboração de todos os envolvidos (partes interessadas e beneficiários). O enfoque deste conceito envolve o atendimento das necessidades sociais simultaneamente a criação de novas relações ou colaborações sociais.

Moulaert, Maccallum e Hillier (2013) aprofundam a abrangência do tema, indicando inovação social como meios para encontrar soluções progressivas aceitáveis para uma série de problemas de exclusão, de privação, de alienação, de falta de bem-estar e também em relação a ações que contribuem positivamente para o progresso humano significativo e desenvolvimento. Nesta percepção, a inovação social representa a promoção da inclusão e do bem-estar através da melhoria das relações sociais e dos processos de capacitação, abrangendo as diferentes habilidades que os atores e os grupos coletivos desempenham em seus papéis na sociedade.

Cajaiba-Santana (2014) salienta que a inovação social ocorre por meio da mudança de percepções ou pela maneira diferente de pensar, a qual gera uma nova ideia e uma nova forma de agir, materializando novas experiências e iniciativas. Nesta compreensão, a inovação social exige uma reflexão não apenas sobre as ações, mas, também, sobre os atores e sua relação com o ambiente institucional que está sendo enfrentado e, paradoxalmente, em que se fundamentam a ação e a participação na construção de compromissos sociais e regulamentos sociais (KLEIN *et. al.*, 2016).

Para Ferrarini (2016), uma inovação social requer a participação dos atores envolvidos no processo, considerando sua vocação, disposição e estrutura organizacional. Elementos como participação, compromisso solidário com a transformação, reconhecimento e valorização do conhecimento do outro, princípio da sustentabilidade do desenvolvimento, busca da multiculturalidade no processo e de metodologias para emancipação dos indivíduos são condições essenciais que a inovação social envolve. Esta concepção indica que, além da inclusão social e da produção de valores, a inovação social envolve o resgate saberes, a participação democrática, dá voz aos excluídos, empoderando os atores e promovendo alteração nas relações de poder (FERRARINI; 2016, 2019).

O conceito de inovação social usado neste estudo consiste em novas práticas sociais que promovam novas formas de ação colaborativa que geram mudanças a partir do protagonismo dos sujeitos envolvidos, do compartilhamento de conhecimentos e da participação democrática.

Nesta concepção, a inovação social tende a criar oportunidade as pessoas excluídas, a promover a emancipação dos indivíduos e a alterar as relações de poder, o que envolve, também, o desenvolvimento em nível estrutural de vida em um grupo social.

1.3 ATRIBUTOS DA INOVAÇÃO SOCIAL

A partir da literatura, é possível identificar alguns atributos essenciais que caracterizam a inovação social. O primeiro indispensável a ser considerado consiste no fato de que as inovações sociais têm por objetivo atender a necessidades sociais não satisfeitas (por via do mercado ou de governos). Assim, o ponto de partida é sempre uma necessidade que não está sendo atendida (como a fome, a falta de moradia, a doença, o desemprego, a violência urbana, a poluição, dentre outras), atrelada à ideia da promoção da inclusão social em processos de exclusão ou marginalização social (CLOUTIER, 2003; MULGAN; TUCKER; SANDERS, 2007; POL; VILLE, 2009; MURRAY; CAULIER-GRICE; MULGAN, 2010; CRISES, 2013).

Outro elemento importante consiste na criação de valor social. A inovação social apresenta-se como uma nova ideia com o potencial de melhorar a qualidade de vida (como inovações que conduzem à melhoria da educação, da qualidade ambiental, da expectativa de vida, entre outros). Nesse sentido, o valor social é compreendido como a criação de benefícios para a sociedade, por meio de esforços para enfrentar necessidades sociais. Por conta disso, a inovação deve ir além dos ganhos privados e benefícios gerais da atividade de mercado (PHILLS; DEIGLMEIER; MILLER, 2008; MURRAY; CAULIER-GRICE; MULGAN, 2010; ANDREW; KLEIN, 2010; THE YOUNG FOUNDATION, 2012).

Andrew e Klein (2010) enfatizam que fatores como o desenvolvimento de redes amplas, contínuas e qualificadas de relacionamentos interpessoais, a adoção e consolidação de normas de reciprocidade e a confiança conquistada nas relações pessoais, organizacionais e institucionais criam, retêm e acumulam capital social, capacitando, transformando e fortalecendo a sociedade civil. O desenvolvimento das redes de relacionamentos por meio de ações participativas e pelo compartilhamento dos conhecimentos contribuem para o empoderamento dos sujeitos e assumem significativa função na construção de ambientes colaborativos e criativos envolvendo um conjunto de interações que ocorrem das “tentativas e erro”, o que potencializa o ambiente socialmente inovador (CAULIER-GRICE; MULGAN, 2010; MOULAERT; MACCALUM; HILLIER, 2010; FERRARINI, 2016).

Vale destacar os processos abertos, colaborativos e coletivos, manifestando-se também como ações inclusivas, entre os importantes elementos no contexto da inovação social, uma vez que abrangem grande número de atores, possibilidades e diferentes instituições que trabalham

em projetos coletivos (ANDREW; KLEIN, 2010; EDWARDS-SCHACHTER; MATTI; ALCÁNTARA, 2012; MOULAERT; MACCALLUM; HILLIER, 2013; CAJAIBA-SANTANA, 2014).

Adicionalmente, a participação democrática (participação dos espaços de capacitações, decisões, desenvolvimento de consciência social e dos direitos sociais) e o compartilhamento dos múltiplos conhecimentos (valorizando os saberes gerais e não somente os técnicos ou científicos) compõem atributos preponderantes na caracterização da inovação social. Esses atributos contribuem significativamente para o empoderamento dos sujeitos, pelas vivências, compartilhamento, aprendizagem e desenvolvimento, tanto individual, quanto coletivo (CLOUTIER, 2003; MOULAERT; MACCALLUM; HILLIER, 2013; EDWARDS-SCHACHTER; MATTI; ALCÁNTARA, 2012; FERRARINI, 2016). O empoderamento envolve não apenas a habilidade de acessar recursos, mas também a capacidade e a vontade da mobilização para a obtenção de uma meta (AVELINO *et al.*, 2019; SEN, 2010).

Vale destacar a capacidade de mobilização coletiva estimulada pelos movimentos sociais na geração da inovação social, especialmente em relação às inovações que promovem transformação social. As inovações sociais engrenam as ações potencializadas coletivamente pelos movimentos sociais, gerando soluções diferentes das práticas dominantes (CAJAIBA-SANTANA, 2014; KLEIN *et al.*; 2016; LÉVESQUE, 2014).

As ações que conduzem ao desenvolvimento sustentável também se estabelecem como elemento importante para a caracterização da temática. A preocupação com o desenvolvimento sustentável propõe a reflexão das relações não somente entre a economia (como um meio) e o social (como uma finalidade), mas também com a integridade ecológica entendida como uma condição incontornável. O desenvolvimento sustentável expande as possibilidades de solidariedade, propondo a agregação não apenas da dimensão ambiental no contexto econômico e social, mas sobretudo de repensar a compreensão de cada uma dessas dimensões (PHILLS; DEIGLMEIER; MILLER, 2008; LÉVESQUE, 2009).

Além disso, cabe ressaltar o debate sobre a orientação da inovação social para o processo ou para o resultado. A abordagem da inovação social orientada para o resultado envolve a reflexão de que o valor social pode ser desenvolvido em ambientes de trabalho direcionados. Esta orientação se desenvolve sem a pretensão de viabilizar a participação dos envolvidos nas iniciativas, ou seja, ocorre por meio de ações informais (sem vínculo com a estrutura de poder social), o que igualaria as ações convencionais praticadas em empresas tradicionais (HULGARD; FERRARINI, 2010).

Por outro lado, a abordagem da inovação social orientada para o processo assume

contexto equivalente à inovação aberta (CHESBROUGH, 2006 *apud* HULGARD; FERRARINI, 2010), visando o alcance dos resultados por meio da análise e da exposição de oportunidades de inovação, aproveitando ideias e fluxos externos e internos. Na inovação aberta, independente da intenção, diversos sujeitos são envolvidos no contexto, uma vez que não é possível o controle de ideias, processos e tecnologias, pois o processo ocorre dentro e fora da organização. Considerando a perspectiva da inovação aberta, a inovação social (concebida como processo) também ocorre em ambientes colaborativos caracterizados pela ocorrência de fronteiras indefinidas entre agentes, empresas e instituições e de redes de organizações (CHESBROUGH, 2006 *apud* HULGARD; FERRARINI, 2010).

Hulgard e Ferrarini (2010) sinalizam para a importância de se considerar a inovação social na perspectiva integrada, combinando tanto o resultado (a criação de um valor social) quanto o processo (com ênfase ao caráter participativo e colaborativo da inovação aberta). Os atributos elencados compõem um conjunto de características e particularidades que complementam a expressão da inovação social e contribuem para clarear os diferentes conceitos observados na literatura.

1.4 AMBIENTES GERADORES DA INOVAÇÃO SOCIAL

A inovação social acontece em diversos ambientes e por meio de distintos atores. A diversidade de atores é sinalizada como aspecto fundamental para a geração e manutenção de iniciativas socialmente inovadoras (ANDREW; KLEIN, 2010; CLOUTIER, 2003, MULGAN, TUCKER, SANDERS; 2007; MOULAERT; MACCALLUM; HILLIER, 2013).

De acordo com Mulgan, Tucker e Sander (2007), o debate sobre o desenvolvimento da inovação social tende a adotar três enfoques diferentes e complementares: indivíduos, organizações (públicas e privadas) e movimentos sociais. Conforme os autores, a inovação social que parte dos indivíduos é manifestada pelo protagonismo do autor da mudança social, como efeito do processo de aprendizagem e de mudança nas representações e percepções do mundo (CLOUTIER, 2003).

Bignetti (2011) destaca que as inovações sociais geradas a partir do indivíduo envolvem ações estimuladas nas iniciativas pessoais, realizadas por pessoas comprometidas com uma missão ousada, estratégica e criativa. Pessoas que buscam resultados diferentes empenham-se e desenvolvem um processo individual de reflexão-ação, sendo normalmente denominados como empreendedores sociais. Os empreendedores sociais são indivíduos que buscam criar soluções para os problemas sociais, influenciando outras pessoas para ações em diferentes direções. Assim, criam valores sociais por meio da inovação no potencial dos recursos

financeiros, em benefício do desenvolvimento social, econômico e comunitário (ASHOKA; MCKINSEY, 2001). São considerados como uma espécie no gênero empreendedor, com uma missão social (DEES, 1998).

Conforme Dees (1998), o empreendedor social possui o papel de agente da mudança, por meio de ações como: (a) aceite de uma missão para criar e manter o valor social (não apenas privado); (b) reconhecimento e busca incessante de novas oportunidades que sirvam à missão; (c) envolvimento em um processo de inovação, adaptação e aprendizagem contínua; (d) ação de forma ousada, sem permitir que os recursos limitados o afastem da visão; (d) responsabilidade com necessidades e valores das pessoas e comunidades que pretende servir.

Mulgan, Tucker e Sander (2007) apontam como empreendedores sociais de destaque histórico na Inglaterra algumas personalidades, como Robert Owen (em razão da constituição de fábricas que funcionaram cooperativamente, no final do século XVIII e primeiras décadas do século XIX), Octavia Hill (por estimular o desenvolvimento da gestão de habitação e da habitação comunitária, em meados do século XIX) e Michael Young (no empenho para fundar o Estado Nacional voltado para a democracia, no século XX, na Inglaterra).

Conforme Bignetti (2011), o empreendedor de negócios e o empreendedor social são personalidades inovadoras, movidas e comprometidas com uma perspectiva persistente, encorajados e que empregam instrumentos da gestão. A distinção ocorre em relação aos propósitos dos empreendimentos: financeiros ou sociais. Outro aspecto que o autor chama a atenção é para a importância de não confundir empreendedorismo social com benevolência, uma vez que o empreendedorismo social está relacionado ao emprego de práticas de gestão e ações empreendedoras, com propósito do desenvolvimento de iniciativas com enfoque social.

As inovações sociais também se desenvolvem por meio das organizações existentes ou criadas para atender demandas sociais específicas (BIGNETTI, 2011). Na primeira situação, as inovações surgem, normalmente, em períodos de aprendizagens e renovação, como o caso da internet, que surgiu no contexto da Organização Militar dos EUA. Na segunda, surgem por organizações criadas para determinado fim social, como o Greenpeace (ONG com atuação internacional em questões relacionadas à preservação do meio-ambiente e desenvolvimento sustentável) e a Oxfam (originalmente, o comitê de Oxford, para o alívio da fome e a disseminação de ajuda humanitária) (MULGAN, TUCKER, SANDERS; 2007).

Os atores organizacionais podem ser representados pelas organizações privadas, organizações governamentais (nas três esferas: federal, estadual e municipal) e organizações sem fins lucrativas (ANDRÉ; ABREU, 2006; TARDIF; HARRISSON, 2005). Esses atores desempenham uma função importante no alcance dos objetivos sociais, direcionando esforços

para segmentos desfavorecidos ou marginalizados da sociedade. Também, desenvolvem articulações com outros setores da sociedade em prol desses objetivos (PHILLS JR.; DEIGLMEIER; MILLER, 2008).

As inovações sociais no âmbito organizacional podem surgir interna ou externa às organizações. A inovação social desenvolvida no contexto interno pode se associar a uma nova divisão do trabalho, mudança das estruturas de poder e melhoria de qualidade de vida (CLOUTIER, 2003). Por outro lado, quando desenvolvida no contexto externo, normalmente está relacionada ao atendimento de necessidades de grupos e comunidades, o que é seu objetivo básico (BIGNETTI, 2011).

A inovação social é frequentemente desenvolvida no âmbito das organizações sem fins lucrativos, que buscam, dentro de suas finalidades, o alcance do bem-estar social. Contudo, também é promovida na esfera das organizações governamentais, por meio de políticas públicas. Além disso, desenvolve-se no campo das organizações privadas, por meio de ações de responsabilidade social, no controle das operações, visando à preservação do ambiente, no desenvolvimento de projetos juntos à comunidade e na criação de fundações ou outros arranjos institucionais (ANDRÉ; ABREU, 2006, BIGNETTI, 2011; PHILLS JR.; DEIGLMEIER; MILLER, 2008).

Os movimentos sociais também são impulsionadores de inovação social e fomentadores de mudanças. Pela natureza da coletividade, os movimentos sociais são apontados na literatura como espaços privilegiados de inovação social (ANDRÉ; ABREU, 2006; HOWALDT; SCHWARZ, 2011; MULGAN, TUCKER, SANDERS; 2007). Os movimentos sociais surgem como um meio de contestação às diferentes configurações de controle social. A literatura aponta para uma diversidade de abordagens e definições, dentre as quais os movimentos sociais podem ser compreendidos como formatos de ação coletiva, baseados na solidariedade, desenvolvendo um conflito e rompendo os limites do sistema em que ocorre a ação (MELUCCI, 1989).

Os movimentos sociais manifestam forças sociais estruturadas que promovem diferentes formas de organização e expressão de suas demandas. Suas estratégias de atuação caracterizam-se por ações de insatisfações, resistência e contestação (que evidenciam necessidades não atendidas), ou ações que propõem construção de novas soluções, usando diferentes estratégias de atuação (como denúncias, mobilizações, marchas, concentrações, passeatas, distúrbios à ordem constituída, negociações etc.) (GOHN, 2011).

Essas forças sociais atuam em um campo de atividades e experimentação social, constituindo-se como fontes geradoras de criatividade e inovações socioculturais, uma vez que identificam questões sobre a realidade social, criam propostas, desenvolvem ações coletivas

que operam como resistência à exclusão e lutam pela inclusão social. Além disso, constroem e desenvolvem o empoderamento de atores da sociedade civil organizada, à medida que estimulam sujeitos sociais para essa atuação em rede (GOHN, 2011).

Conforme Alonso (2009), os estudos sobre movimentos sociais são manifestados em um contexto histórico por meio de três principais enfoques de concepções teóricas: a teoria de mobilização de recursos, a teoria do processo político e a teoria dos novos movimentos sociais. A teoria de mobilização de recursos surge no contexto de mudanças políticas que ocorreram na sociedade norte-americana nos anos 1960. Nesta teoria, predomina a visão economicista, apoiada na racionalidade da interação entre os indivíduos, centrados na mobilização de recursos financeiros, organizacionais e humanos, isentando-se de explicações políticas. Os movimentos sociais desta abordagem são compreendidos como grupos de interesses, comparados a organizações e analisados sob o ponto de vista da burocracia de uma instituição, tendo recebido fortes influências da Sociologia weberiana.

Ações coletivas desse período fundamentavam-se majoritariamente em etnia (o movimento pelos direitos civis), gênero (o feminismo) e estilo de vida (o pacifismo e o ambientalismo). Tratava-se de ações associadas, solidárias e organizadas de milhares de pessoas, não se encaixando em nenhuma das grandes perspectivas teóricas do século XX (marxismo e funcionalismo) (ALONSO, 2009).

A teoria dos processos políticos se desenvolve nos anos de 1970, como crítica ao utilitarismo e ao individualismo metodológico da teoria de mobilização de recursos. Nesta segunda abordagem, há o destaque para a mobilização política. Baseia-se no conflito entre partes (uma delas ocupando temporariamente o Estado, e outra representando a sociedade). Os movimentos sociais desta abordagem são entendidos como um ator político de mudança social, em uma concepção de ação reformista, mas não revolucionária (ALONSO, 2009).

A teoria dos novos movimentos sociais surgiu como estrutura para elucidar os movimentos sociais constituídos por sujeitos integrantes de diferentes classes sociais. Fundamentada numa teoria da mudança cultural, esta abordagem inclui três dimensões da ação coletiva: a identidade coletiva (que seria produzida a partir da definição de um quadro cognitivo acerca dos fins, meios e campo da ação); a ativação prática de relações entre atores (interação, comunicação, influência, negociação, tomada de decisão) e do investimento emocional que os leva a se reconhecerem como membros de um grupo. Os movimentos sociais desta abordagem são entendidos como atores sociais marcados pelo reconhecimento identitário que buscam melhores condições de vida, envolvendo ganhos materiais e não materiais, como respeito aos diferentes, preservação do meio ambiente etc. (ALONSO, 2009).

Considerando as definições clássicas sobre movimento sociais, Gohn (2011) aponta como particularidades básicas de suas ações: possuir identidade, ter opositor e a fundamentação de suas ações em projeto de vida e sociedade. A autora ressalta que, historicamente, os movimentos sociais têm contribuído para a organização e conscientização da sociedade, expressando demandas por meio de suas ações (pressão ou mobilização).

No contexto atual, os movimentos sociais apresentam princípios civilizatórios, propondo como horizonte a construção de uma sociedade democrática. Suas ações envolvem a sustentabilidade (e não apenas autodesenvolvimento), lutam contra a exclusão (por novas culturas políticas de inclusão), pelo reconhecimento da diversidade cultural (questões como a diferença e a multiculturalidade têm sido incorporadas para a construção da própria identidade dos movimentos), desenvolvendo ressignificação das convicções clássicas de igualdade (temática da justiça social), fraternidade (solidariedade) e liberdade (relacionada ao princípio da autonomia de inserção na sociedade, inclusão social, autodeterminação com soberania). Ainda, os movimentos sociais debatem e redefinem a esfera pública, desenvolvendo parcerias com outras entidades da sociedade civil e política, além de manifestarem grande poder de controle social e construir modelos de inovações sociais (GOHN, 2011).

Neste sentido, observa-se que os ambientes geradores de inovação social são formados a partir de diferentes atores (indivíduos, organizações e movimentos sociais). Os espaços mais propícios ao desenvolvimento de inovações sociais contemplam interações que favoreçam a participação democrática e o compartilhamento de conhecimentos, possibilitando processos de aprendizagens e experiências criativas.

1.5 PROCESSO DA INOVAÇÃO SOCIAL

Considerando o caráter sistêmico e a complexidade dos desafios da temática, uma vez que a inovação social pode ser desenvolvida em diversos âmbitos (público, privado e sem fins lucrativos) e por meio de inúmeros atores (MURRAY; CAULIER-GRICE; MULGAN, 2010), as abordagens sobre o tema oferecem diferentes enfoques de processos de geração de ideias sociais. De uma forma geral, o processo de inovação social consiste na maneira pela qual a necessidade será atendida. Por conta disso, busca compreender a complexidade e a incerteza da dinâmica, a resistência e tensão entre os atores, bem como os rigores institucionais limitadores do processo inovador, estabelecendo a experimentação e a avaliação da ideia, tendo em vista um contexto futuro (TARDIF; HARRISSON, 2005).

Cloutier (2003) salienta que o processo de criação e implementação de novas soluções, fundamentado na aprendizagem e na criação de conhecimento, deve agregar duas categorias

essenciais: diversidade de atores e participação do usuário. Nessa percepção, faz-se necessária a atenção aos modos de coordenação (maneira pela qual os atores interagem e coordenam o desenvolvimento de uma inovação social) e as restrições na implementação da inovação social, que podem afetar e reduzir o potencial de inovação de um projeto (TARDIF; HARRISSON, 2005).

Para Cajaiba-Santana (2014), o processo de inovação social é uma construção coletiva, o que demanda consideração a diferentes aspectos envolvidos, como a forma de pensar dos indivíduos e dos grupos, seus valores, seus comportamentos e sua relação com o sistema social. O autor destaca a importância de se considerar as particularidades que compõem o processo de inovação social, já que os diferentes aspectos que o envolvem vão refletir no resultado final.

Considerando os processos de inovação social encontrados na literatura, diversos autores desenvolveram estudos (AVELINO *et al.*, 2014; CUNHA; BENNEWORTH, 2013; MULGAN, 2006; MURRAY; CAULIER-GRICE; MULGAN, 2010; WESTLEY; PATTON; ZIMMERMAN, 2006; NEUMEIER, 2012; ROLLIN; VINCENT, 2007) apresentando contribuições no contexto dos processos de inovação social. No entanto, compartilham de muitas etapas e procedimentos afins.

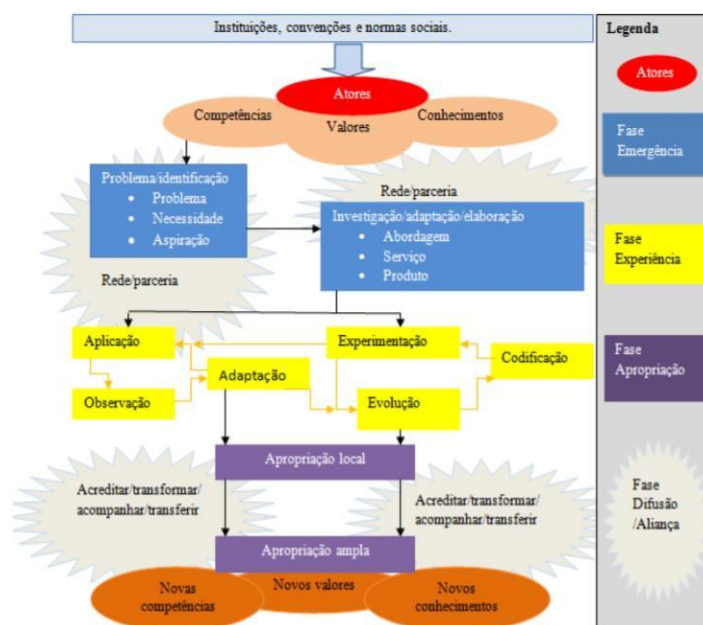
A partir do desenvolvimento do projeto denominado Rede Quebequense em Inovação Social (*Réseau Québécois en Innovation Sociale* - RQIS), desenvolvido pela Universidade de Quebec/Canadá, em colaboração com o Centro de Pesquisa sobre Inovações Sociais (CRISES), Rollin e Vincent (2007) apresentam um modelo do processo de inovação social, apontando caminhos que os atores seguem na resolução de um problema, ou de uma demanda, com vistas à implementação de uma estratégia inovadora.

O modelo de Rollin e Vincent (2007) apresenta quatro etapas no processo de inovação social que seguem: emergência, experimentação, apropriação e difusão/aliança. A etapa emergência é o princípio do processo (representada na Figura 02 por retângulos azuis). Momento em que os atores da inovação identificam um problema social, concordam que os meios institucionais existentes são insuficientes para a sua resolução e elaboram estratégias para o atendimento da demanda identificada (que pode ser uma invenção, ou adaptação ou apenas a transferência de um conhecimento existente). A segunda etapa é da experimentação, momento de testar as estratégias desenvolvidas (representada na Figura 2 por retângulos amarelos conectados). Esta etapa poderá ocorrer informalmente, por meio da aplicação (abordagem, serviço ou produto), com observação, adaptação e ajustes da ideia, ou, formalmente, avaliando os resultados gerados na aplicação para fins de codificação e, posterior, modelação da ideia inovadora, geralmente ocorre com apoio de universidade ou governo.

A terceira etapa consiste na apropriação (representada na Figura 2 por retângulos

roxos), que ocorrerá se os resultados obtidos na experimentação alcançarem o esperado. Os autores destacam que o processo não é necessariamente linear, em avaliação negativa na fase experimental, a estratégia desenvolvida precisará ser repensada. Quando inovação é lançada em outros espaços (territórios ou organizações), ocorre sua apropriação ampla, que se dá por meio de sua institucionalização. A quarta etapa, da difusão ou aliança (representada na Figura 02 por estrelas cinza com marca d'água) consiste em um avanço necessário em todo o processo de inovação social, que ocorre por meio da rede de atores e das alianças e ocorrem tanto nas fases de emergência, quando de experimentação. A fase da difusão favorece a institucionalização e surge por duas maneiras: a) formal: pela divulgação nos meios de comunicação, pesquisa de difusão (acadêmico ou outro), seminários e fóruns; b) informal: reunião de atores em um ambiente informal. Ao final de um processo de inovação social, os atores agregarão valores, conhecimentos e habilidades compartilhados (ROLLIN; VINCENT, 2007).

Figura 1- Modelo do Processo de Inovação Social



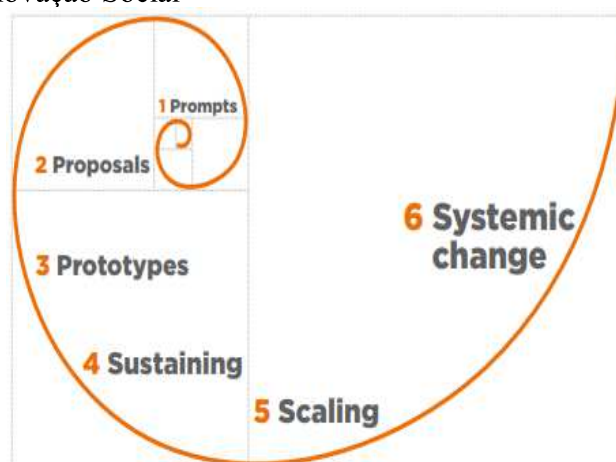
Fonte: Adaptado de Rollin e Vincent (2007, p. 15).

O modelo de Rollin e Vincent (2007) indica os atores como centralidade da inovação social e apresenta o contexto das inovações sociais desenvolvidas na província canadense de Quebec, com suas características e peculiaridades. O estudo envolve atores locais e regionais, sendo alguns vinculados a órgãos do governo canadense, protagonizando as inovações sociais como importante política pública na província de Quebec.

Mulgan (2006) e Murray, Caulier-Grice e Mulgan (2010) desenvolveram diversos estudos envolvendo o contexto de estágios do processo de inovações sociais. Os autores destacam seis fases (em uma perspectiva macro), pelas quais passam as inovações sociais, que

são: necessidades e desafios, geração da ideia, desenvolvimento e prototipagem, sustentabilidade, escalonamento e difusão, e mudanças sistêmicas, quais não ocorrem necessariamente na sequência. Algumas inovações sociais recebem interações de *feedback* entre as fases, outras, são aplicadas em espaços com culturas e habilidades distintas. Assim, o desenvolvimento de inovações sociais neste modelo pode ser representado como múltiplos espirais, sendo o processo de suas fases interativo. As fases do processo da inovação social estabelecidas por Murray, Caulier-Grice e Mulgan (2010) estão representadas na Figura 2.

Figura 2 – Processo de Inovação Social



Fonte: Murray, Caulier-Grice e Mulgan (2010).

A primeira fase deste modelo se refere a identificação das necessidades e desafios (*prompts*). Esta etapa abrange todos os fatores que apontam a necessidade da inovação, como crises, cortes de gastos públicos, problemas de desempenho, assim como as reflexões criativas para novas evidências. Inclui o diagnóstico do problema, considerando, suas causas e seus sintomas. A segunda fase consiste na proposta (*proposals*) ou geração de ideias para atender as necessidades e desafios diagnosticados. Este passo pode abarcar métodos formais, como projeto ou métodos criativos para ampliar as possibilidades disponíveis. A terceira fase corresponde ao desenvolvimento, prototipagem e testes (*prototypes*) da ideia gerada. Este é o momento em que as ideias são testadas na prática (por meio de simples tentativas - erro e acerto - até pilotos ou protótipos mais formais), oportunizando diferentes interações e possibilidades aprendizados para superação dos desafios (MULGAN, 2006; MURRAY; CAULIER-GRICE; MULGAN, 2010).

A quarta fase constitui na sustentabilidade ou manutenção da ideia (*sustaining*). É quando a ideia gerada se torna uma prática cotidiana. Por conta disso, a atenção se volta a importância do aprimoramento da ideia e do desenvolvimento de estratégias que garantam a

sustentabilidade financeira e viabilizem as atividades envolvidas a longo prazo. A quinta fase envolve o escalonamento e a difusão da ideia (*scaling*). Este é o momento de se desenvolver diversas maneiras para expandir e divulgar a inovação. Deve-se voltar a atenção ao estímulo a inspiração de apoio e interação de conhecimentos para a divulgação e a demanda das necessidades. A sexta fase compreende as mudanças sistêmicas (*systemic change*), sendo, este o objetivo final da inovação social. Esta etapa envolve a interação de múltiplos elementos transformadores e de longo prazo, como, por exemplo, movimentos sociais, novos modelos de negócio, leis e regulamentos, novas concepções na forma de pensar e agir. Mudanças sistêmicas normalmente abarcam novas estruturas ou arquiteturas compostas por inovações menores (MULGAN, 2006; MURRAY; CAULIER-GRICE; MULGAN, 2010).

Este modelo é resultado de um esforço, inicialmente de Mulgan (2006), na busca pela aproximação de inovadores sociais e grandes financiadores, por meio da identificação dos fatores que colaboram na evolução da inovação social. Mais tarde, Murray, Caulier-Grice e Mulgan (2010) aprofundaram os estudos ampliando o modelo inicial.

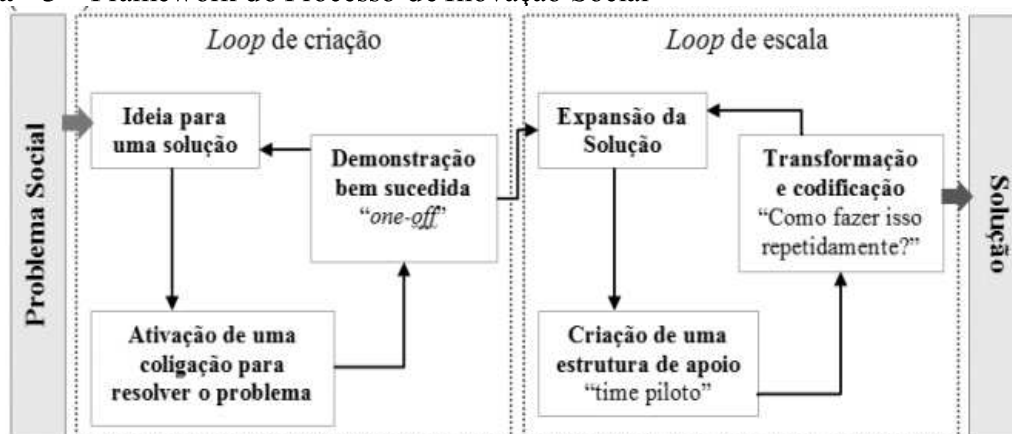
Outro estudo de processo da inovação social e que apresenta modelo foi o sugerido por Neumeier (2012) ao estudo desenvolvimento rural, constituído por três estágios: problematização, expressão de interesses e delimitação e coordenação. O primeiro estágio denominado de problematização ocorre quando um ator, ou um grupo deles, decide mudar comportamentos e atitudes, após um estímulo inicial. O segundo chamado de expressão de interesses acontece quando outros atores reconhecem as mudanças de comportamento e atitudes dos primeiros e ficam interessados. Por fim, no terceiro estágio designado de delimitação e coordenação, há uma coordenação para empoderar a capacidade dos atores e resolver o problema. Neumeier (2012) chama a atenção para a importância da rede de atores (ou rede de interesses) que alinha as pessoas e suas experiências e que promove a mudança de atitudes, de comportamento ou de percepções que geram novas ações colaborativas, chamadas de inovação social. Conforme o autor, há uma dinâmica de interação na rede de atores em constante fluxo, tanto de entrada de novos participantes, como também de saída dos integrantes, sinalizando que o papel atribuído aos atores pode se alterar com o tempo.

O processo de inovação social proposto por Cunha e Benneworth (2013) está fundamentado em uma revisão de alguns processos desenvolvidos por outros pesquisadores, entre os quais Mulgan (2006), Westley Patton e Zimmerman (2006) e Neumeier (2012). Dessa forma, Cunha e Benneworth (2013) geraram um *framework* integrando modelos de processos estudados e propõem sete estágios para o processo de inovação social, quais são: geração de ideias, criação de um espaço experimental, demonstração, decisão de expandir, coalizão de

apoio, codificação e difusão.

A primeira fase deste modelo consiste na geração de ideias, após a identificação de uma necessidade (geralmente envolve diversos atores). Na segunda fase, desenvolve-se um plano para a implementação da ideia e define-se um espaço protegido para experimentar a solução gerada. Na sequência, ocorre a testagem da ideia, por meio da aplicação da nova solução em uma ou mais instâncias específicas do problema a ser resolvido, de maneira que seja possível a avaliação de sua viabilidade. Na quarta fase, ocorre a decisão da expansão da ideia para uma maior escala ou não. Se for tomada a decisão da expansão da ideia testada, também, faz-se necessário desenvolver uma estrutura e equipe de apoio para expansão, que constitui a quinta fase. Na fase seguinte, a sexta, ocorre a avaliação de como a ideia social gerada pode ser codificada para ser reproduzida em outros contextos. Na última fase, a sétima, ocorre a difusão da solução gerada, que é a partilha da nova solução. Ao final do processo de inovação social, obtém-se o resultado, que é a solução da necessidade inicialmente identificada (CUNHA; BENNEWORTH, 2013). A Figura 3 corresponde ao *framework* dos autores.

Figura - 3 – Framework do Processo de Inovação Social



Fonte: Cunha e Benneworth (2013).

Cunha e Benneworth (2013) salientam que há contingências e tensões durante o processo de inovação social e não há nenhum caminho dado com antecedência. Entretanto, os autores destacam que, independentemente dessas contingências, é possível identificar alguns padrões que surgem a partir de vínculos, alinhamentos e redes. Os autores sinalizam também que embora as diferentes fases do processo podem ocorrer sequencialmente, é mais provável que *loops* e *feedbacks* possam surgir ao longo do processo: o *loop* criação (que corresponde às primeiras três fases) e o *loop* de aumento de escala (que corresponde às três fases seguintes do processo).

Os modelos analisados por Cunha e Benneworth (2013) apresentam características

semelhantes quanto as etapas básicas que uma inovação social se desenvolve (geração de ideias, desenvolvimento e difusão). As principais diferenças estão relacionadas ao foco. Conforme análise dos autores, enquanto Mulgan (2006) dá ênfase em como a inovação social evolui no transcorrer das fases, Westley, Zimmerman e Patton (2006) apresentam o que o inovador social faz em cada fase processo e Neumeier (2012) motiva o desenvolver da capacidade de agir.

De uma forma geral, os modelos identificados na literatura indicam que o desenvolvimento da inovação social abrange à seleção coletiva de ideias, o desenvolvimento e a implementação destas ideias por pessoas que participam de forma colaborativa para enfrentar os desafios sociais. Mesmo com particularidades, estes modelos sinalizam muitas fases e metodologias semelhantes. Apresentam como pano de fundo os procedimentos pelos quais uma necessidade será atendida ou corrigida, manifestando a busca da adequação de uma situação, muitas vezes, em razão da ausência da funcionalidade do Estado. Apesar de sinalizarem a presença e a importância das pessoas envolvidas nas questões a serem superadas, os modelos observados não geram debates e reflexões críticas entre os envolvidos sobre como ou por que as situações acontecem, podendo ser, portanto, relacionados a perspectiva instrumental da inovação social.

2 PERSPECTIVAS DA INOVAÇÃO SOCIAL

Os aportes teóricos da inovação social recebem influências de diferentes áreas do conhecimento, desenvolvendo-se em um contexto interdisciplinar e transdisciplinar, contribuindo para uma diversidade de concepções que indicam um campo complexo, dinâmico e em construção (CAJAIBA-SANTANA, 2014; MOULAERT; MACCALLUM; HILLIER, 2013). As distintas interpretações sobre a inovação social sinalizam o surgimento de duas grandes perspectivas na literatura internacional. Uma delas pode ser encontrada na literatura sobre denominações, como: instrumental, funcionalista ou utilitarista. A outra perspectiva caracteriza-se pelas iniciativas inovadoras, empregando termos como transformativa, transformadoras ou transformação social nas suas ações (ANDION *et al.*, 2017; BOUCHARD, 2006; CAJAIBA-SANTANA, 2014; MONTEIRO, 2019; POL; VILLE, 2009).

2.1 INOVAÇÃO SOCIAL NA PERSPECTIVA INSTRUMENTAL

Monteiro (2019) emprega o termo utilitarista e instrumental para indicar a inovação social centrada na finalidade de suas ações. Esta abordagem tem sido desenvolvida, especialmente, na literatura anglo-saxônica e sinaliza iniciativas que podem ocorrer por meio de uma atividade ou um serviço inovador, envolvendo normalmente a mobilização de recursos para a resolução de um problema social. Muitas vezes, as ações constituem-se em instrumentos para o atendimento de déficits do Estado.

Andion *et al.* (2017) usam o termo instrumental e funcionalista na mesma vertente, para caracterizar o tipo de inovação social que envolve desde iniciativas tuteladas e fomentadas pelo próprio Estado, até atividades de coprodução dos serviços públicos em áreas específicas (como transporte, energia limpa, habitação, entre outros), destacando a função gerencial e economicista da inovação social. Neste viés da inovação social, os autores apontam a ênfase do processo de destruição criativa e do papel do empreendedor social em novas ideias ou novas combinações na resolução de problemas.

A perspectiva que relaciona as ações inovadoras aos termos instrumental, funcionalista ou utilitarista está vinculada à interpretação de uma visão do pensamento sociológico, remetendo ao paradigma positivista, que interpreta fatos ocorridos com os seres humanos em sociedade, a partir de uma abordagem das Ciências Naturais. Neste estudo, optou-se pelo uso do termo instrumental para representar a vertente da inovação social que visa o atendimento de uma demanda social, em razão da compreensão de que esta expressão abrange a representação dos termos encontrados na literatura.

A Sociologia como ciência foi instituída e empregou inicialmente os mesmos procedimentos das Ciências Naturais (observação, experimentação, comparação, entre outros) nas investigações. A visão de mundo das Ciências Naturais influenciou intensamente a observação da sociedade na modernidade (MARTINS, 1994). O seu desenvolvimento teve como pano de fundo as consequências da rápida industrialização e urbanização no ocidente europeu, durante o século XVIII, que foram conduzidas pela transição do sistema feudalismo para o sistema capitalista. Isso intensificou drasticamente algumas expressões da questão social, como o aumento da prostituição, suicídio, alcoolismo, infanticídio, criminalidade, violência, surtos de epidemias, entre outros. Atrelado a isso, destaca-se a existência de distintas classes sociais e o distanciamento das perspectivas de igualdade e fraternidade pela classe mais favorecida, o que desenvolveu posicionamento político conservador e utilizou os aparatos repressivos e ideológicos intensamente para assegurar a dominação (MARTINS, 1994).

De acordo com Martins (1994), o paradigma positivista preocupou-se com os problemas da manutenção da ordem social, concentrando a atenção basicamente em manter a estabilidade social como ponto de partida para a construção da sociedade. Entre os autores influenciadores desta corrente de pensamento, Martins (1994) destaca Émile Durkheim e sua abordagem na defesa da regulação social, como uma técnica de controle e manutenção da normalidade social. Para Durkheim o próprio desenvolvimento da divisão do trabalho acompanhou a mudança técnica, que só foi compreendida na estrutura de uma inovação ou renovação da ordem social em que era relevante.

No contexto do paradigma positivista, algumas reformas até eram aceitas na sociedade, mas eram conduzidas pelos cientistas e industriais, de maneira que o progresso acontecia como uma consequência suave e gradual da ordem social. Assim, a sociedade era vista como um mecanismo harmonioso, que seguia uma ordem de acontecimentos e era estabelecida em partes isoladas, como economia, política, filosofia. Por conta desta ordem social, quando acontecia algum problema, precisava ser corrigido e regulado, para dar continuidade à estrutura regulada (MARTINS, 1994; QUINTANEIRO *et al.*, 2003).

A denominação instrumental está vinculada à racionalidade fundamentada na regulação social, que se caracterizava pela prevalência de uma ordem hegemônica e do consenso para se alcançar a sociedade ideal. Quaisquer ações diferentes das regras ou questionamentos usuais da sociedade eram vistas como problemas e questões perigosas, porque abrem espaço para o princípio da igualdade nas relações de poder.

A perspectiva instrumental da inovação social está fundamentada na concepção do

atendimento às necessidades ou problemas reconhecidos em comum, que, por não ser fonte suficiente de lucro ou pela ineficiência do serviço público, empresas existentes, soluções tecnológicas e organizações públicas não conseguiram resolver. São iniciativas inovadoras operacionalizadas por meio da mobilização de recursos para soluções de problemas ou ações com finalidade sociais. Esta perspectiva tem sido abordada como forma de organização que impulsiona iniciativas por meio de uma nova ideia ou combinação de ideias que respondem a necessidades sociais (MUMFORD, 2002; MURRAY; CAULIER-GRICE; MULGAN, 2010; NICHOLLS, 2010; PHILLS; DIEGLMEIER; MILLER, 2008).

Em uma ótica empreendedora, Phills, Dieglmeier e Miller (2008) enfatizam o impacto que uma iniciativa inovadora pode gerar no atendimento de uma solução. Para os autores, o impacto da inovação social deve ser mais justo que as soluções existentes, criando valor agregado à sociedade. Outro aspecto sinalizado por Phills, Dieglmeier e Miller (2008) se refere à importância da interação de ideias entre organizações sem fins lucrativos, governos e empresas, destacando as possibilidades de geração de iniciativas inovadoras, por meio da atuação em conjunto de diferentes organizações para a sociedade.

Nicholls (2010) relaciona a temática ao empreendedorismo social como um importante campo de ação que pode ser moldado e explorado pelos atores sociais, especialmente pelas novas formas e capacidades de criar melhorias sociais. O autor destaca a importância dos atores, discursos e lógicas narrativas emergentes, relacionando-os aos empreendedores sociais das organizações baseadas em modelos de negócios e às dinâmicas sustentadas pelos valores comunitários e justiça social na geração de inovação social.

Murray, Caulier-Grice e Mulgan (2010) ressaltam que as inovações sociais são frequentemente estimuladas por experiência ou evento que evidencie necessidade ou injustiça. Assim, atendem as necessidades sociais, ao mesmo tempo que criam relações ou colaborações sociais. Esta compreensão enfatiza o desenvolvimento de novas relações sociais, visando a potencialização da capacidade de ação das pessoas, com o aspecto essencial na construção de parcerias para satisfazer as necessidades sociais. Para os autores, o desenvolvimento da inovação social ocorre nos diferentes setores (privado, público e civil). Entretanto, as iniciativas mais efetivas acontecem quando há colaboração entre as partes interessadas e os beneficiários.

Desenvolvida principalmente no âmbito dos estudos organizacionais, a perspectiva instrumental tem favorecido uma concepção mais instrumental da inovação social, uma vez que as ações envolvem alguns elementos que tendem a valorizar a adaptação aos padrões da lógica de mercado e solidariedade fraca (LAVILLE, 2016), buscando a resolução de um problema orientado para eficiência e eficácia dos envolvidos. As ações evidenciam o processo de

destruição criativa da abordagem *schumpeteriana*, que são promovidos por empreendedores sociais, ao lado do papel da filantropia e de soluções individuais diante dos principais problemas sociais, através de iniciativas de negócios que buscam atender uma demanda (ANDION *et al.*, 2017; BOUCHARD, 2012; FERRARINI, 2019; MONTEIRO, 2019).

Nesta ótica, a inovação social torna-se alternativa quando há a intensificação de um problema ou o déficit de atendimento das instituições. A iniciativa inovadora pode oferecer solução essencial para um dilema, como falha na saúde, educação, segurança, entre outros. A iniciativa social pode surgir no setor privado (em projetos de responsabilidade social empresarial), no setor público (por meio de políticas ou modelos de serviço) ou ainda no terceiro setor (ações de organizações não governamentais), substituindo o Estado Social nas obrigações públicas e, até mesmo, o desresponsabilizando. Boa parte dos pesquisadores que assumem essa perspectiva se concentra nos elementos de geração de renda e acesso a bens de consumo e serviços para populações mais vulneráveis, ou então para aumentar seu bem-estar econômico (ANDION *et al.*, 2017; MONTEIRO, 2019).

Outro aspecto importante é que esta perspectiva tem sido intensamente estimulada em âmbito político, por meio de projetos de pesquisas financiados por diversas organizações governamentais (Comissão Europeia, 2016; Escritório de Inovação Social e Participação Cívica da Casa Branca, 2016a; NESTA, 2008) como um novo meio de abordar problemas sociais ou encontrar maneiras de resolver problemas sociais (AYOB; TEASDALE; FAGAN, 2016; MILLEY *et al.*, 2018). Entretanto, a abordagem funcional pode ser superada por concepções que vinculam inovações sociais às transformações sociais (BOUCHARD, 2006).

Neste sentido, a inovação social, caracterizada como instrumental, funcionalista ou utilitarista, representa iniciativas inovadoras com grande importância nas ações geradas, mas que surgem para corrigir um equilíbrio original de determinada situação considerada perfeita para a sociedade. Assim, a inovação social se origina como alternativa para sanar uma ausência (como formas de atendimento à saúde de determinada população, corrigindo a carência da atuação do Estado), expressando a busca do equilíbrio original em uma certa situação.

Esta iniciativa pode ser inovadora, como pela forma do atendimento ou de captação de recursos, podendo fazer a diferença na vida da população atendida, bem como contribuir para aprendizagem dos envolvidos e, por isso, já se torna importante. No entanto, ela não questiona por que ocorreu a ausência do atendimento, nem gera reflexão sobre maneiras de superar essa ausência, ou seja, esta inovação social não questiona o *status quo* ou a ordem dos acontecimentos. A falta de indagações e debates sobre “como” ou “por que” das situações não desenvolve percepções críticas sobre a transformação das situações no futuro. Também, não

gera a percepção sobre a importância das relações sociais ou da visão holística da sociedade.

Entretanto, a inovação social na perspectiva instrumental não se restringe apenas a ações de atendimento às necessidades sociais. Muitas vezes, uma ação pode ser mais emergencial ou imediatista em um primeiro momento, mas também pode se desenvolver e se integrar em uma ação transformadora.

2.2 INOVAÇÃO SOCIAL NA PERSPECTIVA TRANSFORMADORA

Em uma perspectiva distinta, a caracterização de inovação social tem agregado termos como transformativa ou transformadora. Monteiro (2019) indica o desenvolvimento desta vertente da literatura principalmente na Europa continental e no Quebec, envolvendo ações inovadoras que podem ultrapassar a função reparadora no campo da economia, substituindo-a por uma visão que transforma o modelo de desenvolvimento e as relações coletivas.

Andion *et al.* (2017) destacam o desenvolvimento desta perspectiva predominantemente entre autores da língua francesa, desenvolvendo teoricamente as inovações a partir de ações mais prolongadas e em um contexto mais amplo. Neste viés, as inovações sociais nas relações, organizações e instituições são observadas nas formas de interpretação de um grupo social. Essas ações podem operar como vetores para a promoção de novas formas de desenvolvimento.

A perspectiva transformadora está relacionada a um paradigma social mais crítico e complexo, em que a sociedade, diferentemente do paradigma positivista, não é percebida de forma harmoniosa, tal qual a natureza. Neste viés, a sociedade é criada pelos seres humanos nas práticas diárias, pelos modos de viver, existir e interagir socialmente. Por conta disso, a sociedade é percebida em um contexto em que pode ser transformada. Este pensamento sociológico mais crítico está ligado a uma vertente teórica que reage à realidade imposta pelo capitalismo (principalmente quanto às suas relações de exploração) e se vincula ao pensamento crítico desenvolvido mais expressivamente por Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1820-1895) (MARTINS, 1994; QUINTANEIRO *et al.*, 2003).

Conforme Martins (1994), esta perspectiva tem raiz na Europa Ocidental, no início do século XIX, período em que as relações de exploração entre as classes sociais na sociedade industrial (que ocasionaram situações de miséria e opressão) geraram diversos movimentos revolucionários por parte das classes exploradas. A partir dos movimentos das classes trabalhadoras, desenvolveu-se uma nova percepção da sociedade que reivindicava igualdade entre os cidadãos, não apenas no viés político, mas também em relação às condições sociais de vida, indicando movimento de transformação da ordem existente.

Conforme Martins (1994) e Quintaneiro *et al.* (2003), Marx desenvolveu uma

importante ruptura no pensamento sociológico, pelos apontamentos das incompatibilidades e contradições sociais, bem como pelas afirmações que as sociedades humanas se encontravam em contínuas transformações e os conflitos e as oposições das classes se constituem em estímulos para as transformações. Martins (1994) e Quintaneiro *et al.* (2003) destacam que a partir das reflexões fundamentadas por princípios, como a liberdade e a não alienação, Marx apontou o comunismo como alternativa para a reconstrução consciente da sociedade, visando uma sociedade sem classe, em que as pessoas tivessem o poder de decisão e a possibilidade de uma vida social.

Neste sentido, este pensamento crítico aponta as contradições sociais aceleradas pelo capitalismo e que, desde então, há classes em desvantagens. Contudo, se são os seres humanos que produzem sua existência, é possível alterar as situações, desenvolvendo uma visão baseada na atuação coletiva para gerar transformações. Nesta pesquisa, optou-se por usar o termo *inovação social transformadora* para expressar a vertente da literatura da inovação social que gera transformação social, uma vez que envolve as abordagens observadas na literatura.

A perspectiva da inovação social como transformadora desenvolve o debate sobre a inovação social a partir de um contexto mais amplo que perpassa o atendimento de uma necessidade social, podendo chegar à transformação de uma realidade social. Nesta concepção, a inovação social é abordada como impulso das transformações nos paradigmas mentais, nas formas de interpretação e nos quadros cognitivos de uma determinada sociedade (AVELINO *et al.*, 2014; BOUCHARD, 2012; CAJAIBE-SANTANA, 2014; KLEN *et al.*, 2016; LÉVESQUE, 2014; MOULAERT; MACCALLUM; HILLIER, 2013). A partir da ótica dos atores sociais que geram (para si ou para os outros) alternativas ao modelo econômico preponderante de produção, as inovações sociais surgem no campo do trabalho e nas condições de vida e território, questionando a separação entre privado e público, entre desenvolvimento econômico e desenvolvimento social, entre local e global (BOUCHARD, 2012).

Para Moulaert, MacCallum e Hillier (2013), a inovação social inclui uma perspectiva emancipatória, com ênfase na condição humana e na ação coletiva como potencializadores dos processos de participação e mobilização cidadã. As ações coletivas estabelecem novas relações entre as pessoas e fortalecem as capacidades de grupos excluídos. Os autores se referem a um movimento de pessoas reagindo à exclusão, à alienação, à privação de recursos causada pelo capitalismo e iniciativas socioeconômicas e sustentáveis. De acordo com os autores, essas reações ressignificam e transformam as relações humanas e as estruturas de poder. Por consequência, as estruturas de poder são capazes de estimular a reconstrução da estrutura social. Neste sentido, a mudança socialmente inovadora representa a melhoria das relações sociais

(entre indivíduos e grupos) e o desenvolvimento de habilidade, pelos quais os atores e os grupos sociais desempenham seus papéis na sociedade.

Corroborando com a abordagem de Moulaert, MacCallum e Hillier (2013), a dinâmica social fundamenta a teoria da inovação social transformadora desenvolvida por Avelino *et al.* (2014), que será a perspectiva teórica adotada nesta tese. Os autores conceituam inovação social como uma mudança nas relações sociais, envolvendo novas maneiras de fazer, organizar, enquadrar e conhecer. Para Avelino *et al.* (2014), a transformação consiste no resultado de interações que coevoluem entre quatro dimensões distintas, mas entrelaçadas entre si: inovações sociais, inovações de sistema, narrativas de mudança e mudanças de jogo. De acordo com os autores, a maneira como as pessoas interagem, decidem ou agem tende a promover novas combinações de práticas ou novas relações sociais em certas áreas de ação ou em um contexto social, o que promove melhorias nas relações sociais, nas estruturas de governança e no empoderamento coletivo.

O estudo de Cajaiba-Santana (2014) também reforça as abordagens anteriores, enfatizando as práticas sociais como base da inovação social. Para o autor, inovação social consiste na construção de novas práticas legitimadas (como mudanças de atitude, comportamento e percepções). Considerando as particularidades da inovação social, Cajaiba-Santana (2014) analisou os processos de inovação social através de duas lentes conceituais: a teoria institucional e a teoria da estruturação. Na visão da teoria institucional, a iniciativa inovadora surge como efeito do compartilhamento de conhecimento e recursos entre atores mobilizados. Já na visão da teoria da estruturação, as iniciativas inovadoras podem emergir das da construção social de indivíduos comprometidos coletivamente em ações com propósitos e que refletem os resultados de suas ações. Cajaiba-Santana (2014) salienta que a mudança social deveria ser a principal característica em evidência da inovação social, entretanto depende do desenvolvimento da concepção crítica e reflexiva dos envolvidos. Para o autor, os resultados alcançados pelas inovações sociais podem ser múltiplos, na forma de novas instituições, novos movimentos sociais, novas práticas sociais ou diferentes estruturas de colaboração no trabalho.

A importância da concepção crítica e reflexiva dos envolvidos nas iniciativas inovadoras é reforçada pela abordagem de Klein *et al.* (2016). Os autores destacam o posicionamento humano como centralidade na reflexão da criação da ação inovadora, sendo as inovações sociais (nas relações, organizações e instituições) interpretadas como condutoras para a promoção de novas formas de desenvolvimento. Para Klein *et al.* (2016), além das renovações de valores, concepções, experiências e interações, as inovações sociais geram novos posicionamentos quanto à natureza e ao tempo. Isso exige reflexão não apenas em relação às

ações, mas também ao ambiente institucional que se enfrenta e, paradoxalmente, no que se fundamenta a ação e a participação na construção de compromissos e regulamentos sociais.

Lévesque (2014) chama atenção ao fato de que as inovações sociais podem contribuir para a transformação social, contudo não há uma relação direta, já que o desenvolvimento da inovação social, bem como da transformação social, ocorre em níveis distintos. Para o autor, as inovações sociais são originadas, na maioria das vezes, por empreendedores coletivos, vinculados a organizações que podem ser bem pequenas. Já as transformações são promovidas principalmente por movimentos sociais e ocorrem em escala de uma sociedade ou até em escala global. Entretanto, as inovações sociais e as transformações pressupõem atores conscientes de suas ações. De acordo com Lévesque (2014), cidadãos engajados nas inovações sociais (especialmente as relativas à economia social e solidária) constituem outra visão de desenvolvimento. Por conta disso, as práticas inovadoras experimentam novos caminhos que guiam rupturas e possibilitam mudanças radicais, como a transformação de ideias que permitem imaginar de outra forma, desejar em conjunto com outros indivíduos e construir progressivamente um novo paradigma societal. Entre prioridades em contextos de transformação social, o autor destaca inovações sociais interdependentes em desigualdades, saúde e ecologia.

Ações participativas e democráticas constituem o enfoque da inovação social abordada por Laville (2016), que afirma que a inovação social na perspectiva da solidariedade pode ser considerada forte, quando ocorre por ações democráticas com intensidade na participação. Nesta concepção, a inovação social de solidariedade forte, além de atender necessidades, deve responder às aspirações sociais, gerando um novo padrão de mudança social. Isso inclui pensar em instituições intermediárias e políticas necessárias para que a inovação social possa transformar o quadro institucional. Entretanto, para a inovação social levar à transformação de uma estrutura interpretativa da sociedade, faz-se necessária uma democracia participativa e uma economia plural (pluralidade de recursos econômicos mercantis, não-mercantis e não-monetários). Conforme o autor, a democracia participativa pode ocorrer pela articulação entre autoridades públicas e espaços públicos. Os espaços públicos se materializam por relações em associações e, também, são os ambientes onde surgem os problemas econômicos que podem gerar possibilidades a partir de uma pluralidade econômica.

O Quadro 1 apresenta os principais elementos observados na perspectiva da inovação social transformadora.

Quadro 1 – Elementos da Inovação Social Transformadora

Relações Sociais Protagonismo Empoderamento	MOULAERT; MACCALLUM; HILLIER, 2013
Práticas sociais Empoderamento Movimento social	AVELINO <i>et al.</i> , 2014
Reflexão crítica Práticas sociais Protagonismo	CAJAIBE-SANTANA, 2014
Reflexão crítica sobre protagonismo	KLEN <i>et al.</i> , 2016
Movimento social Atores conscientes de suas ações	LÉVESQUE, 2010; 2014; 2016
Solidariedade forte (democracia participativa e economia plural)	LAVILLE, 2016

Fonte: Elaborado pela Autora.

A importância da ação coletiva e, conseqüentemente, o estabelecimento de novas relações sociais, como potencializadoras de capacidades e propensas a um horizonte de mudanças social, são enfatizados nesta perspectiva pelas abordagens desenvolvidas por Moulaert, MacCallum e Hillier (2013), Avelino *et al.* (2014) e Cajaiba-Santana (2014). Estas mudanças sociais se referem às rupturas sociais a partir do empoderamento coletivo e de construções predispostas a romper padrões, comportamentos e valores que sustentam estruturas conservadoras de poder.

Outro aspecto relevante refere-se ao vínculo dos movimentos sociais com a inovação social impulsionadora de mudança social, conforme as abordagens de Avelino *et al.* (2014) e Lévesque (2014). Os movimentos sociais expressam necessidades e aspirações da sociedade em diversas áreas, como questões de gênero, meio ambiente, programas de capacitação, incentivo à cultura, segurança alimentar, saúde para todos, entre outros. Por conta disso, potencializam a geração de inovação social e contribuem para a transformação de organizações e instituições (LÉVESQUE, 2016).

Cabe destacar também a relação ao protagonismo dos atores na inovação social que gera transformação, apontada nas abordagens de Moulaert, MacCallum e Hillier (2013), Cajaiba-Santana (2014) e Klein *et al.* (2016). As experiências em iniciativas sociais e difusão de novas práticas geram aspirações que mobilizam cidadãos e ajudam a projetar novas formas de enfrentar problemas e novos arranjos de conhecimento institucional, contribuindo para gerar ações que promovam a transformação social (KLEN *et al.*, 2016; LAVILLE, 2016).

Nesta ótica, a inovação social é interpretada como impulso para a transformação social que proporciona acesso a experiências e iniciativas de baixo para cima, que desafiam e tentam mudar os sistemas econômicos dominantes. Contudo, a inovação social que promove

transformação social depende sobretudo de um processo coletivo de aprendizagem, que possibilita aos participantes a troca de experiências, sugestões e conhecimento, e de criação (AVELINO *et al.*, 2014; LAVILLE, 2016). Isso permite aos cidadãos aproveitar o poder de sua existência, gerando a solidariedade forte sinalizada por Laville (2016).

Apesar de diferentes enfoques, as abordagens da inovação social nas perspectivas instrumental e de transformação social não se caracterizam necessariamente como excludentes. Mesmo distintas, podem conduzir para uma perspectiva integradora, uma vez que o desenvolvimento de uma inovação social na perspectiva instrumental pode estimular novas interações e reflexões, possibilitando mudar concepções e relações, evoluindo para uma perspectiva transformadora. Contudo, é importante considerar que, na prática, a inovação social, por vezes, tem usos distintos: algumas inovações vão contribuir para minimizar uma situação mais imediata, e outras vão estimular novas concepções e mudar relações e, assim, vão ser transformadoras.

O debate da inovação social em uma perspectiva que gera mudança social tem sinalizado importantes potencialidades em iniciativas inovadoras geradas a partir de transformações nas estruturas conservadoras de poder, pelo empoderamento coletivo, fundamentadas nas relações e práticas sociais. Esta perspectiva adquire a realidade social como incentivo para os estímulos de abordagens alternativas de desenvolvimento com a economia solidária. A economia solidária se apresenta como uma das formas mais dinâmicas e propensas de gerar soluções e inovações sociais, por acontecer por meio da participação e cooperação entre os atores e por sinalizar rupturas com o modelo de mercado predominante.

2.2.1 Inovação Social em Práticas de Economia Social e Solidária

A economia solidária é um conceito empregado em diversos países, com concepções em torno da ideia de solidariedade. No Brasil, a economia solidária obteve expressão a partir da década de 1990, com o surgimento de um conjunto distinto de iniciativas econômicas constituídas sob princípios do associativismo, autogestão e propriedade coletiva dos meios de produção (LAVILLE; GAIGER, 2009). A precedência da solidariedade sobre o interesse individual e o ganho material é a principal característica, a qual se manifesta pela existência de critérios equitativos, com um caráter participativo, pela socialização dos recursos produtivos e pelo trabalho cooperativo (FERRARINI *et al.*, 2018).

A economia solidária se configurou como uma das formas de resistência ao desemprego dos trabalhadores, os quais passaram a associar-se para produzir de forma autônoma, por uma diversidade de empreendimentos econômicos solidários. Suas expressões concretas envolvem

desde empreendimento sob a forma de cooperativas, associações e grupos informais, até arranjos mais complexos em torno de cadeias produtivas, comércio justo, comercialização e consumo coletivos, crédito solidário, trocas solidárias e moeda local (GAIGER, 2013; SINGER, 2002).

Estas iniciativas se apresentam como uma nova estruturação de organização do trabalho e alternativa diante da exploração do trabalho e do trabalho alienado, bem como um significativo meio de geração de renda e inclusão social. Envolve possibilidades da conquista de espaço econômico e social, tanto pela geração de renda, quanto pela vivência de representações, como também pela solidariedade e cooperação social (SINGER, 2002; FRANÇA-FILHO; LAVILLE, 2004).

A economia solidária expressa outro modo de produção, manifestando em suas dinâmicas produtivas a economia como parte da vida, mas não como foco principal das interações. A abrangência das práticas da economia solidária pode ser compreendida pelo paradigma econômico da racionalidade substantiva, apontada por Karl Polanyi (2000). Em sua obra *A grande Transformação*, Polanyi (2000) critica o reducionismo da economia de mercado e formula a concepção de economia substancial, que concebe uma pluralidade de formas de produzir e distribuir riquezas, vinculada a princípios de integração econômica, redistribuição, reciprocidade e administração doméstica.

O princípio da redistribuição está relacionado com a natureza da troca, o padrão institucional e as características intrínsecas desse princípio. O Estado pode ser considerado a esfera que opera segundo o princípio da redistribuição, ou seja, o encarregado de redistribuir os recursos provenientes dos impostos e destinados a prover as necessidades dos indivíduos. O princípio da reciprocidade considera a relação estabelecida entre várias pessoas por meio da troca de natureza social, buscando criar ou reforçar laços sociais. Está relacionada com a ajuda mútua, cooperação e solidariedade, além de ser estimulada pelo padrão institucional de afinidades e semelhanças entre grupos, e estabelecida a partir da proximidade e interação entre os atores. Já o princípio da administração doméstica consiste na produção para consumo próprio e na produção e armazenamento para satisfazer as necessidades de determinado grupo familiar. O modelo base de suporte é a autarquia, cujo conceito refere-se a uma sociedade que se basta a si mesma em termos econômicos (POLANYI, 2000).

As iniciativas da econômica solidária ampliam as possibilidades de desenvolvimento, tanto no âmbito das potencialidades produtivas, quanto das relações humanas, concretizando a produção das necessidades humanas. Manifestam formas de resistência ao mercado, resultantes de ações coletivas, capazes de promover a solidariedade democrática e a democratização da

economia.

Estudos nacionais e internacionais apontam para abordagens da economia social (vertente do Norte) e da economia popular (típica do Sul), como vertentes da economia solidária, tanto no campo semântico quanto no de experiências de auto-organização social do trabalho (BRANCALEONE, 2019; FERRARINI *et al.*; 2018; FRANÇA FILHO, 2002; GAIGER, 2009; LAVILLE, 2009).

A economia social tem suas raízes nas abordagens mais tradicionais do movimento associativista operário na Europa, nas primeiras décadas do século XIX (durante a Revolução Industrial), que expressou a resistência popular às tendências de redução da economia ao princípio do mercado e à racionalidade da acumulação privada, que submetia trabalhadores a condições degradantes e subumanas de vida. Estas reações originaram diversas iniciativas influenciadas pela concepção da ajuda mútua, cooperação e associação, como alternativas de organização do trabalho, em reação à proposta dominante de trabalho assalariado estabelecida pelo princípio econômico que começava a se tornar hegemônico, imposto pela empresa capitalista nascente (FRANÇA FILHO, 2002; GAIGER, 2009).

Entre os principais precedentes desta abordagem, destacam-se o cooperativismo operário de Robert Owen, o cooperativismo de consumo dos pioneiros de Rochdale e o movimento das comunas, bem representado pelos Kibbutzim, em Israel (LAVILLE; GAIGER, 2009). Robert Owen, proprietário de um complexo têxtil em New Lanark, no Reino Unido, no início do século XIX, constitui-se em uma referência importante como iniciador do movimento socialista, testando suas proposições na prática social e econômica. Em suas estruturas fabris, adotou melhorias sociais, como a limitação de jornada de trabalho, recusava-se a empregar menores de dez anos (o que era um grande avanço para a época), construiu jardins de infância para os filhos dos operários e estruturou armazéns que vendiam gêneros alimentícios e outros artigos a preço de custo, obtendo maior produtividade e maior lucratividade como resultado. Robert Owen chegou a apresentar um plano ao governo britânico, em 1817, para solucionar a pobreza e a recessão econômica da época, por meio de estabelecimento de aldeias cooperativas, mas suas ideias não foram aceitas (SINGER, 2002).

Outro importante antecedente da economia social consiste na experiência da Sociedade dos Pioneiros Equitativos de Rochdale, cooperativa criada em 1844, em Manchester, na Inglaterra, com 28 trabalhadores (dos quais seis eram seguidores de Owen), deu origem a princípios cooperativos considerados até a atualidades (LAVILLE; GAIGER, 2009; SINGER, 2002). Ainda, cabe destacar o movimento das comunas, que expressa uma vivência em comunidade com a característica essencial na prática da solidariedade simultaneamente na

produção, no consumo e na vida social, como a comuna do Kibbutzim de Israel (LAVILLE; GAIGER, 2009).

Estas ações empreendidas na dinâmica associativista adquiriram, aos poucos, o reconhecimento dos poderes públicos, elaboração de quadros jurídicos. Assim, surgem, durante a segunda metade do século XIX, os estatutos de organização cooperativa, mutualista e associativa. As cooperativas passaram a se inserir na economia mercantil, ocupando setores de atividade de fraca intensidade capitalística, e as organizações mutualistas foram sendo incorporadas à economia não-mercantil praticada pelo Estado. Essa prática organizacional refletiu mudança no aspecto estrutural da constituição inicial dos empreendimentos: os militantes políticos, estimulados por suas concepções de um movimento operário, passaram a ser gradativamente substituídos por profissionais com perfil técnico e funcional, manifestando também a predominância deste perfil nas atividades (FRANÇA FILHO, 2002).

Com o passar do tempo, as organizações de economia social surgidas no século XIX foram se adaptando cada vez mais às regras do modelo capitalista, enfraquecendo o seu conteúdo histórico-político e poder de mudança social (FRANÇA FILHO, 2002). O Estado assumiu funções de geração de riqueza e de assistência social, e a solidariedade de tipo associativo passou para um papel subsidiário. Sob controle do Estado, as mútuas passaram a funções complementares dos sistemas de seguridade social, e as cooperativas adaptaram-se à economia de mercado, seguindo tendências de especialização e competitividade. Essas tendências geraram repressão gradual da dimensão política e enfrentamento dessas organizações (GAIGER, 2009).

A partir dos anos 1970, com o enfraquecimento do Estado Providência, novas experiências sociais surgiram, renovando ações associativistas, colaborativas e de solidariedade econômica, sinalizando uma nova economia social. Restaurada, a economia social passou a desempenhar uma função substitutiva dos arranjos do mercado (criação de empregos, crescimento econômico) e do Estado (redistribuição e regulação), aproximando-se da noção de Terceiro Setor, abordagem que surge a partir da década seguinte (GAIGER, 2009).

Ao Sul, a existência de práticas econômicas apoiadas em vínculos de reciprocidade favoreceu o surgimento do campo empírico da economia solidária, especialmente na América Latina, na década de 1980. A economia solidária resgata a estratégia histórica dos trabalhadores profundamente ligada ao princípio do movimento operário, contudo distanciando-se, mais tarde, em diversos locais e por razões mais políticas do que singularidades inflexíveis (GAIGER, 2013).

No Brasil, a economia solidária se fortalece a partir da década de 1990, momento de

agravamento dos índices de desemprego, quando trabalhadores iniciaram atividades econômicas organizadas, baseando-se nos princípios de cooperação, autonomia e gestão democrática (LAVILLE; GAIGER, 2009). Além dos empreendimentos urbanos formados em geral por trabalhadores excluídos do mercado de trabalho, somam-se tradicionais grupos associativos de pequenos agricultores (GAIGER, 2009).

Embora com múltiplas raízes e formas, as diferentes vertentes da economia solidária expressam a impossibilidade e a resistência de viver de acordo com as regras da economia capitalista em suas formas de interações. Resistem ao sistema de vida que não desvinculam as relações econômicas das relações sociais, insistindo em resgatá-las ou agir por sua instauração. Essa resistência histórica é conduzida por valores em que a defesa se fez com muito sofrimento e não impediu desvios de caminhos e importantes concessões. As organizações de economia solidária reduzem a presença de relações sociais que sujeitam a divisão entre capital e trabalho, além de estimular seus membros à participação cotidiana e ao engajamento em questões da comunidade e em lutas coletivas mais amplas (GAIGER, 2009).

Ferrarini (2019) destaca que, ainda que a economia solidária tenha surgido como forma de enfrentamento ao desemprego, passou a adquirir sentido político emancipatório e caráter propositivo na realidade brasileira. O protagonismo assumido pelos próprios trabalhadores (pela autogestão, socialização dos meios de produção, cooperação e sustentabilidade), a racionalidade econômica substantiva e o nível de participação (interna e externa) ao empreendimento podem colocar a economia solidária como iniciativas inovadoras com potencialidade para a transformação social.

Para Laville (2009), as experiências da economia solidária podem contribuir para a constituição de um projeto de democratização da economia e da sociedade, se, além das interações setoriais, ocorrerem reflexões aprofundadas em relação às ações destas interações e suas implicações diante das regulações públicas, assim como a agregação aos movimentos sociais que compartilhem dos objetivos. O autor sinaliza a importância da constituição de instituições em condição de garantir a pluralização da economia para posicioná-la em um contexto democrático, já que a lógica da economia de mercado se compromete quando se torna única e sem limites. As inovações institucionais podem ser geradas por meio de práticas sociais que sinalizam alternativas de uma reinserção da economia em normas democráticas.

Laville (2016) argumenta que muitos elementos das iniciativas de inovação social são reconhecidos na economia solidária. A realidade da América do Sul evidencia a relevância dos espaços públicos, como os fóruns e as arenas de tradução de políticas públicas, que podem ter sido negligenciados em outros contextos. Isso permite observar que a inovação social requer a reconfiguração de questões públicas, ou seja, a natureza pública das iniciativas cidadãs,

desenvolvendo uma ligação de democracias representativas e deliberativas. Nessa perspectiva, mudanças sociais podem ser concretizadas por processos de construção de grupos em contextos democráticos e de novas instituições (LAVILLE, 2009)

Para Gaiger (2016), a economia social solidária oferece uma atmosfera favorável à inovação social, na medida em que vivencia novas formas econômicas embasadas em ações de confiança, colaboração e reciprocidade, desenvolvendo os vínculos sociais que geram capital social (ativo e fundamentalmente coletivo e dinâmico) e possibilidades de mudanças sociais. Neste sentido, a economia solidária simboliza a força da reativação de princípios, energias humanas e saberes que devem ser reconhecidos, recuperados e desenvolvidos, no intuito de evidenciar como outros princípios referentes à vida social e à ação econômica precisam ser mobilizados para estruturar espaços potenciais para a inovação social.

Quadro 2 – Características da Economia Solidária

Igualdade de direitos Autogestão Processos democráticos	GAIGER, 2013; SINGER, 2002; FRANÇA-FILHO; LAVILLE, 2004.
Solidariedade Cooperação Reciprocidade	GAIGER, 2009; LAVILLE; GAIGER, 2009; SINGER, 2002; FRANÇA-FILHO, LAVILLE, 2004.
Vínculos Sociais Confiança	GAIGER, 2006, 2009, 2013.
Protagonismo Racionalidade consubstanciada Aprendizagem contínua Empoderamento dos atores	FERRARINI; 2016, 2019; FERRARINI <i>et al.</i> , 2018; GAIGER; FERRARINI; VERONESE, 2018.
Reflexão em relação às ações e suas implicações Agregação aos movimentos sociais Inovações nas instituições (economia plural)	LAVILLE, 2009; 2016.

Fonte: Elaborado pela Autora.

O Quadro 2 apresenta as características observadas na perspectiva da economia solidária como forma de inovação social. Pensar na ascensão das inovações sociais impõe considerações sobre o processo de gestão e sua influência no empoderamento dos atores, sendo essencial o desenvolvimento de práticas democráticas efetivamente participativas, para ser possível a transformação nas relações de poder (FERRARINI, 2016).

A forma de constituição e funcionamento, bem como a trajetória construída a partir de um princípio de lutas, resistência e superação contínua, a experiência em estudo se caracteriza como uma prática da economia solidária e manifesta a criação de uma forma de organização econômica e social que pressupõe a existência da inovação social. Assim, aborda-se a inovação social no meio rural, com vistas à compreensão da sua dinâmica, bem como dos elementos que possibilitam a geração da inovação social no espaço rural.

2.2.2 Inovação Social no Meio Rural

O espaço rural se configura como um universo em que ocorre uma interação entre as atividades econômicas, hábitos e culturas. Para Wanderley (2004), um meio rural dinâmico sugere a presença de pessoas que desenvolvam um espaço de vivências e trabalho, o que sinaliza, também, para espaços de construções que podem contribuir substancialmente para mudança social e um futuro mais sustentável.

Até algumas décadas atrás, o ambiente rural era representado pelas atividades agrícolas, caracterizado como área de privações, escassez de recursos e rusticidade, em contraponto ao espaço urbano, que era relacionado ao desenvolvimento, progresso e uma melhor qualidade de vida. Esta pode ser considerada uma visão limitada ao conceito rural, quando é percebido apenas como representação contrária ao modo de vida urbano, desvalorizando a importância econômica e social do meio rural (ABRAMOVAY, 2000a; 2000b). Conforme Marques (2002), a concepção do espaço rural envolve diversos fatores que compreendem desde a forma diferenciada com que esta realidade se apresenta no espaço e no tempo, até as influências de caráter político-ideológico e os objetivos que visam analisar.

A partir de análise na literatura internacional, Abramovay (2003) sintetiza as formas predominantes de classificação do espaço rural em três caracterizações. A primeira refere-se à delimitação administrativa (na América Latina, é usada no Brasil, Equador, Guatemala, El Salvador e República Dominicana), que define o rural (ao menos em parte) ao arbítrio dos poderes públicos municipais. As implicações fiscais da definição acabam sendo mais importantes que os aspectos geográficos, sociais, econômicos ou culturais. Nesta delimitação, define-se o urbano como espaços com extensão de serviços públicos a um certo aglomerado populacional, e o rural tenderá a ser definido, em princípio, pela carência.

A segunda caracterização definida por Abramovay (2000a) considera a importância econômica na ocupação de mão-de-obra da agricultura, como principal critério para a definição de ruralidade. O autor destaca, entre os exemplos, Israel, que define como urbanas localidades onde 2/3 dos chefes de famílias exercem ocupações não agrícolas, e Chile, em que, além do patamar populacional (1.500 habitantes), a localidade rural deve ter menos de 50% dos habitantes ocupados em atividades secundárias.

Já a terceira caracterização se refere a um quantitativo populacional que define localidades rurais (um certo patamar populacional). Países como Espanha, Portugal, Itália e Grécia consideram localidades rurais as que reúnem, em habitações próximas, até 10 mil habitantes e guardam uma certa distância dos centros metropolitanos. Na França, são rurais as “comunas”, com população inferior a 2 mil habitantes, critério estipulado ainda no século XIX.

Também, diversos países latino-americanos (Argentina, Bolívia, México, Venezuela, Honduras, Nicarágua, Panamá) adotam um limite populacional (entre mil e 2.500 habitantes) na definição de população rural (ABRAMOVAY, 2000a).

Abramovay (2000a) destaca que a literatura internacional atual converge no sentido de definir o significado da ruralidade nas sociedades contemporâneas a partir de três aspectos básicos: a relação com a natureza, a importância das áreas não densamente povoadas e a dependência do sistema urbano. Conforme o autor, o bem-estar econômico das áreas de povoamento mais dispersas depende da atividade econômica das cidades próximas e, mesmo, dos grandes centros urbanos mais afastados.

Para Veiga (2002), os critérios para demarcar as divisões territoriais nos diversos países são, de modo geral, antigos e não resultaram de nenhuma necessidade relacionada com o que denomina, na atualidade, desenvolvimento territorial. No Brasil, a forma de delimitar os espaços rurais tem origem na década de 1940, com a definição pela oposição e exclusão as áreas consideradas urbanas. Conforme o Censo Demográfico,

Rural é a área externa ao perímetro urbano de um distrito, composta por setores nas seguintes situações de setor: rural de extensão urbana, rural povoado, rural núcleo, rural outros aglomerados, rural exclusive aglomerados (IBGE, 2000).

Por conseguinte, todo o espaço de um município que não compreende áreas urbanas ou distritais é estabelecido como rural. Segundo Marques (2002), por conta da delimitação, frequentemente, a definição do rural se dá com bases no contexto do urbano, ou seja, apoiando-se em características a partir das quais se diferenciam. Os Estados têm estabelecido definições oficiais, categorizando os espaços em rural e urbano para fins estatísticos e administrativos. Os principais critérios tradicionalmente empregados são: (a) discriminação a partir de um determinado patamar populacional; (b) a predominância da atividade agrícola; (c) delimitação político-administrativa (MARQUES, 2002).

De acordo com Wanderley (2004), o meio rural no Brasil foi tradicionalmente constituído por “espaços diferenciados”, que representam formas sociais distintas: as grandes propriedades rurais (fazendas e engenhos) e os pequenos agrupamentos (povoados, bairros rurais, colônias etc.). Esses espaços, junto com as pequenas cidades, formaram a base histórica do povoamento brasileiro (WANDERLEY, 2004) e deram sequência à dualidade de modelo de desenvolvimento rural, evidenciada pela partilha desigual de terras entre a agricultura de natureza familiar e a agricultura patronal.

Ao longo do século XX, ocorreram expressivas mudanças que geraram intensas transformações no meio rural brasileiro. O processo de migração de população de áreas e

atividades rurais para áreas e atividades urbanas, principalmente, a partir da década de 1930, configura-se como um dos fatores que fazem parte das mudanças ocorridas. Motivado inicialmente pela busca das pessoas por trabalho e melhores condições de vida nas cidades, esse processo acentuou-se devido às transformações tecnológicas ocorridas na agricultura a partir da década de 1960 (CASTRO, 2019).

Outro fator relevante para as mudanças do espaço rural consiste nas mudanças tecnológicas. A economia do meio rural, tradicionalmente representada pelas atividades agropecuárias, foi intensamente modificada ao longo do século passado. Diversas inovações tecnológicas e de conhecimento foram sendo introduzidas na produção agrícola a partir da metade do século XX, visando o aumento da produtividade da lavoura e do trabalho. Essas inovações se deram com a incorporação da mecanização em larga escala, por meio de tratores, implementos e colheitadeiras (CASTRO, 2019), bem como pelo uso de sementes modificadas, adubos e fertilizantes industriais, agroquímicos em geral e biotecnologias (SCHNEIDER; ESCHER, 2011).

O resultado desses fatores (mudanças tecnológicas e êxodo rural) foi tanto impulsionado como negligenciado pelo Estado brasileiro. A modernização tecnológica e o aumento da produtividade agrícola se constituíram em ações incentivadas e estimuladas pelo Estado, por meio de destinação de recursos financeiros na forma de distintas políticas públicas (crédito rural, pesquisa agropecuária, Assistência Técnica e Extensão Rural, entre outras). Por outro lado, diversos aspectos relacionados ao meio rural também foram descuidados pelo Estado, de maneira especial aqueles ligados a serviços públicos clássicos, como saúde e educação para a população (CASTRO, 2019).

Em seu estudo, Wanderley (2004) aponta que, além da estrutura fundiária inibir o acesso à terra à grande maioria que trabalha na agricultura, evidencia também razões pelas quais o Brasil está longe de atingir qualquer meta aproximativa de paridade social. Em muitas regiões do país, a população rural ainda é a principal vítima de pobreza, isolamento e submissão política. Abramovay (2000a, 2000b) compara o contexto rural em países capitalistas centrais (onde o meio rural teve participação ativa no desenvolvimento econômico e social das nações) e destaca que a ruralidade em si não foi obstáculo à criação de novas alternativas de trabalho nestes países. Também, chama atenção para a concepção estabelecida em relação ao meio rural no Brasil. Os espaços rurais são percebidos por boa parte da população como um local de atraso em relação ao desenvolvimento. De acordo com o autor, essa concepção é equivocada e obstaculiza as possibilidades de tornar as áreas rurais dinâmicas e desenvolvidas.

Para Marques (2002), o enfoque de desenvolvimento rural adotado ao longo de décadas

no país priorizou a expansão e a consolidação do agronegócio, obtendo resultados positivos, sobretudo em relação ao aumento da produtividade e à geração de divisas para o país por meio da exportação. Contudo, essa priorização tem implicado custos sociais e ambientais crescentes.

Substanciando os apontamentos de Abramovay (2000a; 2000b) e Marques (2002), Wanderley (2004) ressalta que a questão da ruralidade no contexto das sociedades modernas evidencia desafios crescentes em relação ao meio ambiente e às representações sobre o território nacional e o papel atual da agricultura no desenvolvimento, a busca de soluções para as crises sociais, principalmente vinculadas à geração de renda e às transformações da agricultura. Situações análogas também têm sido observadas no Brasil. A adversidade do modelo de sociedade, o desemprego, a violência urbana, a redução do êxodo rural, as novas demandas de modernização da agricultura (no contexto da sustentabilidade social) e as novas exigências a respeito da cidadania rural, entre outras questões, colocam em debate a preocupação com o desenvolvimento rural e pressionam reflexões sobre o contexto do meio rural na atualidade (WANDERLEY, 2004).

Para Abramovay (2000a), a ruralidade não é uma etapa do desenvolvimento social a ser superada com o avanço do progresso e da urbanização. O autor destaca a necessidade de desenvolver esforços na América Latina e no Brasil, no sentido de buscar compreender as relações entre as regiões rurais e as cidades das quais essas regiões dependem, para construir alternativas e oportunidades com o que o próprio meio rural tem a oferecer para a sociedade. Conforme o autor, a concepção de desenvolvimento precisa estar associada à valorização da ruralidade por toda a sociedade, uma vez que o espaço rural é uma forma de as pessoas melhorarem suas interações com a natureza, assim como residirem em áreas menos populosas e em espaços que podem apresentar maior inserção nas dinâmicas urbanas. Assim, a dinâmica dos espaços rurais desempenha uma função significativa nas interações regionais, podendo contribuir para melhorar a relação entre os espaços urbanos e rurais.

Apoiado na literatura sobre capital social, Abramovay (2000b) ressalta os fatores que geram cooperação, reciprocidade e solidariedade e os aponta como elementos fundamentais para acionar as economias próximas e relacionar os conflitos locais em torno de uma orientação. Para o autor, determinados ambientes são propícios à inovação, porque existe uma tradição histórica de cooperação que gera capacidade de mobilização em torno de um projeto ou uma orientação (ABRAMOVAY, 2000b; 2006).

Diversos autores (ABRAMOVAY, 2000a; GRAZIANO DA SILVA, 2001; VEIGA, 2002) ressaltam que o espaço rural não é apenas a manifestação da atividade agrícola, uma vez que expressa também uma diversidade de atividades. Isso sinaliza o surgimento de uma nova

compreensão de ruralidade, decorrente da combinação de elementos, como a crescente preocupação com a conservação do meio ambiente, bem como a intensificação de outras atividades econômicas e interesses sociais no meio rural, que agregam à prática agrícola e à produção de alimentos (ABRAMOVAY, 2003; GRAZIANO DA SILVA, 2001; VEIGA, 2002).

Nesta concepção, Marques (2002) ressalta que a diversidade social do campo se relaciona à diversidade natural, que é manifestada na complexidade da problemática social e ambiental, ao mesmo tempo em que representa um potencial para o desenvolvimento rural. Para Kageyama (2004), o meio rural envolve pluriatividades e é multifuncional (funções produtivas, ambiental ecológica e social). A autora destaca que os elementos que definem a concepção do rural foram se adaptando no decorrer da história e agregaram novas proporções: a grande propriedade já não prevalece de forma absoluta, a agricultura se modernizou, a população rural passou a obter rendimentos nas cidades próximas, a própria indústria adentrou nos espaços rurais. Isso possibilitou maior aproximação cultural entre os habitantes do campo e das cidades, expandindo a compreensão do que é o território rural e urbano.

Em estudo sobre a relação entre a dimensão espacial do desenvolvimento, a intensidade e o formato da diversidade da agricultura familiar, Conterato e Schneider (2010) sinalizam que novas temáticas estão sendo abordadas como possibilidades de alternativas em relação ao meio rural, como as questões ambientais, de gênero, pluriatividade, empreendedorismo e inovação, o papel das instituições e das redes agroalimentares, entre outras. Essas temáticas possibilitam espaços de mudanças nos propósitos do novo paradigma de desenvolvimento rural, como apontado por Ploeg *et al.* (2000).

Para Bezerra e Bacelar (2013), a diversidade do rural brasileiro transcende as atividades agrícolas, estabelecendo distintas realidades na constituição de espaço agrícola, produtivo e social. Segundo as autoras, as abordagens históricas, legais e ambientais confirmam situações peculiares, em que biomas locais também influenciam na interação das pessoas com a natureza, interações sociais, além das atividades econômicas, que compõem espaços de vida, cultura e influência mútua (BEZERRA; BACELAR, 2013)

De acordo com Ploeg *et al.* (2000), o desenvolvimento rural precisa ser compreendido como um movimento na direção de novas propostas para o espaço rural, com novos objetivos, para a valorização crescente das economias de escopo em detrimento das economias de escala e o fortalecimento das sinergias com os ecossistemas locais. Isso implica necessariamente a criação de novos produtos e serviços vinculados a novos mercados, considerando novas trajetórias tecnológicas, que envolvem repensar a economia rural como um todo.

Embora inúmeras adversidades, em relação à geração de renda, mudança demográfica, modernização da produção e sua interação com meio ambiente, que afetam a qualidade de vida da população rural, compõem o universo rural da atualidade nas mais diferentes regiões planetárias. Observa-se também que, em algumas regiões, estas questões são ativamente enfrentadas e superadas com novas ideias sociais (SCHERMER; KROISMAYR, 2020). Neste sentido, a inovação social tem sido abordada como um recurso promissor no enfrentamento dos desafios e das necessidades sociais nas áreas rurais, bem como para promover um desenvolvimento inclusivo e sustentável (NEUMEIER, 2016; TORRE *et al.*, 2020).

Os estudos sobre inovação social em espaços rurais ainda são muito recentes (VERCHER *et al.*, 2020), e tem se desenvolvido com foco principal no avanço da compreensão do significado e da importância no desenvolvimento rural (BOCK, 2012; 2016; NEUMEIER, 2012, 2016; POLMAN *et al.*, 2017). Contudo, observam-se alguns apontamentos em relação à pouca atenção aos mecanismos implícitos (elementos que contribuem para sua estruturação) de inovação social nas regiões rurais (NEUMEIER, 2016; VERCHER *et al.*, 2020).

Em um estudo teórico, Neumeier (2012) discute a inovação social na perspectiva do desenvolvimento rural, abordando as questões sobre o que são inovações sociais, sua importância e seu papel para o desenvolvimento rural. Entre os apontamentos, destaca que a falta de inovação social é muitas vezes uma das restrições mais fortes à vitalidade e ao progresso das comunidades rurais em países desenvolvidos, democráticos, capitalistas e industriais. Também, o autor apresenta um modelo de processo da inovação social constituído por três estágios: problematização, expressão de interesse e delineamento e coordenação.

Bock (2012), a partir de análise teórica, identifica três interpretações principais do conceito de inovação social que fornecem um conjunto diferente de categorizações: os mecanismos sociais de inovações, sua responsabilidade social e sua contribuição para uma inovação de sociedade. A primeira sinaliza que a inovação ocorre em um contexto social e interação com relações sociais, práticas, normas e valores. O sucesso da inovação social depende do contexto, dos usuários potenciais e suas demandas. A segunda interpretação enfatiza que as inovações devem ser socialmente aceitável, relevantes e eticamente apropriadas, e a sociedade (comunidade interessada) deve estar engajada no processo de inovação social, já que o sucesso das inovações sociais resulta de ação coletiva e implica na aprendizagem social criativa. Na terceira interpretação, a necessidade de inovação da sociedade é enfatizada pelo propósito de criar uma sociedade melhor, com mais igualdade, inclusão e justiça social, acerca da necessidade de a sociedade rural garantir a resiliência, à luz das mudanças na sociedade em geral e nas relações entre o campo e a cidade. No último caso, a inovação social enfatiza a necessidade de mudança social e política, no entanto também se pode argumentar que o

conceito é carregado de valores nas três interpretações, no sentido de que a inovação social é geralmente considerada um desenvolvimento positivo (BOCK, 2012)

Em estudo mais recente, Bock (2016) chama a atenção para o aumento dos efeitos desiguais do desenvolvimento rural e as diferenças entre as áreas rurais prósperas e marginais, tanto entre países, como dentro dos próprios países, destacando a inovação social no debate de enfrentamento dessas questões. A autora ressalta que a inovação social compõe um processo mais amplo da mudança social e pode contribuir no enfrentamento ao despovoamento nas áreas rurais, e ao mesmo tempo possibilitar a inclusão social e a superação dos desafios da desigualdade social.

Neumeier (2016) analisou os fatores que impulsionam a inovação social e a medida com que a política de desenvolvimento rural pode exercer influência sobre esses fatores. Entre os principais resultados, o autor destaca o fato de que a inovação social no desenvolvimento rural não pode ser facilmente iniciada ou dirigida de cima para baixo. Para o autor, o sucesso da inovação social no contexto do desenvolvimento rural depende de uma multiplicidade de fatores distintos que podem ser agrupados em três níveis: (a) fatores importantes para o sucesso do processo de inovação geral (grau de vantagem, consistência com experiências, necessidades, valores existentes, facilidade de uso, experimentabilidade, previsibilidade dos resultados da nova forma de ação); (b) fatores determinantes que influenciam a “margem de manobra” da rede de atores de inovação social (proporção de fatores determinantes externos vantajosos ou desvantajosos); e (c) fatores que influenciam o processo real de participação (capital social dos atores, vontade de participar etc.).

Conforme Neumeier (2016), as diferentes camadas desses fatores de sucesso estão intimamente relacionadas e influenciam umas às outras em diferentes estágios do processo de inovação social. Os fatores determinantes que influenciam a “margem de manobra” para a rede de atores de inovação social atuam em todo o processo de inovação e influenciam a semelhança com que uma inovação social se desenvolve. Já os fatores que influenciam o processo de participação real afetam o processo de participação subjacente a uma inovação social e seus atores. Por fim, os fatores importantes para o sucesso do processo de inovação geral entram em vigor no ponto de mudança, decidindo se uma inovação social é bem-sucedida (adotada).

Para Neumeier (2016), no universo do desenvolvimento rural, a inovação social está relacionada ao surgimento de novos processos de aprendizagem coletiva, coordenação e comunicação. As ações ocorrem por diferentes atores dentro de uma região e envolvem participantes externos nos processos de desenvolvimento rural regional, porque a inovação social ocorre em processos participativos, reunindo diferentes atores com diferentes

experiências. Logo, os processos participativos e o empoderamento dos cidadãos são considerados aspectos cruciais para uma inovação social.

Considerando que as áreas rurais dos países nórdicos frequentemente enfrentam desafios como mudanças demográficas e o fechamento de serviços públicos, o estudo de Jungsberg *et al.* (2020) analisou a importância dos diferentes atores nas fases de iniciação e implementação de 18 desses projetos de inovação social voltados para a comunidade nos países nórdicos. As principais conclusões desse estudo enfatizam as diferenças entre o início e a implementação de cada um dos projetos de inovação social voltados para a comunidade. Os autores destacam que a fase de iniciação depende muito dos membros da comunidade, do setor público local e das organizações da sociedade civil, ao passo que são principalmente estas últimas que dominam a fase de implementação. Além disso, a capacidade dos atores locais de desenvolver ideias, encontrar recursos e gerenciar a tomada de decisões é fundamental para iniciar e sustentar projetos comunitários.

O estudo de Sánchez-Martínez *et al.* (2020) analisou se as inovações realizadas pelas cooperativas de azeite andaluzas (sul da Espanha) são inovações sociais e podem desempenhar um papel principal como atores do desenvolvimento rural, preservando a capacidade competitiva dos agricultores e as condições de vida no campo da Andaluzia. O estudo apontou que as cooperativas têm sido propostas como solução para os problemas que a concorrência internacional coloca para a atividade produtiva de azeitona e azeite.

Vercher *et al.* (2020) propuseram um quadro analítico narrativo envolvendo quatro componentes principais (problematização, soluções e objetivos, atores e enredo) aplicado a três iniciativas na Escócia e na Espanha. O estudo sinaliza que a marginalização, o ambiente natural e a ativação da comunidade são temas centrais no conteúdo das narrativas. As narrativas mostraram que, ao construir melhores relações sociais, colaboração e participação, as comunidades podem se tornar mais fortes e lidar de forma mais eficaz com problemas e aspirações locais. Além disso, a cultura, a história e o patrimônio local, nas três narrativas, são meios para criar um sentimento de pertencimento e reforçar a identidade da comunidade. No entanto, a inovação social não pode ser vista apenas como um processo de auto-organização civil, uma vez que as narrativas em todos os três estudos de caso enfatizam a necessidade de um apoio público mais forte e veem a auto-organização civil como um meio de obter esse apoio. O Quadro 3 apresenta as características observadas da inovação social no meio rural.

Quadro 3 - Elementos da Inovação Social no Meio Rural

Cooperação Reciprocidade Solidariedade Capital social	ABRAMOVAY, 2000b; 2006
Relações e práticas sociais Engajamento comunidade (protagonismo) Mudança social (nas relações entre o campo e a cidade)	BOCK, 2012; 2016;
Experiências Participação (protagonismo) Capital social Aprendizagem coletiva Coordenação Comunicação	NEUMEIER, 2016
Relações sociais Colaboração Participação (protagonismo) Pertencimento (identidade comunitária)	VERCHER <i>et al.</i> , 2020

Fonte: Elaborado pela Autora.

O estudo de Ravazzoli *et al.* (2021) avaliou os impactos que nove iniciativas de inovação social relacionadas aos campos da agricultura, pesca, silvicultura e desenvolvimento rural tiveram, ou estão tendo, em áreas marginalizadas da Europa e do Mediterrâneo, usando um novo quadro de avaliação sistemática. Os resultados apontam a natureza intersetorial (sociedade, economia, meio ambiente e governo) e o caráter multinível (nível micro do indivíduo, nível meso da comunidade, nível macro da sociedade) das inovações sociais. No entanto, as inovações sociais geraram impactos positivos dentro do território local em que ocorrem (e não fora dele), não demonstrando motivações para ir além da comunidade. Mostram também que as inovações sociais contribuíram para enfrentar os desafios da UE e melhorar o bem-estar geral da sociedade, incluindo a redução de certas formas de marginalidade e o apoio às realizações de sustentabilidade.

Os estudos de Bock (2016) e Neumeier (2016) concordam que a inovação social compartilha características com conceitos anteriores de desenvolvimento rural, como desenvolvimento exógeno, desenvolvimento neoendógeno e criação de lugar relacional. De uma forma geral, esta abordagem representa tanto a rejeição de políticas introduzidas apenas de cima para baixo (exógenas), quanto as de natureza de base puramente local (endógenas). A inovação social no meio rural no contexto do desenvolvimento neoendógeno busca tanto o desenvolvimento local (manifestado pelo desenvolvimento no meio rural como resultado de recursos locais, impulsionado pela ação coletiva local), quanto a colaboração externa (foco do modelo exógeno), mas, com colaboração externa de forma atualizada e moderada, caracteriza o modelo neoendógeno. Deste modo, o modelo neoendógeno valoriza significativamente as relações externas, bem como dá atenção à importância da interação entre a comunidade como

contribuintes para o desenvolvimento local (BOCK, 2016; NEUMEIER, 2016).

Conforme os estudos de Bock (2016) e Neumeier (2016), as inovações sociais no contexto do desenvolvimento rural neendógeno são promissoras e possíveis porque ocorrem por meio de importantes interações entre a comunidade local e ambientes mais amplos. Além de considerar o pertencimento ao local onde a inovação social foi gerada, também é destacada a importância da participação e geração da inovação social dentro de uma rede de interconexões espaciais. Essa proposta exige construção de relações além das fronteiras do local em questão.

O estudo de Vercher *et al.* (2020) reforça os apontamentos de Bock (2016) e Neumeier (2016) em relação à importância das relações sociais, colaboração e participação nas inovações sociais no meio rural. Neste sentido, as inovações sociais envolvem novas relações sociais e novos arranjos de governança dentro da comunidade, bem como novas atitudes, comportamentos ou percepções que levam a novas formas de ação colaborativa para atender a necessidades coletivas específicas e se apresentam como potencial promissor diante dos inúmeros desafios do contexto rural (NEUMEIER, 2016). Assim, aborda-se a teoria da inovação social transformadora, com vistas à compreensão da dinâmica da inovação social no meio rural, bem como dos elementos que possibilitam a inovação social geradora de transformação.

2.2.3 Teoria da Inovação Social Transformadora

Na estruturação da inovação social como um campo de pesquisa, um grupo de pesquisadores (AVELINO *et al.*, 2014) desenvolveu recentemente a teoria da inovação social transformadora. Essa teoria está vinculada a estudos expressivos realizados em diversos países, por meio do Projeto *Transformative Social Innovation Theory* (TRANSIT), financiado pela União Europeia. Os estudos do projeto TRANSIT buscam compreender as inovações sociais transformadoras, explorando transformações em sociedades mais inclusivas, resilientes, sustentáveis e, por conta disso, consideradas mais capazes de gerar respostas mais efetivas aos desafios sociais (AVELINO *et al.*, 2014; HAXELTINE *et al.*, 2013).

Nesta concepção, as inovações sociais são caracterizadas em três grandes grupos: (a) inovações sociais ou de base, que atendem demandas sociais não tratadas pelo mercado, conduzidas aos grupos vulneráveis da sociedade; (b) iniciativas mais amplas, que atendem demandas como um todo e buscam atender os aspectos sociais e econômicos, sendo conduzidas para a sociedade em geral; e (c) iniciativas sistêmicas, vinculadas às mudanças básicas em atitudes e valores, estratégias e políticas, estruturas e processos organizacionais, sistemas de entrega e serviços. Neste último grupo, as inovações sociais surgem com maior participação

dos envolvidos, pois as pessoas estão habilitadas (ou se habilitam) a buscar alternativas para as próprias necessidades e as de outros e, por conta disso, tornam-se menos dependentes dos sistemas de bem-estar e ofertas de produtos padronizados da economia de mercado e organizações do setor público (HAXELTINE *et al.*, 2013).

A teoria da inovação social transformadora apoiou-se inicialmente na Perspectiva Multinível (MLP), que teoriza a dinâmica das transições societais, distinguindo entre três níveis: (1) paisagem (macrotendências exógenas); (2) regimes (instituições e práticas dominantes); e (3) nichos (locais de práticas, serviços, ideias inovadoras). Uma transição ocorre quando as mudanças nos três níveis se reforçam mutuamente em uma transformação sistêmica geral (HAXELTINE *et al.*, 2013). Contudo, no desenvolvimento do projeto TRANSIT, os pesquisadores sentiram a necessidade da ampliação da estrutura conceitual inicial e incorporaram outros fenômenos empíricos e perspectivas epistemológicas na caracterização da inovação social transformadora (AVELINO *et al.*, 2014, HAXELTINE *et al.*, 2017)

Em um primeiro momento de ampliação na estrutura conceitual, a teoria da inovação social transformadora apresenta uma heurística conceitual que propõe cinco compreensões essenciais para elucidar as diferentes manifestações (tons)¹ inerentes da mudança e da inovação: (1) inovação social; (2) inovação de sistemas; (3) mudança de jogo; (4) narrativas de mudança; e (5) transformação social. O Quadro 4 apresenta as definições de trabalho com a descrição de cada uma das manifestações (AVELINO *et al.*, 2014).

Quadro 4 – Manifestações Inerentes à Mudança e à Inovação

Cinco manifestações de mudança e inovação	Definições
Inovação social	Novas práticas sociais, incluindo novas combinações de ideias, modelos, regras, relações sociais ou produtos.
Inovação do sistema	Mudança nos níveis dos subsistemas sociais, incluindo as instituições, estruturas sociais e infraestruturas físicas.
<i>Game-changers</i> (mudança de jogo)	Macro evoluções que são percebidas para mudar regras, campo e os jogadores no “jogo” de interação social.
Narrativas de mudança	Discursos sobre mudança e inovação, ou seja, conjuntos de ideias, conceitos, metáforas ou linhas de história sobre mudança e inovação.
Transformação da sociedade	Mudança fundamental e persistente em toda a sociedade, superando subsistemas e incluindo mudanças simultâneas em múltiplas dimensões.

Fonte: Avelino *et al.* (2014, p. 6).

Conforme Avelino *et al.* (2014), a heurística conceitual constitui-se como um mapa cognitivo para analisar teórica e empiricamente como ocorre a interação entre as diferentes

¹ O termo original empregado pelos autores foi “*shades*”, que tem como tradução em português a palavra “tons”. Optou-se por usar no estudo a palavra “manifestação” para representar a expressão original.

manifestações de mudança e inovação. O objetivo é reconhecer e mapear a multiplicidade de interações desenvolvidas no jogo de macrofenômenos, sendo que podem ocorrer a partir de diversos pontos de partida. Neste modelo, a transformação social é estruturada e gerada por padrões específicos de interação entre inovação social, inovação do sistema, *game-changers* (macrofenômeno, mudança revolucionária) e narrativas de mudança.

A teoria da inovação social transformadora desenvolve uma perspectiva sistêmica da inovação social que possibilita identificar os *game-changers*. Dependendo da forma como esse macrofenômeno é percebido, explorado e tratado, podem surgir impulsos (regras, ambientes e indivíduos) que alteram o fenômeno. Os pesquisadores usam a crise econômica mundial como exemplo para demonstrar como a inovação social transformadora pode descompactar a dinâmica do *game-changers* (AVELINO *et al.*, 2014). A pandemia de COVID-19, doença respiratória causada pelo coronavírus da síndrome respiratória aguda grave 2 (SARS-CoV-2), em curso durante a realização desta Tese, pode ser compreendida como um *game-changers* da atualidade.

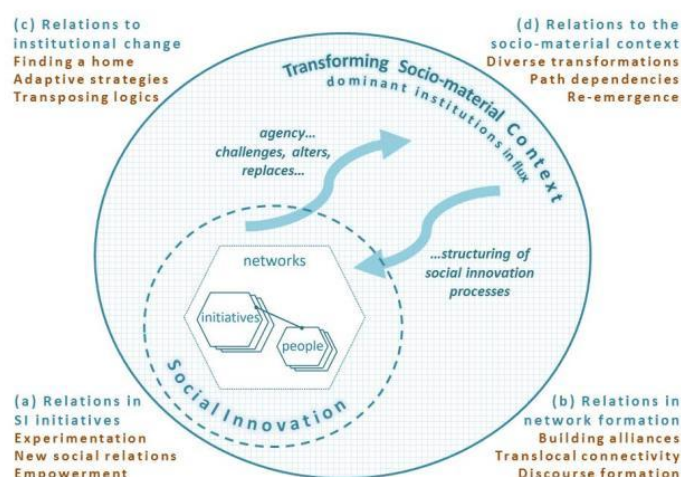
De acordo com a teoria da inovação social transformadora, os *game-changers* ou macrofenômenos da perspectiva socioeconômica (pobreza, exclusão, baixa qualificação, desemprego, incerteza no emprego e trabalho precário) apresentam também implicações em outras perspectivas, como socioecológicas (mudança do clima e perda de biodiversidade, devido ao crescimento econômico ilimitado), sociotécnicas (especulações e superinvestimentos gerados a partir da revolução da tecnologia da informação e comunicação), socioculturais (visões de mundo individualistas e materialistas que resultam em alienação e perda de identidade) e sociopolíticas (desgaste da confiança nas instituições estabelecidas e crescente crítica social das acumulações de riqueza por poderosas elites políticas e financeiras) (AVELINO *et al.*, 2014).

Todas essas perspectivas podem ser representadas pelos *game-changers* e geram a necessidade de reflexão e reavaliação sobre os padrões de ações e interações até então desenvolvidas, estimulando a criação de formas de fazer e agir por meio de ações coletivas. Essa reflexão possibilita também considerações sobre outras narrativas de mudança e práticas alternativas (como economia solidária, cooperativismo, economia verde), com possibilidades de resposta aos desafios contemporâneos. Conforme os autores, esta relação pode ocorrer por discursos transformadores, inovações sociais e mudanças sistêmicas a nível dos sistemas sociais em âmbitos específicos (como saúde, bem-estar, energia, transportes, geração de renda) (AVELINO *et al.*, 2014).

As percepções no decorrer do estudo evoluíram para a construção de um banco de dados de pontos críticos de mudança, como respostas metodológicas aos pressupostos teóricos,

contribuindo para elucidar situações equivocadas (que, por vezes, negligenciaram como as oportunidades para atividades de inovação social e os impactos transformadores diferem entre países, regiões e episódios históricos), em contextos de inovação social transformadora. O banco de dados foi estruturado pelo conceito de pontos críticos de mudanças, que é definido como momentos no tempo (fases ou episódios) em que as iniciativas de inovação social manifestam lutas para sustento e obtenção de acesso a recursos, esforços para ligações com aliados, confrontos com instituições, adaptações às mudanças, entre outros (PEL *et al.*, 2017). Como resultado da expansão na estrutura conceitual desta teoria, Haxeltine *et al.* (2017) apresentam a estruturação de um quadro relacional que articula quatro principais conjuntos de interrelações nos processos de inovação social transformadora: (a) relações nas iniciativas de inovação social; (b) processos de formação de rede; (c) processos de institucionalização; e (d) a conformação de inovação social por meio do contexto socio-material. A Figura 4 representa um processo de inovação social transformadora e a dinâmica interligada.

Figura 4 – Dinâmica do Processo de Inovação Social Transformadora



Fonte: Haxeltine *et al.* (2017, p. 10).

Os quatro conjuntos de interrelações embasaram a estruturação teórica e conceitual e o desenvolvimento de proposições teóricas, que buscam explicar o empoderamento de pessoas e coletivos na inovação social transformadora, os processos de formação da rede e a dinâmica institucional, considerando o papel formativo do contexto socio-material nos processos de inovação social transformadora. Neste sentido, o processo de inovação social transformadora envolve uma relação recíproca com o contexto socio-material transformador, em que indivíduos, iniciativas e redes moldam e são moldados por mudanças nas relações sociais e pela dinâmica institucional associada. A seta dupla representa a articulação entre os processos interligados em diferentes níveis de agregações e manifesta a dinâmica do processo de inovação social transformadora (HAXELTINE *et al.*, 2017).

Partindo das relações dentro das iniciativas de inovação social, a figura sinaliza que os indivíduos são motivados a formar coletivos de inovação social em resposta ao reconhecimento de valores novos ou alternativos, engajando-se em processos de experimentação e tornando-se capacitados para influenciar mudanças. Entrelaçados a isso estão os processos de formação de rede com outras iniciativas de inovação social, e inovações sociais relacionadas aos atores, como o desenvolvimento de nichos de empoderamento, em que iniciativas de inovações sociais tendem a navegar entre campos dinâmicos de ações e encontrar aliados (HAXELTINE *et al.*, 2017).

Os processos de formação de redes, por sua vez, estão ligados a processos de mudança institucional. Iniciativas de inovação social buscam desenvolver novos conhecimentos e práticas que atendam a uma necessidade ou visão identificada e, para isso, usam recursos disponíveis e são condicionados (habilitados e limitados) pelas instituições. As possibilidades de inovação social transformadora são fortemente moldadas a longo prazo por desenvolvimentos em contexto socio-material, envolvendo a dinâmica evolutiva da trajetória, dependências, padrões de reemergências e transformações diversas (HAXELTINE *et al.*, 2017).

O desenvolvimento desta teoria está embasado em estudos empíricos em 20 redes de inovações sociais e cerca de 80 iniciativas de inovação social associadas ao longo de um período de quatro anos (2014-2017). Entre os tipos de iniciativas e redes de inovação social, o estudo inclui iniciativas de economia compartilhada, economia solidária, movimentos cooperativos, movimentos agroecológicos, entre outros (HAXELTINE *et al.*, 2017).

Uma das redes transnacionais estudadas foi o movimento internacional de camponeses, denominado Via Campesina, que surgiu nos anos 1990, com o objetivo principal de defender o desenvolvimento rural inclusivo (acesso à terra, agroecologia, economia social). Gradualmente, o movimento foi criando uma proposta de intervenção proativa baseada na agroecologia como um “modo de vida camponês”. Atualmente, atua em 73 países, por meio de 164 organizações camponesas (pequenos e médios agricultores, trabalhadores agrícolas, mulheres rurais e comunidades indígenas e negras da Ásia, África, América e Europa), a fim de se opor ao sistema econômico dominante e defender o desenvolvimento rural inclusivo, com base nos direitos humanos e maior igualdade social (JUAREZ *et al.*, 2015; 2016).

Foram analisadas duas experiências locais em profundidade que representam forte atuação e organização do movimento. Uma na Argentina, o Movimento Camponês de Santiago del Estero (MOCASE), que é a principal organização camponesa de apoio e desenvolvimento de um modelo de intervenção baseado na agroecologia. Outra, na Hungria, a Associação Nacional das Sociedades e Cooperativas de Agricultores Húngaros (MAGOSZ), estruturada

inicialmente como organização membro-observador, sob a coordenação da organização camponesa e rural europeia, Confédération Paysanne Européen, e, posteriormente, denominada Coordenação Europeia da Via Campesina (JUAREZ *et al.*, 2015; 2016).

Conforme o estudo, o surgimento de ambas as organizações evidencia a mudança nas relações sociais e manifesta novas formas de fazer e organizar, alcançando visibilidade dos agricultores e formando redes com outros setores da sociedade. As duas organizações fornecem suporte e estrutura de contenção para grupos locais, em coordenação contínua com regionais e transnacionais na luta contra o capitalismo global e neoliberalismo. Suas principais inovações sociais são a mobilização social e a construção de redes de apoio para fortalecer um alimento alternativo, baseado em um sistema de produção de desenvolvimento rural sustentável, que busca alcançar soberania alimentar a partir do fortalecimento das identidades locais. A visão de transformação social no movimento Via Campesina busca empoderar os agricultores, dando-lhes ferramentas e estratégias para defender o direito à terra, preservar modos de vida e promover mudança abrangente ligada a um novo sistema de produção e agroecologia (JUAREZ *et al.*, 2015; 2016).

Outro caso estudado em profundidade foi a Rede de Promoção da Economia Social Solidária (RIPESS), nas manifestações belga e romena, especialmente pela importância em termos de inovação social transformadora. A RIPESS é uma rede intercontinental criada para promover a economia social solidária, visando meios alternativos nas relações econômicas. A rede conecta redes de economia social e solidária em todo o mundo, que por sua vez reúnem redes nacionais e setoriais, servindo como plataforma de comunicação e ferramenta para a economia solidária. Também, busca capacitar os atores da sociedade civil, alterando as relações entre os atores de governança e lógicas institucionais, para atender melhor às necessidades sociais (PEL; DUMITRU, 2015; PEL; LEMA-BLANCO; DUMITRU, 2017).

Pel, Lema-Blanco e Dumitru (2017) destacam que a RIPESS pode ser considerada um agente de inovação social, bem como um caso instrutivo, estudado no projeto TRANSIT como inovação social transformadora. Entre os principais aspectos de mudança e inovação, a economia social solidária implica um imenso conjunto de aspirações sociais, com vistas a transformações sociais. A ampla diversidade de propósitos dentro da rede é o primeiro ponto de observação, pois envolve a criação de uma economia na qual os seres humanos são o centro da atenção, em vez do capital. Isso implica várias buscas, como relações econômicas baseadas na solidariedade, desenvolvimento sustentável, erradicação da desigualdade estrutural, adequada valorização do trabalho remunerado e não remunerado, relações equilibradas entre os sexos, inclusão social de grupos marginalizados, entre outras.

Conforme o estudo, a RIPESS busca alinhar, unir e atuar como interlocutor político, em movimento contrário ao sistema econômico predominante, visando a transformação, com a premissa de uma narrativa de mudança de massa crítica. Os atores da RIPESS se preocupam com os processos de integração, já que ambas as iniciativas locais (belgas e romenas) envolvem muitas atividades em inserção, de inclusão social de grupos marginalizados (minorias étnicas, pessoas com problemas psicossociais ou deficiências, desempregados), pelo emprego subsidiado (Bélgica) ou processos de capacitação e participação (Romênia). A inserção expõe o objetivo transformativo específico de inclusão social. Tanto na Bélgica quanto na Romênia, os atores envolvidos tendem a considerar inserção como parte de ambições transformativas mais amplas. Os conceitos e atividades relacionados à economia social solidária são, por vezes, socialmente inovadores, contudo a maioria das ações parece também restauradora, pois busca restaurar o local de trabalho democrático, a inclusão de grupos marginalizados e a inserção na produção, que parecem ter se perdido (ou permaneceram promessas não realizadas) (PEL, DUMITRU, 2015; PEL, LEMA-BLANCO, DUMITRU, 2017).

A Impact Hub também faz parte dos estudos empíricos que embasam a construção teórica da inovação social transformadora. Impact Hub é uma rede localmente ativa e globalmente conectada de empreendedores sociais, que combinam elementos de espaços de *co-working*, laboratórios de inovação e incubadoras de empresas. A rede visa criar espaços inspiradores, comunidades motivadas e conteúdo significativo, instigados pelos valores compartilhados de confiança, coragem e colaboração. Em 2005, foi estruturado o primeiro Hub em Londres, seguido pela criação de outras conexões de impactos nos anos seguintes, como em São Paulo, Rotterdam, Amsterdã, Johannesburg, Bristol e Berlin. De 2010 em diante, a rede e a quantidade de hubs locais cresceram rapidamente (WITTMAYER; AVELINO; AFONSO, 2015). Atualmente, existem mais de 100 conexões de impactos locais, em mais de 50 países, envolvendo em torno de 6.000 membros, a maioria empreendedores sociais trabalhando em ideias para um mundo radicalmente melhor (IMPACT HUB, 2021).

Considerando os Impact Hubs como manifestações locais da rede, Wittmayer, Avelino e Afonso (2015) relatam o estudo de caso da rede transnacional Impact Hub, abordando três casos locais: Impact Hub Amsterdã (Holanda), Impact Hub Rotterdam (Holanda) e Impact Hub São Paulo (Brasil). As autoras destacam que a rede tem uma proposta de mudança explícita e distinta, concentrada no empreendedorismo social como um motor de mudança e melhoria da sociedade. Também, busca criar um ecossistema, com ambientes propícios para a ação empresarial, incluindo mais colaboração sistêmica e impacto coletivo.

Entre as manifestações de mudança e inovação na rede Impact Hub, Wittmayer, Avelino e Afonso (2015) destacam como principais: (a) inovações sociais pelo Impact Hub (tanto pelas organizações globais, quanto pelas equipes locais equipes, incluindo novas práticas e espaços de trabalho, como *co-working*, novas relações e novas formas de governança); (b) inovações sociais por membros individuais (empresas) do Impact Hub (incluindo novos serviços e produtos); e (c) discursos explícitos sobre inovação social (incluindo o uso da noção de inovação social e inovadores sociais). Em relação às narrativas de mudanças, as autoras sinalizam para empreendedorismo social, economia compartilhada, ecossistemas para inovação, criadores de impacto, confiança, colaboração, além dos propósitos que fundamentam as ações da rede Impact Hub. Quanto aos fatores de mudanças relevantes (*game-changer*) em nível macro, o relatório aponta para a globalização e a crise econômica. A globalização considera que o contexto do Impact Hub reside em redes internacionais e transnacionais nas quais as pessoas se aproximam com preocupações comuns sobre os desafios globais e locais (esgotamento de recursos naturais e mudanças climáticas são estímulos para muitos dos serviços e dos produtos das empresas sociais individuais). Já a crise econômica considera que muitos Impacts Hubs se manifestam como alternativas de buscas por novas formas de trabalho autônomo e do empreendedorismo socialmente responsivo.

No tocante às inovações do sistema, as autoras mostram uma variedade de conexões de impactos locais, que ocorrem por meio de empresas e membros individuais do Impact Hub. O objetivo compartilhado de criar ecossistemas para a inovação pode ser considerado a manifestação de sistemas urbanos de inovações sociais locais e novos ambientes de trabalho, pois as conexões de impactos (Impact Hub) contribuem e fomentam novos sistemas de emprego e intercâmbios econômicos em seus contextos locais. Além disso, muitas conexões de impactos locais, assim como empresas membros, atuam como produtores, criando produtos e serviços mais sustentáveis, para contribuir para inovações do sistema em vários setores (como alimentos, construção, energia, uso de materiais etc.) (WITTMAYER, AVELINO, AFONSO; 2015).

Em relação à transformação da sociedade, o relatório revela que, entre os Impacts Hubs estudados, há um esforço no desenvolvimento de uma economia diferente, com um impacto positivo na sociedade e no meio ambiente, ou seja, uma economia de impacto social. A interpretação e a linguagem para manifestar esse impacto positivo difere entre os contextos locais, nacionais e regionais. Conforme valores e propósitos compartilhados, desenvolve-se um senso comum de construção de uma sociedade, agregando confiança, coragem, colaboração e uma visão compartilhada de um futuro que contemple espaços mais inspiradores, comunidades mais vibrantes e conteúdo mais significativo (WITTMAYER, AVELINO, AFONSO; 2015).

No primeiro momento, o modelo de inovação social transformadora apresentado inicialmente por Avelino *et al.* (2014) e, posteriormente, por Haxeltine *et al.* (2017) se mostrou apropriado para a presente pesquisa, por trazer elementos de contexto estrutural, de narrativas, subjetividades, infraestruturas, processos, entre outras dimensões importantes para analisar uma mudança e, além disso, os elementos estavam presentes no caso em estudo.

Entretanto, com o aprofundamento das leituras e o desenvolvimento das percepções e das aprendizagens sobre o modelo, percebeu-se que esta teoria foi desenvolvida enfatizando experiências em âmbitos globais, considerando a inovação social em um contexto amplo e mudanças específicas em termos da dinâmica institucional. O aspecto de ser considerado transformador algo a ser globalizado não adequou ao caso em estudo, por não haver esta pretensão. Contudo, analisando alguns relatórios de estudos de casos que fundamentam a teoria, especialmente na América Latina, como os casos da Via Campesina, Impac Hab, RIPESS e Ecocitrus, observou-se a validade deste modelo. Dessa forma, aproveitaram-se características de algumas categorias, como *game-changers* (mudança de jogo), inovação do sistema e narrativas de mudança, traduzindo-as da seguinte forma: (a) *game-changers* para situações críticas; (b) inovação do sistema para mudança estrutural; e (c) narrativas de mudança para discursos contra hegemônicos. As representações dessas traduções estão descritas nos procedimentos metodológicos deste estudo.

A trajetória vivenciada pelo coletivo em estudo, a partir de um princípio de lutas, conquista da terra e experiência coletiva efetiva que se sustenta há mais de 30 anos, em contínuas buscas por alternativas de geração de renda e subsistência das famílias, sinaliza para a existência da inovação social no meio rural. A experiência se caracteriza também como uma prática da econômica solidária, que se apresenta como uma das formas dinâmicas e propensas de gerar inovações sociais pela natureza de romper padrões do modelo de mercado predominante. Logo, a trajetória do coletivo em estudo também sinaliza para uma possibilidade de inovação social que gera transformação.

Por conta disso, este estudo se fundamenta nos aportes teóricos da inovação social na perspectiva transformadora, economia solidária e inovação social no meio rural para identificar, caracterizar e analisar as inovações sociais ao longo da trajetória da cooperativa, identificando os elementos facilitadores à geração da inovação social e, também, os que impedem sua geração, considerando cada uma das fases da trajetória, que se iniciou com o acampamento da Fazenda Anonni até a COOPTAR.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo, apresentam-se os procedimentos metodológicos escolhidos para atingir os objetivos delimitados para esta pesquisa, a fim de viabilizá-la em sua fase empírica. Este estudo caracteriza-se como teórico-empírico, estruturado por capítulos que apresentam a revisão teórica, os procedimentos metodológicos empregados para o desenvolvimento da pesquisa, a análise e interpretação dos dados e os resultados do estudo.

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Esta pesquisa caracteriza-se como qualitativa, com finalidade descritiva e explicativa. A pesquisa qualitativa possibilita o estudo dos fenômenos nos ambientes em que ocorrem e a partir das perspectivas das pessoas envolvidas, articulando diversas percepções. Também, oportuniza a exploração aprofundada dos acontecimentos sociais e a obtenção de diversos tipos de dados que compõem a dinâmica social.

Para Bauer e Gaskell (2008), a pesquisa qualitativa considera a relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito. Por conta disso, busca explorar o espectro de opiniões e as diferentes representações sobre o assunto em questão. Os dados coletados abarcam situações, eventos, pessoas, interações e comportamentos, dando ênfase aos processos e aos significados.

Ao apresentar as características da pesquisa qualitativa, Creswell (2010) destaca o ambiente natural do estudo como fonte direta de dados, envolvendo geralmente múltiplas formas de dados (como entrevista, documentos e observação) e aponta o pesquisador como um instrumento fundamental do processo. O autor chama a atenção para o fato de que a pesquisa qualitativa é estruturada com o propósito de compreender o significado que os indivíduos atribuem a um problema social ou humano.

A pesquisa qualitativa abrange questões e procedimentos que surgem e a análise é construída a partir das especificidades para os temas gerais, sendo que as interpretações realizadas pelo pesquisador envolvem o significado dos dados. Outro aspecto é que os pesquisadores que optam por essa forma de investigação têm como base o método indutivo, ou seja, com foco no significado individual e na importância da interpretação da complexidade de uma situação (CRESWELL, 2010).

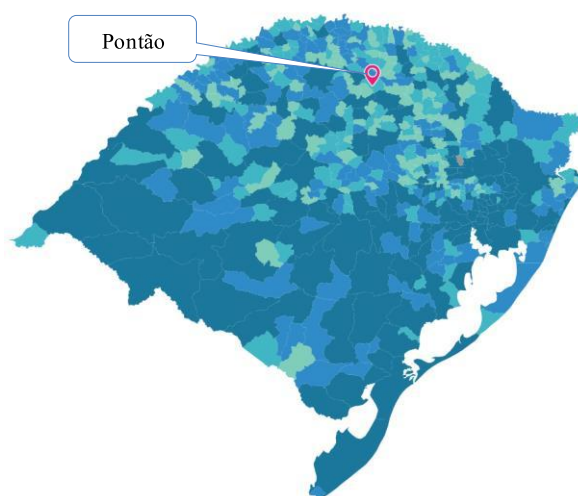
Neste estudo, adotou-se como procedimento o estudo de caso, que se caracteriza como um tipo de procedimento com o propósito fundamental de analisar profundamente uma dada unidade social, que pode ser um ambiente, um simples sujeito ou uma situação em particular. O estudo de caso compreende uma investigação empírica, que analisa um fenômeno

contemporâneo e possibilita ao pesquisador considerar em profundidade as características holísticas e significativas dos eventos da vida real, sobretudo quando os limites entre o que se estuda e o contexto não podem ser evidenciados (YIN, 2015).

Yin (2015) destaca que o estudo de caso envolve um método abrangente que trata da lógica do planejamento, técnicas de coleta de dados e abordagens específicas para sua análise. Também, com o objetivo de aprofundar a descrição de determinado fenômeno, o investigador pode optar pelo estudo de situações típicas (similares a muitas outras do mesmo tipo) ou não usuais (casos excepcionais) (GODOI; MELLO; SILVA, 2006). O emprego de um único caso é apropriado em algumas circunstâncias, como para determinar se as proposições de uma teoria são corretas, ou quando o caso sob estudo é raro ou extremo, não existindo muitas situações semelhantes para que sejam feitos estudos comparativos, ou ainda quando o caso é revelador e possibilitará o acesso a informações não facilmente disponíveis (YIN, 2015).

Neste estudo, optou-se pela seleção do caso que fornecesse elementos empíricos para a compreensão do fenômeno estudado. Conforme Yin (2015), a escolha de um caso ocorre quando a temática é imbricada com o local e suas nuances se confundem, uma vez que proporcionará maior riqueza de dados para o alcance dos objetivos propostos. Esta pesquisa foi realizada na Cooperativa de Produção Agropecuária Cascata Ltda (COOPTAR), localizada no Assentamento 16 de Março, do município de Pontão, ao Norte do Rio Grande do Sul, na microrregião de Passo Fundo, limitando-se com os municípios de: Carazinho, Coqueiros do Sul, Coxilha, Passo Fundo, Quatro Irmãos, Ronda Alta, Sarandi e Sertão, conforme a Figura 5.

Figura 5 – Localização do Município de Pontão /RS



Fonte: IBGE (2019)

O município de Pontão possui uma área de 524,35 km² e a população estimada em 4.000 habitantes (aproximadamente 70% vivem no meio rural) (IBGE, 2019).

A COOPTAR teve a origem ligada à divisão de um grande latifúndio que foi o palco da maior ocupação de terra na década de 1980, coordenada pelo MST, com apoio de outros movimentos vinculados à Igreja e a partidos políticos da esquerda (DICKEL, 2016). A COOPTAR foi fundada em 08 de fevereiro de 1990, ainda no período do acampamento da antiga Fazenda Annoni, como meio de fortalecimento para o desenvolvimento da agricultura familiar, constituída inicialmente por 46 famílias de agricultores.

Atualmente, a COOPTAR é composta por 16 famílias de agricultores, totalizando 42 cooperados assentados em um dos blocos de terra originados da desapropriação da antiga Fazenda Annoni. Este coletivo vivencia um sistema cooperativado de forma integral, no qual a terra e os meios de produção são de propriedade e uso coletivo. Com exceção dos filhos, que fazem parte da 2ª geração de cooperados, todos os demais cooperados atuam na COOPTAR desde a criação e residem na Agrovila estruturada entre os setores de produção.

O coletivo da COOPTAR desenvolve uma forma de produção articulada com as orientações e as concepções do MST, constituído em um espaço de atividades produtivas com raízes na organização e na proposta política do Movimento, que transcende aos processos de geração de renda, criando ambientes que estimulam a participação de todos na busca por alternativas, no debate político e na capacitação contínua. A área pertencente à comunidade é constituída por 203 hectares, organizados em setores nas atividades de bovinocultura de leite, lavoura, agroindústria, autoconsumo, refeitório, ciranda (creche) e espaços sociais da Agrovila, onde se construíram as residências, o centro de convivência e espaços para esporte e lazer.

A escolha do coletivo da COOPTAR para estudo deve-se ao fato da cooperativa se diferenciar entre as muitas experiências de cooperativas nos demais assentamentos originados da antiga Fazenda Annoni, sendo o único grupo de agricultores coletivos que sobreviveu desde a criação, em 1990, dentro dos assentamentos originados dessa Fazenda. Outro aspecto importante consiste no fato de que a COOPTAR foi criada a partir de lutas, conflitos e conquistas do MST, sendo estimulada durante toda a trajetória pelas propostas políticas do Movimento, como muitas cooperativas que também seguem o modelo de organização e propostas políticas. Contudo, a atuação e a capacidade em se reinventar e criar respostas aos desafios que se apresentaram durante sua trajetória compõem um conjunto de elementos que a diferencia das experiências cooperativadas também orientadas e estimuladas pelo Movimento em diversas regiões do país.

A COOPTAR enfrentou inúmeras adversidades nesses 30 anos de existência. As experiências do trabalho cooperativado dos participantes registram uma trajetória de aprendizagens (tanto com as experiências positivas quanto com as equivocadas), recomeços e

persistências em meios de desenvolvimento individual e coletivo. A atuação do coletivo está pautada na gestão democrática participativa, por meio de debates e tomadas de decisões em assembleias (não apenas pela presença de todas as famílias, mas especialmente pela atuação de todas as famílias). Esta atuação desenvolveu uma organização econômica com vínculos sociais, políticos e culturais, considerando vivências e aprendizagens, pela participação ativa no próprio Movimento, o que se constitui um fator de grande relevância na geração de inovação social, com possibilidades de promover a mudança social.

Além disso, trata-se de uma cooperativa autogestionária, que atua sob os princípios da economia solidária, ainda que o coletivo não se autodefinia como tal. Sua constituição, a partir do protagonismo dos trabalhadores, suas práticas econômicas apoiadas em vínculos de solidariedade e reciprocidade e a construção do sentido político emancipatório, atendem e manifestam os requisitos e indicadores de empreendimento da economia solidária. Ainda que a identidade do coletivo resida no MST (uma vez que os cooperados se definam como um coletivo da agricultura familiar na área rural, constituído a partir das lutas, enfrentamentos e conquistas do movimento), substantivamente e essencialmente esta cooperativa consiste em um empreendimento que envolve todas as características da economia solidária.

3.2 COLETA DE DADOS

Este estudo foi realizado com dois públicos-alvo distintos, sendo os participantes da pesquisa: os agricultores cooperados que compõem a COOPTAR e os profissionais que interagem por meio de atividades profissionais, sociais, culturais ou políticas e também acompanharam a trajetória da Cooperativa. Os instrumentos utilizados para a coleta de dados foram por meio de entrevistas com os integrantes do coletivo da COOPTAR e os profissionais que acompanharam a trajetória da cooperativa, além da pesquisa documental por meio de levantamento de informações em jornais, revistas e sites e materiais audiovisuais por fotos e vídeos realizados durante a pesquisa.

Inicialmente, realizou-se pesquisa em fontes bibliográficas e documentais para desenvolver o contexto teórico sobre o tema e identificar seus aportes para relacionar com o estudo, para identificar conceitos, características e modelos de processos de inovação social, assim como dinâmicas que promovem a mudança social em pesquisas já efetivadas. A pesquisa bibliográfica, de acordo com Cerro e Bervian (2004), estuda um problema com base em referenciais teóricos publicados (como livros, revistas, publicações em periódicos e artigos científicos, jornais, boletins, dissertações, teses, material cartográfico, entre outros), visando conhecer as contribuições científicas anteriores sobre determinado tema.

A coleta de documentos consiste em significativas fontes que corroboram, valorizam ou confirmam as evidências oriundas de outras fontes (YIN, 2015). Esta modalidade faz uso de materiais que ainda não receberam tratamento analítico, ou ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa. Neste caso, observam-se evidências em documentos textuais ou visuais quanto a fatos e propriedades constitutivos de eventos e processos sociais.

A pesquisa documental contemplou o levantamento de informações em jornais, revistas e sites, por meio de busca no site de pesquisas *Google*, usando as denominações “COOPTAR de Pontão RS” e “Cooperativa de Produção Agropecuária Cascata de Pontão RS” por meio das ferramentas “notícias” e “todas”, durante o mês de maio de 2018 e o mês de abril de 2020. As buscas geraram 111 registros. Após a verificação em todos os registros, identificaram-se oito comunicações em jornais ou revistas eletrônicas com referências às atividades e à atuação da COOPTAR ou seus cooperados, conforme Tabela 1.

Tabela 1 – Informações em sites de jornais, revistas coletadas a partir do site de pesquisa *Google*

Nº	Meio de comunicação	Destaque desenvolvido	Data da notícia
01	Site do Jornal “O Nacional”	MST doa 2,5 toneladas de alimentos para famílias de ocupações urbanas.	14/04/2020
02	Site do Jornal “Brasil de Fato”	Registros da trajetória de 34 anos da ocupação da Fazenda Annoni e superações dos assentados.	11/11/2019
03	Site da Revista “Globo Rural”	Alimentos produzidos em Assentamentos é comercializado na 42ª EXPOINTER	20/08/2019
04	Site do Jornal “O Sul”	Comercialização de alimentos orgânicos produzidos por camponeses que se organizam em diversos movimentos populares e se articulam em torno da Via Campesina expostos no Pavilhão da Agricultura Familiar na 41ª Expointer.	23/08/2018
05	Site da Comissão de Direitos Humanos de Passo Fundo – CDHPF	Trabalho e renda também são realidades na Annoni. A união e a força do povo foi o que mais marcou os Sem Terra	17/02/2017
06	Site da Rádio “Planalto”	Resgate da história de pessoas que não se intimidaram diante das dificuldades e fará memória daqueles que lutaram, com muita garra e esperança, para garantir direitos ao seu povo.	02/02/2017
07	Site do Jornal “Extra Classe”	Alguns registros da COOPTAR	12/11/2015
08	Site do Jornal “Sul21”	Conflitos judiciais e coletivos, ideais mantidos na nova geração. Ocupar, resistir e produzir”: Um novo modelo de vida nasce.	01/11/2015

Fonte: Elaboração a partir da coleta de documentos.

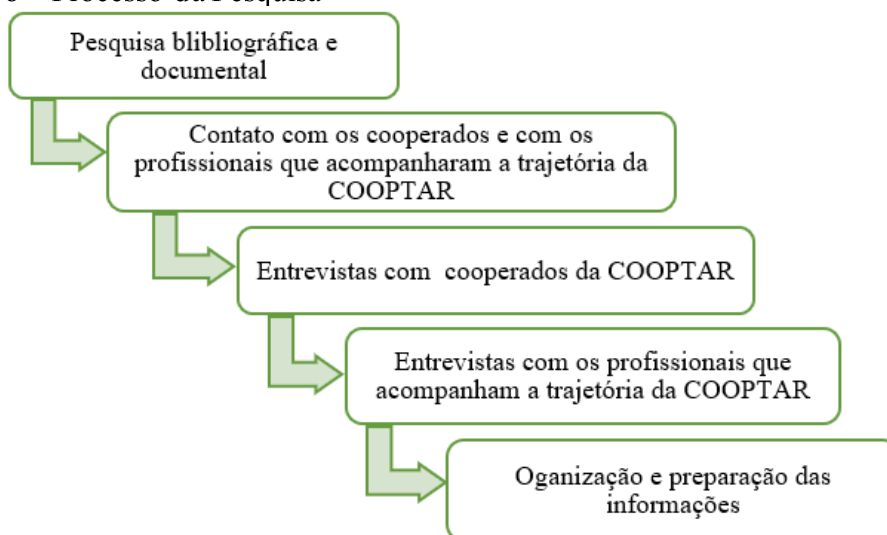
As entrevistas foram realizadas objetivando conhecer as dinâmicas que ocorrem nas iniciativas inovadoras e compreender os elementos que possibilitaram a transformação social nas diferentes fases da trajetória da COOPTAR. Neste procedimento, utilizou-se a técnica de entrevistas semiestruturadas, para que fossem obtidas informações em torno da temática

proposta (Apêndice B).

Para Triviños (2010), a entrevista semiestruturada envolve questionamentos básicos apoiados em teorias e hipóteses que interessam à pesquisa e oferecem elementos e questões que surgem à medida que vai se desenvolvendo (TRIVIÑOS, 2010). Bauer e Gaskell (2008) destacam que a compreensão do contexto dos entrevistados é condição essencial da entrevista qualitativa, que pode desempenhar um papel vital na combinação com outros métodos.

Inicialmente, foi realizado contato com o coletivo da COOPTAR para apresentar a proposta de desenvolver a pesquisa na temática da inovação social, tendo como campo de pesquisa as experiências da organização econômica e social do coletivo e solicitar a participação dos integrantes no estudo. Posteriormente, realizou-se contato com os profissionais que acompanharam a trajetória da cooperativa. A Figura 6 representa o processo que possibilitou a estruturação e a efetivação do estudo.

Figura 6 – Processo da Pesquisa



Fonte: Elaboração própria a partir da organização do processo da pesquisa (2021).

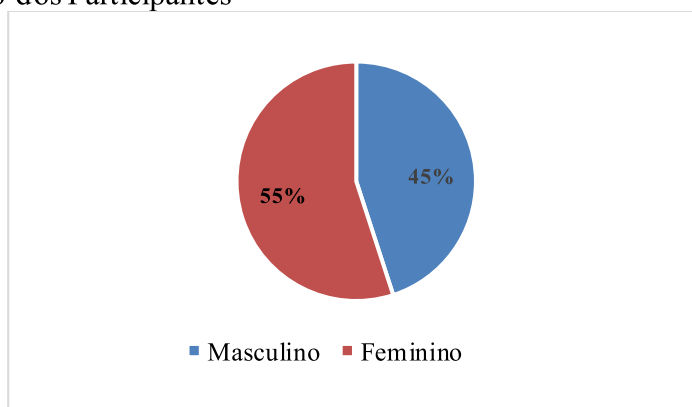
Outra fonte de coleta de dados consistiu no relatório das saídas a campo, com registros e relatos das atividades e interações ocorridas durante a pesquisa, desde os contatos iniciais até a efetivação de todas as entrevistas. Também, realizaram-se registros fotográficos e vídeos dos diversos espaços sociais e produtivos durante a realização das entrevistas, como elementos de informações complementares do contexto e do ambiente de estudo.

Em todas as entrevistas, procedeu-se inicialmente uma breve comunicação com a exposição temática do estudo e o interesse em conhecer mais sobre a vivência dos participantes no coletivo. Além disso, também solicitou-se a permissão para a gravação em áudio, bem como a leitura do Termo de Consentimento (Apêndice A) e sua posterior assinatura.

Os participantes cooperados, denominados neste estudo de participantes internos (PI), fazem parte das 16 famílias que compõem a COOPTAR. Todos os cooperados foram convidados a participar do estudo, e a maioria se manifestou favoravelmente, porém alguns acabaram não participando, por se encontrarem em outros locais (em razão dos estudos, participação de formações ou atividades laborais) no período de realização das entrevistas. No total, foram 20 participantes internos de diferentes faixas etárias, dentre os quais estão os fundadores da cooperativa (que também podem ser identificados como participantes da primeira geração) e os cooperados que passaram a fazer parte da cooperativa ao longo da trajetória (que podem ser identificados como participantes da segunda geração).

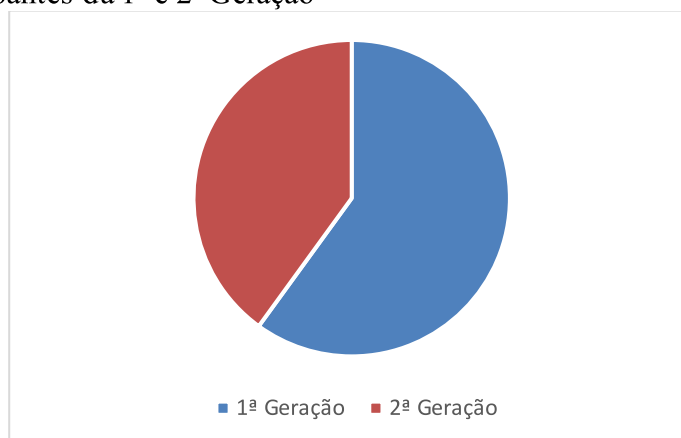
Os fundadores da cooperativa (participantes da primeira geração) são homens e mulheres que participaram das experiências de luta pelo direito ao acesso à terra (desde o momento da ocupação da antiga Fazenda Annoni, passando por todas as vivências do acampamento provisório) e criaram a COOPTAR. Estes participantes vivenciaram a constituição de uma trajetória composta por muitos desafios e aprendizagens até a atualidade. Já os cooperados que passaram a fazer parte da cooperativa no desenvolver da trajetória (participantes da segunda geração) são os filhos dos fundadores, que ingressaram como cooperados legalmente após os 16 anos de idade e vivenciam os espaços sociais e culturais da Agrovila desde a infância (Gráfico 2).

Gráfico 2 – Gênero dos Participantes



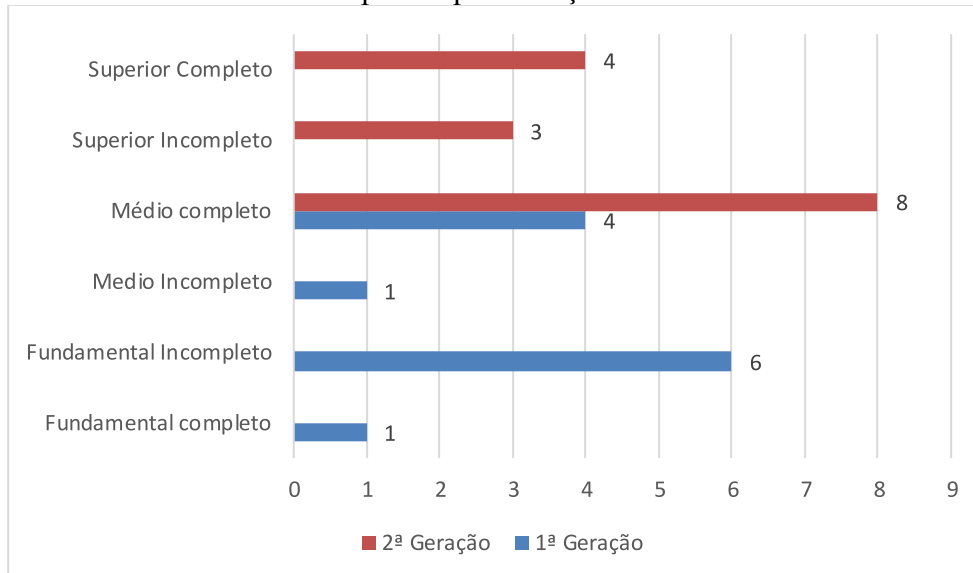
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados coletados (2021)

Em relação à faixa etária ou geração dos participantes, houve maior participação no estudo por parte dos cooperados da primeira geração, sendo 60% dos participantes, o que pode ser observado no Gráfico 2.

Gráfico 2 – Participantes da 1ª e 2ª Geração

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados coletados (2021).

Quanto à escolaridade dos participantes, 55% da primeira geração concluíram ou frequentaram boa parte do Ensino Fundamental, e 45% concluíram ou frequentaram boa parte do Ensino Médio. Entretanto, a maioria dos cooperados participantes da segunda geração estão cursando ou já concluíram o ensino superior. Apenas um participante da segunda geração concluiu o Ensino Médio e não seguiu os estudos até o momento, conforme o Gráfico 3.

Gráfico 3 – Escolaridade dos Participantes por Geração

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados coletados (2021).

Todos os participantes do coletivo da COOPTAR fazem parte do MST, sendo que alguns participam do Movimento apenas nos momentos de formações e em debates mais específicos. Contudo, a maioria dos respondentes participam de forma mais incisiva, por meio de coletivos menores criados a partir da organização do Movimento ou atuando nas diferentes instâncias (regional, estadual ou nacional), conforme a Tabela 2.

As entrevistas dos participantes internos foram realizadas de forma individual e algumas

de modo coletivo, em razão da disponibilidade dos participantes durante o período de realização das entrevistas. Ocorreram duas entrevistas em grupos com dois participantes e uma entrevista com três. As demais entrevistas foram realizadas individualmente. Todas as entrevistas foram realizadas nas instalações da COOPTAR, no Assentamento 16 de Março, em Pontão/RS, no período de 15 de janeiro de 2020 a 08 de março de 2020.

Tabela 02 – Dados Coletados dos Participantes Internos da COOPTAR

Participantes Internos	Idade	Sexo	Escolaridade	Setor de Atividade	Participação em outros coletivos
PI 01	54	M	Ensino Médio	Setor Administrativo e Lavoura	Movimento Sindical Comissão Pastoral da Terra Direção Estadual do MST
PI 02	50	F	Ensino Médio	Setor Administrativo	Comissão Pastoral da Terra Coletivo de Mulheres
PI 03	54	M	Médio Incompleto	Setor de Autoconsumo	Movimento Sindical Comissão Pastoral da Terra Direção estadual do MST
PI 04	56	M	Fundamental Incompleto	Frigorífico	
PI 05	62	M	Ensino Médio	Setor Administrativo	Movimento Sindical Comissão Pastoral da Terra Direção Estadual do MST
PI 06	27	F	Ensino Médio	Frigorífico	Coletivo de Mulheres
PI 07	51	F	Fundamental	Frigorífico	Coletivo de Mulheres
PI 08	30	F	Superior completo	Setor Administrativo	Coletivo de Mulheres
PI 09	20	F	Superior incompleto	Frigorífico	Coletivo de Mulheres
PI 10	32	M	Superior completo	Frigorífico	
PI 11	26	M	Superior completo	Setor Lavoura	Levante Popular Juventude Coordenador Regional
PI 12	24	M	Superior incompleto	Frigorífico	
PI 13	46	F	Médio completo	Setor Administrativo	Coletivo de Mulheres
PI 14	51	F	Médio completo	Setor Administrativo	Grupo de Jovens Coletivo de Mulheres
PI 15	60	F	Fundamental Incompleto	Refeitório	Coletivo de Mulheres
PI 16	57	F	Fundamental Incompleto	Ciranda (creche)	Coletivo de Mulheres
PI 17	19	M	Superior incompleto	Setor Lavoura e Frigorífico	Levante Popular Juventude
PI 18	60	M	Fundamental Incompleto	Setor Bovino de Leite	
PI 19	50	F	Fundamental Incompleto	Setor Bovino de Leite	Coletivo de Mulheres
PI 20	23	F	Superior completo	Setor Administrativo	Grupo de Jovens Coletivo de Mulheres

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados coletados (2021).

Os profissionais entrevistados, denominados neste estudo de participantes externos, são aqueles não cooperados, mas que mantêm algum tipo de interação (profissional, social, cultural, política) com o coletivo da COOPTAR e também acompanharam a trajetória da COOPTAR. Ao total, foram 04 participantes externos que atuam nas áreas de educação, saúde e assistência

técnica da agricultura familiar, sendo que dois acompanham a trajetória da COOPTAR desde o período do acampamento provisório e dois passaram a acompanhar a trajetória da COOPTAR depois de já estruturada, especialmente a partir da segunda década de atuação da cooperativa. Todos os participantes externos também fazem parte do MST e atuam em coletivos criados a partir da organização do Movimento, conforme a Tabela 3.

Tabela 03 – Dados Coletados dos Participantes Externos

Participantes Externos	Idade	Sexo	Escolaridade	Atividade que desempenha	Participação em outros coletivos
PE 001	32	M	Doutorado	Docente na Escola 29 de outubro.	MST
PE 002	39	F	Superior completo	Medicina da Saúde com atuação nos municípios da região e residente com a família na Agrovila da COOPTAR.	MST Coletivo de Mulheres Setor de Formação
PE 003	60	M	Mestrado	Medicina Veterinária com atuação na assistência técnica da produção da COOPTAR	MST Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA)
PE 004	65	F	Mestrado	Docente e Coordenação do Instituto Educar	MST Setor de Formação Gênero e Educação

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados coletados (2021)

As entrevistas dos participantes externos foram individuais, realizadas nos locais de trabalho ou residência, situados próximos à estrutura da COOPTAR. A coleta de dados de todas as entrevistas totalizou 1.035 minutos de áudios gravados, sendo 795 minutos referentes às entrevistas dos participantes internos (em média, 40 minutos para cada) e 240 minutos referente com participantes externos (em média 60 minutos para cada), que foram transcritas, gerando 406 páginas para análise de dados.

3.3 ANÁLISE DOS DADOS

Para o processo de análise e de interpretação dos dados obtidos, empregou-se a análise de conteúdo de Bardin (2011), que seguiu as seguintes etapas: (a) pré-análise, pela organização e sistematização dos dados; (b) exploração do material pela identificação das unidades de registro e categorização; e (c) tratamento dos resultados, inferência e interpretação pela compreensão e relação dos conteúdos identificados e latentes do material coletado.

A organização e preparação dos dados coletados se efetivou pela transcrição das entrevistas, registros das saídas de campo e organização dos documentos (comunicações em revistas e jornais) coletados. Após, procedeu-se a leitura completa dos dados para uma percepção geral, bem como a escolha dos documentos e a realização de alguns registros sobre as representações gerais.

Na sequência, deu-se início à análise mais detalhada, por meio de um processo de categorização dos dados, com base em uma lista de categorias criada a partir da revisão da literatura sobre inovação social na perspectiva transformadora, economia social e solidária e inovação social no meio rural. Considerando a necessidade de adequação do modelo TRANSIT a esta pesquisa, procedeu-se às seguintes complementações.

A categoria *game-changers* foi complementada com os elementos determinantes da dinâmica de inovação social destacados por Bacon *et al.* (2008) e traduzida para situações críticas, passando a representar vontade de mudar resultante da percepção da ameaça ou falha, com presença de capacidades internas de mudança (incluindo liderança e cultura). A caracterização referente aos estímulos à mudança também é encontrada no primeiro estágio do modelo apresentado por Neumeier (2012), denominado de problematização, que representa o momento em que um ator ou um grupo de atores decidem mudar comportamentos e atitudes.

A categoria denominada de inovação do sistema foi complementada a partir das concepções de Moulaert, MacCallum e Hillier (2013) e de Ferrarini (2016), em relação à perspectiva emancipatória da inovação social, que tende a ressignificar e transformar as relações humanas e as estruturas de poder, sendo que as mudanças nas estruturas de poder são capazes de estimular a reconstrução de outros níveis de estruturas sociais. Assim, esta categoria foi traduzida para mudança estrutural, representando a mudança no nível de estruturas sociais, como modo de viver, produzir, padrões, fazer política, entre outras.

A categoria denominada de narrativas de mudança foi complementada a partir do contexto da experiência empírica e traduzida para discursos contra hegemônicos, representando debates, reflexões e narrativas sobre mudanças em relação aos processos materiais e imateriais que buscam superação ao modelo econômico, social e político predominante.

A categoria de inovação social empregada neste estudo consiste em novas práticas sociais que promovam novas formas de ação colaborativa que geram mudanças a partir do protagonismo dos sujeitos envolvidos, compartilhamento de conhecimentos e participação democrática. Já a categoria de transformação social foi elaborada a partir das abordagens de Moulaert, MacCallum e Hillier (2013) e Ferrarini (2016), em que a transformação é gerada na medida em que altera as condições de reprodução da vida, reduzindo as desigualdades, construindo uma cidadania, transformando estruturalmente o modo de viver, produzir e fazer política. As categorias adaptadas a partir da teoria da inovação social transformadora estão listadas na Tabela 4 e contribuem para identificar os elementos facilitadores à geração da inovação social nesse processo em razão das características da prática social.

Tabela 4 – Categorias dos Elementos Facilitadores à Inovação Social Transformadora

Origem	Descrição da categoria
Inovação Social na Perspectiva Transformadora	Inovação social
	Mudança estrutural
	Situações críticas
	Discursos contra hegemônicos
	Transformação social

Fonte: Elaborado pela Autora a partir da literatura (2021).

Outras categorias também foram identificadas de forma similar na literatura de inovação social na perspectiva transformadora, da economia solidária e inovação social no meio rural que complementaram a dinâmica dos elementos facilitadores à geração da inovação social, que por vezes não se mostram visivelmente articulados. Estas categorias estão listadas na Tabela 5.

Tabela 5 – Categorias dos Elementos Facilitadores à Inovação Social Transformadora

Origem	Descrição da categoria
Econômica Solidária	Aprendizagem contínua
IS no Meio Rural	Participação democrática
IS na perspectiva Transformadora	Solidariedade e confiança
	Protagonismo individual
	Protagonismo coletivo

Fonte: Elaborado pela Autora a partir da literatura (2021).

Durante a coleta dos dados, outros temas importantes surgiram nas falas dos participantes, o que se tornou mais perceptível na realização da primeira leitura dos relatórios. Entre os temas identificados, estão algumas ações do MST e alguns elementos que foram desenvolvidos pelas práticas sociais nas atividades cotidianas do coletivo. Por conta disso, optou-se por complementar a lista de categorias com mais alguns componentes identificados, a partir das informações coletadas, uma vez que também contribuem para a compreensão de como surgem as iniciativas inovadoras e sobre os elementos que impulsionam as transformações. A Tabela 6 apresenta as categorias complementares.

Tabela 6 – Categorias Identificadas nos Dados Coletados

Origem	Descrição da categoria
Coleta de dados	Formação MST
	Liderança MST
	Ações Sustentáveis
	Autonomia
	Empoderamento

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados coletados (2021).

Após a complementação das categorias identificadas nos dados coletados, a lista final envolveu 15 categorias para a efetivação da análise, conforme expressas pela Tabela 7, com suas denominações, descrição e origem.

Tabela 7 – Categorias de Análise do Estudo

Origem	Categorias	Descrição da categoria
Literatura Inovação Social na perspectiva Transformadora	Inovação Social	Novas práticas sociais que levam novas formas de ação colaborativa que geram mudanças a partir do protagonismo dos sujeitos envolvidos, do compartilhamento de conhecimentos e da participação democrática.
	Mudança Estrutural	Mudança no nível de estruturas sociais, como modo de viver, produzir, fazer política, padrões, entre outras.
	Situações Críticas	Vontade de mudar que resulte na percepção da ameaça ou falha, vinculada à presença de capacidades internas de mudança (incluindo liderança e cultura).
	Discursos contra hegemônicos	Debates, reflexões e narrativas sobre mudanças em relação aos processos materiais e imateriais que buscam superação ao modelo econômico, político e social predominante.
	Transformação Social	A transformação é gerada na medida em que altera as condições de reprodução da vida, reduzindo as desigualdades, construindo uma cidadania, transformando estruturalmente o modo de viver, produzir e fazer política.
Literatura	Aprendizagem contínua	Desenvolvimento de capacidades, habilidades e concepções que geraram novos conjuntos de aprendizagens.
	Participação democrática	Participação nos processos de tomadas de decisões, os quais ocorrem por meio de debate, de reflexões e de definições em assembleias.
IS no MR ESS	Solidariedade e confiança	Relações sociais fundamentadas no desenvolvimento da confiança, em ações de igualdade, solidariedade, reciprocidade, respeito mútuo e ajuda mútua.
	Protagonismo individual	Atuação individual nas buscas por alternativas para superação dos desafios.
	Protagonismo coletivo	Atuação conjunta para o fortalecimento das atividades.
Elaboradas a partir dos dados coletados	Ações Sustentáveis	A concepção gerada a partir da cultura de organização e atuação em novas maneiras de pensar e agir em relação ao cuidado com a vida e o meio ambiente.
	Autonomia	Capacidade e liberdade de um indivíduo em gerir sua vida e tomar decisões, efetuando suas próprias escolhas, baseadas nas informações disponíveis.
	Empoderamento	Atribuição do domínio ou poder sobre determinada situação, condição ou característica.
	MST - Formação	Formação do MST aos agricultores para viabilizar a cooperação agrícola
	MST - Liderança	Incentivos e inspirações de lideranças do MST para as ações sociais.

Fonte: Elaborado pela Autora a partir da literatura e dos dados coletados (2021).

No processo de categorização, foi usado como ferramenta de auxílio o *software* Atlas ti. (versão 8.0), que gerou relatórios de cada categoria para a interpretação e análise dos significados dos dados. Na sequência, procedeu-se nova categorização dos dados e geraram-se novos relatórios no *software* Atlas ti. para o processo seguinte de interpretação e extração dos significados dos dados. Nesta etapa, buscou-se desvendar o conteúdo latente e construir as relações identificadas entre os dados coletados e a teoria. A Figura 7 apresenta as categorias lançadas do *software* Atlas ti.

Figura 7 – Categorias de Análise dos Dados Coletados

	Nome
<input type="radio"/>	◇ Dados - Ações Sustentáveis
<input type="radio"/>	◇ Dados - Autonomia
<input type="radio"/>	◇ Dados - Empoderamento
<input type="radio"/>	◇ Dados - MST - Formação
<input type="radio"/>	◇ Dados - MST - Liderança
<input type="radio"/>	◇ ISMR/ESS - Aprendizagem contínua
<input type="radio"/>	◇ ISMR/ESS - Participação democrática
<input type="radio"/>	◇ ISMR/ESS - Protagonismo coletivo
<input type="radio"/>	◇ ISMR/ESS - Protagonismo individual
<input type="radio"/>	◇ ISMR/ESS - Solidariedade e confiança
<input type="radio"/>	◇ IST - Discursos contra Hegemônicos
<input type="radio"/>	◇ IST - Inovação Social
<input type="radio"/>	◇ IST - Mudança Estrutural
<input type="radio"/>	◇ IST - Situações Críticas
<input type="radio"/>	◇ IST - Transformação Social

Fonte: Elaborado pela autora no *software* Atlas ti. (2021).

A interpretação, a discussão e a análise dos resultados da pesquisa são apresentados nos capítulos seguintes.

4 A OCUPAÇÃO DA ANTIGA FAZENDA ANNONI E O ACAMPAMENTO

A discussão e a interpretação dos resultados obtidos a partir da coleta de dados, assim como a análise e as inferências ao referencial teórico que fundamenta este estudo, são apresentados ao longo deste Capítulo e do Capítulo 5. Os resultados estão organizados em seções que correspondem a períodos importantes de rupturas, recomeços e ressignificações que fundamentaram a trajetória da COOPTAR.

Este capítulo está organizado em duas seções. A primeira seção aborda o contexto da ocupação da antiga Fazenda Annoni e o período do acampamento vivenciado pelo coletivo de agricultores que compõe a COOPTAR, envolvendo o espaço temporal de 1985 a 1993. A segunda seção trata da cooperação agrícola e, a partir dela, a constituição do coletivo da COOPTAR como estratégia para o fortalecimento da agricultura familiar, compreendendo o período de 1990 (ano de constituição da COOPTAR) até 1993 (liberação dos lotes ao grupo de agricultores que constituiu a COOPTAR).

O coletivo foi criado a partir de um intenso processo de mobilização social, em um contexto histórico de conflitos e anos de resistências, na busca pelo direito de trabalhar e viver da terra. Isso gerou uma nova forma de vivência econômica, social e cultural em resposta à profunda escassez de recursos e à necessidade do alcance da viabilidade econômica, social e cultural para subsistências das famílias.

4.1 CONTEXTO DA OCUPAÇÃO DA ANTIGA FAZENDA ANNONI E O PERÍODO DO ACAMPAMENTO

A região que envolve o campo empírico do estudo apresenta um histórico de processos de mobilizações sociais, protagonizados por agricultores segregados pelos efeitos do capitalismo e da modernização conservadora da agricultura brasileira, que resultou na formação de vários movimentos sociais do campo. Dentre eles, destacam-se o Movimento de Atingidos por Barragens (MAB), o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR) e o emblemático Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) (DICKEL, 2016).

O resgate deste contexto de mobilizações, mesmo que não aprofundado, é importante para compreender a longa trajetória de lutas e resistências dos homens e das mulheres que hoje compõem a COOPTAR e buscaram na complexidade do trabalho coletivo potencialidades para enfrentar dilemas e superar os desafios na busca pelo direito de trabalhar e gerar suas rendas.

O panorama nacional no início da década de 1970 é marcado pela intensificação do regime ditatorial e modernização conservadora da agricultura brasileira, que, agregada aos

efeitos do modelo econômico vigente, contribuiu para um desenvolvimento agrícola excludente, intensificando a concentração fundiária e o desemprego nos campos, transformando os sistemas de produção e as relações sociais (SCHNEIDER; ESCHER, 2011; MIRANDA; FIÚZA, 2017). A difusão de novas técnicas agrônomicas e tecnologias (como tratores e mecanização, uso de sementes modificadas, adubos e fertilizantes industriais, agroquímicos em geral e biotecnologias) alterou as formas tradicionais de produção e, com o tempo, tornou ainda mais difícil a adequação do pequeno agricultor às novas exigências do mercado e a própria permanência no campo, gerando grande êxodo rural (OLIVEIRA, 2016; SCHNEIDER; ESCHER, 2011).

Neste processo de introdução tecnológica e conhecimento, a agricultura também se tornou um mercado consumidor de máquinas e insumos e, ainda, dos pacotes tecnológicos, viabilizados pelo Estado, por mecanismos de crédito subsidiado às grandes indústrias, tanto de máquinas quanto de insumos e pesquisa. A alta demanda de capital empregada na modernização da agricultura privilegiou regiões e produtos, e potencializou as desigualdades na ocupação do campo brasileiro, reprimindo muitas atividades econômicas dos pequenos proprietários e dos trabalhadores rurais. Consequentemente, excluiu muitos agricultores, trabalhadores rurais e seus familiares desse processo (SCHNEIDER; ESCHER, 2011).

Contudo, a perspectiva de constituir outra configuração de vida e trabalho com e na terra, contrapondo-se ao uso capitalista do campo, se desenvolveu por diversas maneiras na formação da sociedade brasileira. A partir da segunda metade da década de 1970, ocorre um ressurgimento de muitos embates no campo, principalmente na região norte do Rio Grande do Sul (FERNANDES, 2000). Em um contexto de pressão política no país, na luta pela redemocratização de direitos sociais, reaparecem nessa região os debates em torno das ocupações de terra, como mecanismo mais intenso de pressionar o Estado para a efetivação da reforma agrária, uma vez que o Estatuto da Terra (legislação criada para regular os direitos e obrigações referentes aos bens imóveis rurais, com fins de execução da reforma agrária e promoção da política agrícola) não a priorizou na prática (DICKEL, 2016).

As reivindicações em torno da terra se fortaleceram na região com as ocupações organizadas nas granjas Macali e Brilhante, no município de Ronda Alta/RS, em 1978. Entre 1981 e 1982, houve a ocupação da Encruzilhada Natalino (na mesma região), estabelecendo um novo momento dos movimentos sociais na luta pela reforma agrária, após uma certa neutralização forçada pelo governo militar, conforme as palavras de um dos participantes internos do estudo:

A própria retomada da luta pela terra a partir da ditadura militar, essa reorganização

que há no processo, não é um processo isolado que se dá aqui na região apenas, com as ocupações de Macalé e Brilhante e da Encruzilhada Natalina, mas se dá em Santa Catarina, se dá no Paraná, em São Paulo, então a gente não pode olhar de forma isolada. [...] E ali em 84 começa a surgir essa articulação, a partir da CPT que começou com o pessoal da igreja. Então, digamos assim, que foi a partir desse movimento que há da derrubada da ditadura, desse movimento da democratização, como falei a igreja, a CPT, aí entra a igreja católica, luterana, que tem um papel muito importante no meio rural, imagino também no meio urbano, mas a gente vê que nesse período, se for analisar, há uma ascensão, uma removimentação da sociedade de modo geral, uma luta pela democracia e no ressurgimento dos movimentos sociais de um modo geral. Olha, muito forte o movimento dos metalúrgicos na região do ABC em São Paulo, temos no Rio Grande do Sul o movimento dos bancários, dos professores e várias categorias; e no meio rural então surge também o removimento do movimento sindical, dos sem terras e do surgimento de movimentos como no caso o MST (PI 03, janeiro, 2020).

A organização para a ocupação da Fazenda Annoni se desenvolveu ao longo dos dois anos que antecederam outubro de 1985, principalmente na região de Ronda Alta, Sarandi, Constantina, Palmeira das Missões e Rondoninha, compondo-se como parte da luta pela terra não apenas na região, mas como processo de formação e construção do MST no Rio Grande do Sul.

Nesse processo, que era muito ligado entre movimento e luta pela terra, a gente não definiu uma coisa e outra, estava entrando na luta pela terra, mas também estava constituindo um movimento. Eu lembro disso porque quando nós começamos a preparar a ocupação da Annoni, que a Annoni foi em 85, no período anterior, a gente já estava discutindo a organização do MST, fazendo o debate do congresso nacional, a ponto que nós organizamos o congresso, fizemos parte do congresso nacional lá em janeiro de 85, e depois em 29 de outubro que nós ocupamos oficialmente, como uma resolução do congresso, mas na verdade essa preparação já foi de dois anos anteriormente, que a gente vinha organizando, debatendo, constituindo e assim por diante (PI 03, janeiro, 2020).

As estratégias desenvolvidas pelo MST nesta região avançaram para outros estados, especialmente Mato Grosso, São Paulo e Espírito Santo, impulsionando o movimento dos Sem-Terra de forma expressiva no cenário político, social e cultural do Brasil (FERNANDES, 2000). No contexto de luta social brasileira, o MST se destaca como um movimento em escala nacional, articulando-se a outros movimentos internacionais. Foi fundado oficialmente em 1984, a partir de conflitos agrários que contornavam a região sul do país desde o final da década de 1970, fortaleceu-se nos períodos seguintes por meio de ações na luta pela terra e pela redemocratização de direitos sociais. Atualmente, está organizado em 24 estados do Brasil. Entre as principais pautas, destacam-se: luta pela terra (como objetivo imediato), luta pela reforma agrária (democratizando a propriedade da terra na sociedade e garantindo o acesso aos trabalhadores) e a transformação social a partir do combate à: desigualdade social e de renda, discriminação de etnia e gênero, concentração da comunicação e exploração do trabalhador urbano (MST, 2016).

Neste cenário, a antiga Fazenda Annoni (latifúndio de 9.000 ha e caracterizado pelo

sobrenome da família proprietária da época) se tornou marcante pela capacidade de mobilização social e resistência na luta pela reforma agrária no Rio Grande do Sul, sendo uma das primeiras demonstrações de força e, ainda, reconhecimento e consolidação do MST, no início do período democrático. Em 1972, a propriedade foi declarada de interesse social para fins de desapropriação e, em outubro de 1985, após 13 anos de impasse entre o Estado e o proprietário, foi ocupada por mais de 1.500 famílias, provenientes de 32 municípios do Rio Grande do Sul (CAUME, 2006; DICKEL, 2016), entre elas, as famílias que constituíram o coletivo da COOPTAR.

A ação foi coordenada pelo MST, mas contou com o apoio de diversos movimentos vinculados à Igreja, como Comissão Pastoral da Terra (CPT), Comunidades Eclesiais de Bases (CEBs), Pastoral da Juventude Rural (PJR), agentes religiosos e partidos políticos da esquerda. Este apoio ocorreu tanto na preparação e ação da ocupação, quanto no período de acampamento (DICKEL, 2016). Após as primeiras interlocuções entre ocupantes e instâncias estatais e a concessão da permanência provisória, foram criadas equipes responsáveis para o atendimento das necessidades básicas e da vivência em coletividade. Também, foi organizada uma estrutura básica de relações dentro do acampamento, denominada por grupos de família, compostos em média por 10 famílias originadas preferencialmente dos mesmos grupos dos sem-terra ou municípios (CAUME, 2006; DICKEL, 2016).

A ocupação da Fazenda Annoni influenciou a intervenção das autoridades federais e estaduais na garantia do assentamento. Entretanto, o embaraçoso conflito judicial entre a União (por meio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA) e a família Annoni em torno da desapropriação gerou um longo período de resistências (pelas dificuldades e ausências de todos os tipos de recursos), conflitos (com o Estado e entre os próprios acampados pelas diferenças culturais e concepções políticas) e pressões do cotidiano (para algumas famílias, as últimas a serem alocadas, foram mais de 8 anos de acampamento) (DICKEL, 2016).

Durante todo o processo de disputa pela terra, as famílias ficaram acampadas em barracos de lonas, sem nenhuma infraestrutura para moradia, como saneamento básico e energia elétrica, conforme as palavras descritas por dois participantes internos do estudo.

Não tinha nada aqui. Tinha só capim a noni. Você olha va assim, como é que nós vamos fazer? (PI 13, janeiro, 2020).

Sem luz, de líquinho ou de vela, tudo assim foi. Também com a questão da água, a gente ia longe lavar roupa, subir com os baldes, nós tínhamos que ir lá embaixo para depois subir com os baldes porque não tinha água (PI 14, janeiro, 2020).

O grande grupo de agricultores que decidiu romper o cotidiano de suas vidas e enfrentar situações totalmente desconhecidas (o acampamento e a ocupação de terras pertencentes a

outros proprietários), em um processo de luta social pela terra, foi constituído por filhos de pequenos proprietários (privados de herança pelo escasso patrimônio agrícola dos pais), assalariados rurais, pequenos arrendatários, meeiros, atingidos pela barragem de Passo Real e também pelas centenas de famílias expulsas da Reserva Indígena de Nonoai (BONAMIGO, 2007; CAUME, 2006; DICKEL, 2016).

Mesmo trabalhando na agricultura, essas pessoas não possuíam a propriedade da terra para o cultivo e o desenvolvimento social. Assim, organizaram-se por meio de um movimento social na luta por mudanças de suas realidades de vida, conforme as palavras descritas por um dos participantes internos do estudo.

E tinha um dado da realidade que era cruel para nós naquele período. Era que a terra que nossos pais tinham não era suficiente para dar continuidade para nós seguirmos a nossa vida com o mínimo de dignidade. Naquele período histórico, me parece que se apresentavam duas grandes alternativas para nós: ou a gente partia para a luta para conseguir um pedaço de terra, ou a gente aderiria àquilo que era o modismo no momento, a migração urbana. Foi um período muito forte de êxodo rural, teve muita transformação rápida e curta na agricultura, que dificultou essa possibilidade de se continuar na roça só. Aí a alternativa para mim posta foi essa, ou tu vai para a cidade, ou tu vai em busca da luta pela terra (PI 01, janeiro, 2020).

Enquanto algumas vivências eram mais intensas nas interlocuções, debates e construções de argumentos para pressionar o processo estatal burocrático para a execução do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), outras estavam mais ligadas à organização de uma unidade coletiva. Contudo, todos viviam as preocupações em relação à situação de imprevisibilidade (obtenção de alimentos, instalações, saúde, convivência, alcance da terra), que passaram a ser constantes, trazendo a percepção de que o alcance dos objetivos coletivos exigia perseverança, solidariedade e reconstruções de possibilidades a cada dia (CAUME, 2006; DICKEL, 2016).

A vivência do acampamento mudou a dinâmica das práticas sociais. A família deixou de ser o principal espaço das decisões dos membros, passando a dar espaços de construções coletivas, a partir dos grupos de famílias, grupos de trabalho e assembleias gerais, o que oportunizou também uma formação social e política na prática. As percepções do “eu” foram dando espaços para a construção do “nosso”, desenvolvendo concepções embasadas na partilha, ajuda mútua, solidariedade, transformando angústias e ausências em processos de aprendizagens, resistência e fortalecimento coletivo (BONAMIGO, 2007; CAUME, 2006; DICKEL, 2016).

Além de desenvolvimento da resistência e da persistência, o período de acampamento gerou novas formas de atuação dos sujeitos no âmbito do individual, passando a se perceber e pensar no âmbito da vivência coletiva. Por meio das interações impostas pela situação, aliadas

às expectativas de uma vida melhor, as práticas sociais foram construídas completamente diferentes do que seriam se aquelas mesmas pessoas estivessem no contexto dos seus lares. A necessidade de se organizar e discutir para construir alternativas capazes de pressionar a efetivação da reforma agrária e, ao mesmo tempo, buscar a subsistência das famílias a partir de uma diversidade de cultura e objetivos (que foram miscigenados naquela vivência) possibilitou a formação de novas individualidades e identidades que foram se percebendo e se constituindo no contexto de um coletivo.

Com o tempo, a vida do acampamento se tornou rotina, e os impasses na resolução do conflito foi gerando percepções e posicionamentos de luta social diferentes entre lideranças e os grupos de famílias acampadas. Lideranças formadas por agentes pastorais desenvolviam ações mais voltadas ao reconhecimento da opinião pública e fortalecimento da crença dos agricultores na persistência da luta pela terra (romarias e caminhadas), usando recursos e argumentos mais místicos e religiosos. Lideranças ligadas ao MST desenvolviam ações de enfrentamentos mais direto, como protestos e ocupações em órgãos estatais em Porto Alegre/RS (CAUME, 2006; DICKEL, 2016).

Entre as lideranças, surgiu também a preocupação em desenvolver a consciência política organizativa entre os acampados por meio de práticas e debates, gerando estímulos para o desenvolvimento de ações fundamentadas na cooperação agrícola. Para os agentes pastorais, práticas e debates eram necessários para uma vida comunitária fundamentada na partilha e solidariedade entre as famílias. Para o Estado, as ações de cooperação agrícola eram importantes para garantir a efetividade econômica dos acampamentos. Já para as lideranças ligadas ao MST, desenvolver a percepção política organizativa envolvia muito mais que a viabilidade econômica, pois era fundamental a formação de valores considerados essenciais para a transformação social defendida pelo MST. Apesar de estímulos diferentes, havia concordância em relação à importância de desenvolver práticas de cooperação agrícola (CAUME, 2006; DICKEL, 2016).

A partir das práticas organizativas, as ações passaram a ser organizadas dentro dos grupos menores, por meio de comissões e responsáveis, que atuavam mais diretamente com a organização do acampamento, gerando uma descentralização no acampamento. Essa descentralização das ações do acampamento facilitou algumas ações mais práticas, em razão do menor número de família, e, também, dificultou o contato entre os grupos, que passaram a tomar decisões dentro de grupos menores, gerando maiores divergências de concepções (CAUME, 2006; DICKEL, 2016). Outro fator relevante no contexto das divergências deve-se à questão da quantidade de famílias acampadas maior do que a área em disputa poderia

comportar. Esta situação gerou tensão e conflito nos debates em torno da busca por alternativas para o assentamento de todas as famílias, inclusive em relação aos critérios para definir grupos de famílias que seriam assentados no local e os que precisariam ser em outras regiões (CAUME, 2006; DICKEL, 2016).

Em um contexto complexo, muitos desgastes emocionais surgiram e foram incorporados pelos agricultores na luta pela terra. Foi um longo período experienciado pelos agricultores no acampamento, em barracos de lona, situações precárias, com falta de comida, incertezas em relação ao futuro e precisando administrar conflitos diários, tanto externos (com o Estado e o antigo proprietário), quanto internos (pelas diferentes percepções e culturas entre os grupos de acampados, gerando divergências). Além disso, enfrentar também o preconceito em vários setores da sociedade que, frequentemente, designavam os agricultores de “vagabundos”, como expressado nas palavras de um dos participantes internos do estudo:

A sociedade tinha rotulado os que estavam lutando pela terra como os vagabundos, que não queriam trabalhar. E a gente fazia parte de uma sociedade, nós éramos trabalhadores. [...] Então esses conflitos perduraram durante muito tempo, e até hoje ainda estão postos (PI 02, janeiro, 2020).

Entre as experiências dolorosas, heterogêneas e antagônicas, marcadas pela socialização no meio rural e vivências de precarização das condições de existência, surgiram muitas lideranças que também se constituíram neste processo de luta e desempenharam importantes contribuições, tanto na elaboração de estratégias para a solidificação das bases do MST, quanto na propagação do debate sobre a luta pela reforma agrária no restante do país, bem como no fortalecimento do movimento no cenário nacional (BONAMIGO, 2007; CAUME, 2006; DICKEL, 2016).

Entre as lideranças que se desenvolveram, cabe destacar que muitos agricultores (inclusive diversos integrantes e fundadores da COOPTAR) têm experiências de envolvimento na luta pela democratização de direitos anteriores à ocupação da antiga Fazenda Annoni. Essas vivências ocorreram pela participação em movimentos pastorais e sindicais nas comunidades de origem, como participação na Pastoral da Juventude Rural (PJR) ou na Comissão Pastoral da Terra (CPT), conforme alguns participantes internos do estudo:

Eu venho de uma família que era assentada. Meu pai foi assentado lá em 64, 65, na época do Brizola, então nasci e me criei nesse meio. Quando eu entro no movimento, eu já fazia parte da pastoral da juventude, do movimento sindical, então quando comecei a participar, eu participava das vagas tudo ao mesmo tempo [...] eu talvez tenha entrado no movimento muito mais pensando no econômico, para resolver a minha vida econômica, mesmo que solteiro na época, mas pensando um dia ter família e essas coisas, mas nesse processo, que era muito ligado entre movimento e luta pela terra, a gente não definiu uma coisa e outra, estava entrando na luta pela terra mas também estava constituindo um movimento (PI 03, janeiro, 2020).

A nossa experiência, ela tem a ver muito com as próprias origens nossas. Nós, no

caso, o grupo daqui da COOPTAR, é um grupo muito oriundo da pequena agricultura, que tinha uma tradição de pequena agricultura, que tinha uma inserção na vida comunitária, nas comunidades tradicionais, mas tinha uma inserção, um vínculo forte com igreja, em diferentes níveis, um vínculo com o sindicato. [...] Meu pai teve uma história de luta sindical, então acompanhei muito a trajetória, então a gente tinha também uma proximidade nesse processo (PI 01, janeiro, 2020).

O longo e exigente período de acampamento forçou o desenvolvimento das interações sociais, pelas construções dos argumentos nos debates com o Estado, organização da unidade coletiva (instalações, obtenção de alimentos, convivência, entre outras), desenvolvimento da resistência e perseverança, bem como construções coletivas (a partir dos grupos de famílias, grupos de trabalho e assembleias gerais). Essas interações caracterizam-se, também, como espaços de formação política e construção do conhecimento para transformar realidades, como expressado nas palavras de participantes (interno e externo) do estudo.

Essa experiência é algo que não tem explicação, porque tudo que eu sei, que aprendi na vida foi fruto desse processo, a minha maior faculdade foi o acampamento, tudo que eu conheci nesse mundo, que eu precisava para viajar, me relacionar na cidade, foi fruto disso que nós somos aqui, mas que tem a ver com a experiência do acampamento (PI 03, janeiro, 2020).

O acampamento é um espaço de formação, que pega pessoas de diferentes ideias e colocam junto. E você tem que se organizar. Tem que rever suas coisas, questão de gênero, o homem vai ter que cozinhar, a mulher vai nas reuniões. Muda totalmente a visão (PE 001, janeiro, 2020).

A estruturação definitiva do assentamento ocorreu à medida em que os lotes foram liberados pelo Estado para a concessão legal das famílias acampadas. Contudo, esse processo foi conflituoso e moroso. O assentamento oficial iniciou em 1987 e se efetivou em quatro fases distintas. A primeira fase (1987), com assentamento de um grupo (57 famílias) em lotes na Fazenda Annoni e outro grupo (177 famílias), em outras regiões do estado, organizadas pelo MST. Na segunda fase (1987), um grupo (35 famílias) em lotes na Fazenda Annoni. A terceira fase (1987) envolveu o grupo dos agricultores que já moravam no interior da Fazenda Annoni, na condição de ex-empregados, filhos de arrendatários e parceiros (designação referente aos agricultores que trabalhavam há muitos anos em uma parte de terra na Fazenda Annoni, sem o título de propriedade), em torno de 50 famílias. Em 1989, havia ainda 550 famílias acampadas provisoriamente, mas a área restante poderia comportar apenas 200 famílias. A finalização do assentamento ocorreu somente em 1993, com a quarta fase (CAUME, 2006; DICKEL, 2016).

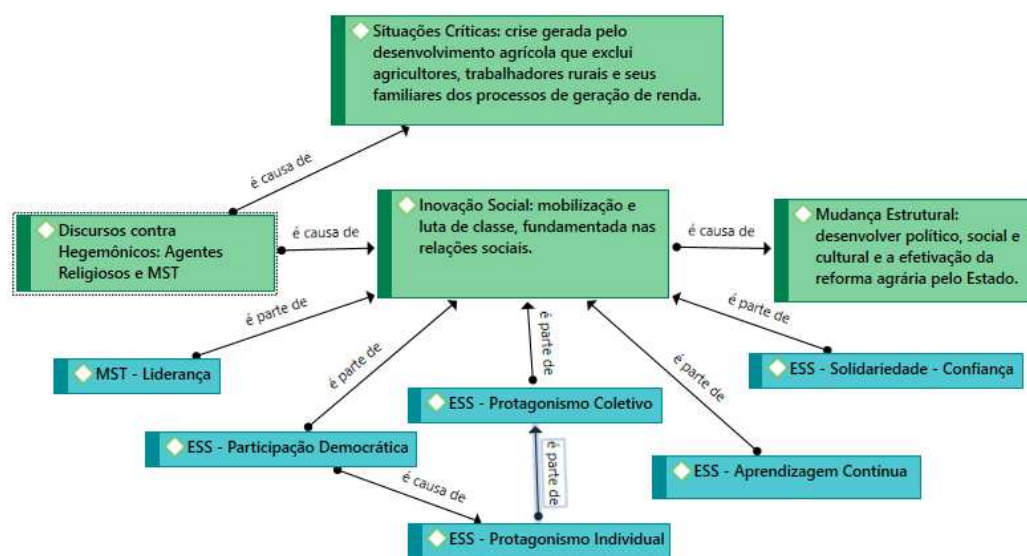
Esta fase levou um tempo maior para efetivação, em razão dos impasses e divergências (critérios de escolhas das famílias que ficariam no local e das que seriam assentadas em outros espaços) e, também, pela espera na operacionalização de novos espaços para o assentamento. Depois de muitos embates e negociações, alguns grupos foram assentados em outras regiões, ficando ainda 37 famílias (além das 200 já definidas) sem perspectiva de novos espaços para

assentamento e acabaram sendo assentadas também na Fazenda Annoni. Por conta disso, o último grupo assentado recebeu lotes de terras com solos mais degradados (em virtude do uso comum durante mais de oito anos de ocupação provisória) e em tamanho reduzidos (CAUME, 2006; DICKEL, 2016). Ao todo, em torno de 400 famílias foram assentadas na propriedade, e o coletivo que formou a COOPTAR foi o último grupo das famílias de agricultores assentados nas terras da Fazenda Annoni.

A partir da aplicação das categorias de análises de estudo, apresenta-se a dinâmica da inovação social que propiciou a constituição de um ambiente inovador. Os elementos facilitadores à geração de inovações sociais referem-se às categorias de análises definidas a partir da literatura da inovação social na perspectiva da transformação social (AVELINO *et al.*, 2019; MOULAERT; MACCALLUM; HILLIER, 2013; FERRARINI, 2016; 2019), da economia solidária (GAIGER, 2009; GAIGER; FERRARINI; VERONESE, 2018; FERRARINI *et al.*; 2018), da inovação social no meio rural (ABRAMOVAY, 2000b; 2006; BOCK, 2016; NEUMEIER, 2016) e identificados na coleta de dados deste estudo.

A Figura 8 expressa os elementos facilitadores à geração de inovações sociais identificadas no período. As manifestações da dinâmica da inovação social a partir dos elementos facilitadores da perspectiva da transformação social estão representadas pelos retângulos em verde, e as manifestações da dinâmica da inovação social a partir dos elementos facilitadores da economia solidária, inovação social no meio rural e dados coletados representados pelos retângulos em azul.

Figura 8 – Elementos Facilitadores a Geração de Inovação Social (Ocupação e Acampamento)



Fonte: Elaborado pela Autora a partir do *software* Atlas ti (2021).

Na dinâmica da inovação social desta fase, verificou-se a presença de todas as categorias

determinadas a partir da literatura da inovação social na perspectiva da transformação social (situações críticas, discursos contra hegemônicos, inovação social, mudança de estrutura). Inicialmente, a conjuntura da crise gerada pelo desenvolvimento agrícola excludente, que acelerou as desigualdades (na propriedade e na renda) e excluiu muitos agricultores (trabalhadores rurais e seus familiares) dos processos de geração de renda, se caracteriza como uma situação crítica na luta pela terra. Essa situação manifesta a vontade de mudar resultante da percepção da ameaça ou falha, com presença de capacidades internas de mudança (incluindo liderança e cultura) (BACON *et al.*, 2008) em relação a situações, comportamentos e atitudes (NEUMEIER, 2012). Dependendo de como se percebe e interpreta, a situação crítica estabelece novas condições para os atores no enfrentamento de situações complexas.

Neste contexto, a crise gerada pelo desenvolvimento agrícola excludente, aliada à expectativa da concretização da reforma agrária e ao impasse entre o Estado e proprietário da terra, foi percebida e interpretada pelos agricultores como uma situação crítica que estimulou a ocupação do espaço de terra (um latifúndio que contornava uma demorada negociação entre o Estado e o proprietário para ser usada na reforma agrária), como forma de pressionar o Estado na efetivação do processo de reforma agrária. Além de mudar o rumo de uma situação, esse momento torna-se crítico também para os atores que criaram iniciativas em um primeiro movimento na jornada da inovação social.

A inovação social neste período se constitui pelo processo de mobilização social que criou formas de ações, argumentos e resistências, além de fortalecer a luta dos agricultores pelo direito à terra. De acordo com Moulaert, Maccallum e Hillier (2013) e Ferrarini (2016), a inovação social pode ser compreendida como mudança nas relações sociais, que promova novas formas de ação colaborativa e que gere mudanças a partir do protagonismo dos sujeitos envolvidos, compartilhamento de conhecimentos e participação democrática.

A mudança estrutural é identificada neste período pelo desenvolvimento político, social e cultural vivenciados pelos agricultores e, ainda, pela institucionalização dos lotes de terra na efetivação dos assentamentos. As perspectivas emancipatórias da inovação social tendem a ressignificar e transformar as relações humanas e as estruturas de poder. As mudanças nas estruturas de poder são capazes de estimular a reconstrução de outros níveis de estruturas sociais, como modo de viver, produzir, padrões de ações estabelecidas e discursos culturais dominantes, fazer política, entre outras (MOULAERT; MACCALLUM; HILLIER, 2013; FERRARINI, 2016; 2019).

Neste sentido, as experiências vivenciadas no período de acampamento (embora precárias, dolorosas e conflituosas) geraram, a partir das práticas sociais, o desenvolvimento

político, social e cultural dos agricultores. Esse avanço das estruturas sociais (alteração de padrões estabelecidos, discursos dominantes e conhecimento, entre outros) fortaleceu as práticas sociais dos agricultores na luta pela terra, culminando na institucionalização dos lotes de terra para os assentamentos, caracterizando-se, portanto, como mudanças estruturais em diversas dimensões.

Além disso, outros elementos que propiciaram a constituição de um ambiente inovador foram identificados neste estudo, como solidariedade e confiança, aprendizagens contínuas, participação democrática, liderança, protagonismo individual e coletivo. Os agricultores passaram a se perceber e a pensar no âmbito da vivência coletiva. Esta vivência se constituiu a partir do desenvolvimento da solidariedade e confiança (GAIGER, 2013; 2016) e das aprendizagens (FERRARINI, 2016; 2019; NEUMEIER, 2016) nas interações sociais. Também, verificou-se o desenvolver do exercício da participação democrática (GAIGER, 2013; LAVILLE, 2016), a partir das práticas organizativas em comissões e assembleias (em razão da necessidade de organização coletiva do acampamento), manifestando o protagonismo individual (MOULAERT; MACCALLUM; HILLIER, 2013; FERRARINI, 2016; 2019; FERRARINI *et al.*, 2018) em muitos sujeitos que exerceram intensas lideranças, o que contribuiu para o empoderamento do protagonismo coletivo.

Com a identificação e análise da dinâmica da inovação social, considerando os elementos facilitadores à geração da inovação social, a partir das categorias de estudo com base na perspectiva de transformação social, economia solidária, inovação social no meio rural e dados da experiência empírica deste estudo, constata-se, nesta fase, a existência da inovação social e, ainda, da inovação social na perspectiva transformadora.

4.2 COOPERAÇÃO AGRÍCOLA COMO ESTRATÉGIA PARA O FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR

A cooperação agrícola surgiu como um caminho possível de viabilização econômica para muitas famílias, diante das experiências de dificuldades (situações precárias nos barracos de lona, escassez de recursos e alimentos, incertezas em relação ao futuro) e conflitos (com o Estado, o antigo proprietário das terras e entre os próprios agricultores, pelas diferenças culturais e concepções políticas) e, ainda, das aprendizagens e construções de estratégias coletiva (na mobilização social, com início nas reuniões preparatórias à ocupação e aprimorada na estruturação e organização diária do acampamento, marchas e manifestações, entre outras) vivenciadas durante o acampamento, aliadas aos debates (estimulados pelas lideranças pastorais e do MST) sobre possibilidades de organização produtiva.

Dentro do acampamento nós começamos a discutir esse negócio da cooperativa, de criar grupos coletivos. Foram criados diversos grupos. Nós éramos em 10, tudo piazzada, solteiro, criamos um grupo, dois saíram fora, ficamos em oito. Desses oito nós fomos morar juntos. A partir dali que nós criamos a cooperativa, nós oito que levamos a discussão. E aí discutimos com outros grupos para fazer um coletivo (PI 18, janeiro, 2020).

As Cooperativas de Produção Agropecuária (CPA) são ligadas ao Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA) e inerente ao próprio MST, que elaborou e estruturou uma proposta de cooperação nos assentamentos. Essa proposta surgiu no desenvolvimento dos enfrentamentos, debates e reflexões do MST, em que se percebeu a necessidade de criar condições para os agricultores se prepararem melhor diante das inúmeras adversidades econômicas enfrentadas em ações individuais, considerando o modelo de produção excludente predominante (CAUME, 2006; MST, 2015).

Os debates e as orientações do MST em relação à organização da produção agrícola inicialmente envolviam estratégias de associativismo com preservação da autonomia e da propriedade individual, visando desenvolver ações para fortalecer as atividades das famílias dos assentados mais na esfera da comercialização (aquisição de máquinas, implementos e insumos agrícolas e venda da produção). Essas orientações estimularam as denominadas formas simples de associação ou cooperação (grupos semicoletivos, mutirões, trocas de dia de trabalhos, entre outros) (CAUME, 2006; MST, 2015).

Com o tempo, as reflexões críticas a partir de experiências associativistas geraram debates, na busca por alternativas mais expressivas na promoção da viabilidade econômica. O debate avançou da formação de organização cooperada, passando para a compreensão da necessidade de associações cooperadas com maior potencial (diferentes das tradicionais pelas críticas que acabavam se adequando ao mercado e ao Estado), para ser possível o fortalecimento da produção dos agricultores diante do modelo econômico predominante. Nesta concepção, o MST elaborou uma proposta de estruturação das Cooperativas de Produção Agropecuária (CPA) e passou a orientar esta forma de organização produtiva como alternativa de trabalho coletivo nos assentamentos (CAUME, 2006; MST, 2015).

Além de um modelo de produção alternativa, a proposta surge como estratégia de permanência do trabalhador assentado na terra. Para o MST, a busca pelo desenvolvimento não deve se ater apenas na organização da produção, mas também no espaço onde se desenvolve o trabalho, considerando os elementos de cooperação e, posteriormente, da consolidação da cooperativa como forma específica de formação política, viabilizando o desenvolvimento socioeconômico dos assentamentos, da mesma forma que se constrói a política neste lugar (STEDILE; FERNANDES, 1999).

Na ótica da teoria da inovação social transformadora (AVELINO *et al.*, 2014), a ação

coletiva estabelece novas relações sociais potencializadoras de mudanças e inovações que desafiam e alteram padrões de estruturas conservadoras de poder. As iniciativas da economia solidária, por exemplo, ampliam as possibilidades de desenvolvimento, tanto no âmbito das potencialidades produtivas, quanto das relações humanas, concretizando a produção das necessidades humanas. Por meio de ações coletivas, essas iniciativas são capazes de promover a solidariedade democrática e democratizar a economia (FERRARINI *et al.*, 2018; GAIGER, 2009; LAVILLE, 2009).

As principais lideranças do acampamento da Fazenda Annoni eram também as principais do MST gaúcho, o que contribuiu com o debate aprofundando sobre a formação da cooperação coletiva entre as famílias, como estratégia de viabilidade econômica. Cabe salientar que as experiências das lideranças (tanto por meio dos debates e interações sociais, quanto pelas formações técnicas e políticas em suas atuações no MST) também influenciaram no estímulo da constituição de cooperação coletiva. Esta proposta foi muito estimulada e desafiou a concretização dentro do MST. Por conta disso, realizou-se um credenciamento de famílias predispostas a práticas da coletivização da produção agropecuária (CAUME, 2006).

Na perspectiva de colocar em prática a cooperação agrícola orientada politicamente pelo MST, após a definição das famílias selecionadas para a IV Fase do Assentamento (último lote de terra definido no Assentamento da Fazenda Annoni) e na expectativa de receber os lotes de terra determinado na sequência (que não se efetivou de imediato), em 08 de fevereiro de 1990, 46 famílias formaram a COOPTAR, conforme um dos participantes internos do estudo:

Quando a gente ganhou terra, começamos a produzir, começamos a se organizar. Aí nós criamos a COOPTAR, que já era uma essência desde o acampamento de um grupo que a gente vinha discutindo, na época mais jovens e tal (PI 05, janeiro, 2020).

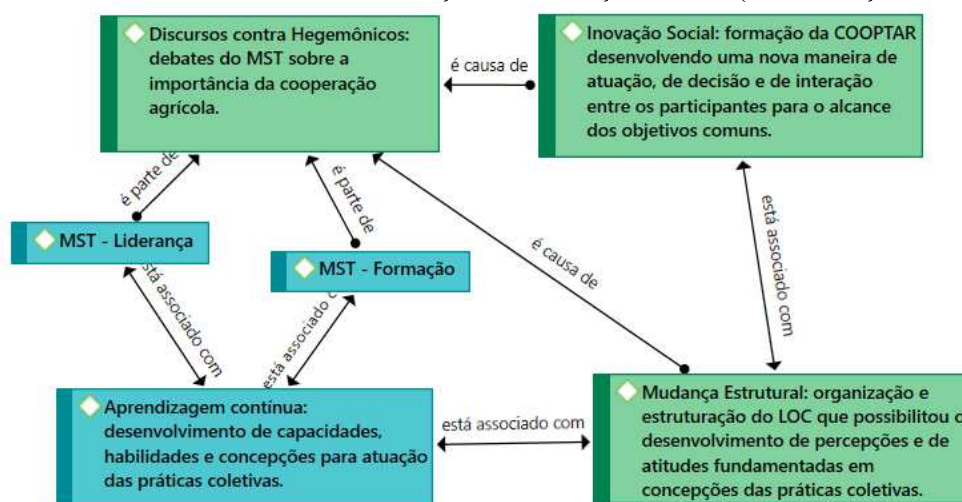
A constituição da COOPTAR envolveu quase todas as famílias que se credenciaram na proposta de trabalho coletivo, entre elas, também, as principais lideranças do acampamento e alguns protagonistas da história do MST gaúcho. A composição da COOPTAR se fundamentou na proposta de trabalho coletivo organizado, totalmente distinta das experiências vivenciadas até o momento pelos participantes (camponeses, pequenos arrendatários ou assalariados), manifestando na prática as concepções em torno das formas de cooperação agrícola orientadas politicamente pelo MST (CAUME, 2006).

Para que a proposta de cooperação coletiva se efetivasse, as ações do coletivo (recém-formado) precisavam ir além do desenvolvimento de concepções. Deviam mudar padrões de comportamento em relação à prática do trabalho herdada das experiências individuais das famílias, para estimular a consciência organizativa, baseada na unidade organizativa e na disciplina. Por conta disso, foi estruturado um espaço de construção social, chamado de Laboratório Organizacional de Campo (LOC), que representou um espaço e um período de

desenvolvimento de atividades para experienciar práticas da organização coletiva de produção. O LOC foi estruturado, organizado e conduzido pelo Departamento de Formação do MST/RS em conjunto com a Central das Cooperativas de Reforma Agrária do Rio Grande do Sul (COCEARGS) e as principais lideranças da COOPTAR, também integrantes da Coordenação Geral do LOC, com apoio de um grupo de organizações governamentais e não governamentais (Emater, Incra, Prefeitura Municipal de Sarandi, Cáritas Regional, Diocese de Passo Fundo, entre outras) (CAUME, 2006).

Ao aplicar as categorias de análises de estudos nesta fase, verificou-se, na dinâmica de mudanças e inovação, a existência dos discursos contra hegemônicos, da inovação social e mudança estrutural. Além disso, constatou-se a intensa presença dos elementos de aprendizagem contínuas (categoria de análises a partir da economia solidária e inovação social no meio rural), liderança e formação do MST (categorias de análises identificadas na experiência empírica do estudo de caso). A Figura 9 apresenta os elementos facilitadores para a geração de inovação social identificados nesta fase, que abrange o período de fundação da COOPTAR (1990) até a liberação efetiva dos lotes ao coletivo de agricultores que constituiu a COOPTAR (1993). Os retângulos verdes representam as categorias determinadas a partir da inovação social na perspectiva da transformação social e os azuis, as categorias de análises a partir da economia solidária, inovação social no meio rural e dados coletados deste estudo.

Figura 9 – Elementos Facilitadores à Geração de Inovação Social (Constituição da COOPTAR)



Fonte: Elaborado pela Autora a partir do *software* Atlas.ti. (2021).

Considerando a aplicação das categorias de análises a partir da inovação social na perspectiva transformadora, os discursos contra hegemônicos promovidos pelo MST em relação à cooperação agrícola estimularam os agricultores a significar ideias, objetivos e motivações, gerando importantes manifestações na dinâmica de mudanças e inovação. A

constituição da COOPTAR é resultado desta dinâmica, pelos discursos contra hegemônicos, consistindo em uma das inovações sociais mais importantes na trajetória do coletivo.

A inovação social na constituição da COOPTAR se caracteriza pela forma de organização econômica, social e política, com desígnio da coletivização das atividades produtivas para o fortalecimento da agricultura familiar. O inovador da iniciativa está na formação do coletivo, onde o trabalho e os meios de produção são de forma coletiva, que buscou desenvolver uma nova maneira de atuação, decisão e interação entre os participantes, para o alcance dos objetivos comuns. A partir da criação da COOPTAR como uma organização econômica e social em um espaço agrícola com base nas relações sociais para o fortalecimento do coletivo, outras inovações e mudanças foram promovidas, confirmando a ocorrência das coevoluções da inovação social, pelas interações ou movimentos que ocorrem entre as categorias de estudo elegidas a partir da inovação social na perspectiva transformadora.

Nessa dinâmica de manifestação de mudanças e inovação, a criação de condições para a concretização da proposta de constituição do coletivo da COOPTAR (como uma organização econômica e social com o propósito da coletivização das atividades produtivas), foi criado, organizado e estruturado o Laboratório Organizacional de Campo (LOC), que também se constitui como uma inovação social gerada a partir da necessidade de desenvolver as concepções da produção coletiva da COOPTAR. As duas inovações sociais (COOPTAR e LOC) foram estimuladas pelos discursos contra hegemônicos de mudanças do MST.

O LOC manifestou um espaço de novas possibilidades de desenvolver e potencializar conhecimentos e habilidades, tanto pelas oportunidades de aprendizagens e desenvolvimentos técnicos (por oferecer inúmeros cursos técnicos em diversas áreas do conhecimento), quanto pelo desenvolvimento e aprimoramento de habilidades de gestão, socialização e tolerância nas interações sociais (pela vivência de práticas coletivas de produção e convivência diária, evidenciando no cotidiano virtudes e imperfeições humanas). Além disso, possibilitou reflexões sobre concepções estruturadas e comportamentos herdados das experiências individuais em relação a diversas questões, como participação democrática, trabalho coletivo, questões de gênero, decisões coletivas, que favoreceram reconstruções de padrões estabelecidos pelas experiências e cultura de cada agricultor. Assim, o LOC se constituiu como uma experimentação social que oportunizou mudanças estruturais, a partir das mudanças técnicas, mas, principalmente, mudanças de padrões culturais, pelo desenvolver de novas práticas de aprendizagem coletiva, novas formas de produzir e viver coletivamente, promovendo novas percepções nas relações de hierarquias, especialmente de gêneros. Essas mudanças de estruturas foram importantes e necessárias para gerar inovação social com perspectiva de mudança social.

Adicionalmente, verificou-se a forte presença das categorias de análise de aprendizagem contínua, formação do MST e liderança do MST, como elementos facilitadores à geração da inovação social nesta fase. Cabe salientar que o LOC expressa ações de aprendizagens contínuas que favorecem o desenvolvimento de conhecimentos técnicos, habilidade humanas e rompimentos de padrões. Além do mais, o LOC foi pensado, organizado e conduzido principalmente por setores de formação do MST, envolvendo lideranças do MST, que também se apresentavam como lideranças da COOPTAR, o que confirma a intensidade das categorias de análise de aprendizagem contínua, formação do MST e liderança do MST, como elementos que contribuiriam na composição de ambiente inovador.

Contudo, cabe um destaque especial ao papel e à influência da atuação de algumas lideranças do MST, que também são da COOPTAR, por suas trajetórias na luta pela democratização dos direitos. Também, foram protagonistas da história do MST gaúcho e, conseqüentemente, desempenharam atuações mais intensas durante o período de acampamento. Isso desenvolveu uma diversidade de experiências de formação política e construção de conhecimentos, como na atuação em debates nos conflitos diretos e indiretos na luta pela terra, organização coletiva das instalações físicas e dos espaços de debate. As experiências conferem influências e fortalecimento na construção da concepção do trabalho coletivo, assim como no caráter de persistência e inovação da própria COOPTAR durante sua trajetória.

Esse contexto de experiências estimulou e possibilitou muitas aprendizagens pelo desenvolvimento de habilidades, percepções e comportamentos (GAIGER; FERRARINI; VERONESE, 2018; FERRARINI, 2016; FERRARINI *et al.*, 2018), fundamentadas em concepções das práticas coletivas (unidade organizativa, autogestão, iniciativas, entre outras). Nas interações de mudança e inovação no contexto da inovação social na perspectiva transformadora, a constituição da COOPTAR evidencia a influência do MST no desenvolver dos debates, percepções e, conseqüentemente, geração de iniciativas inovadoras pelos agricultores. Contudo, essa influência parece se manifestar como uma via de mão dupla, pois muitas lideranças do MST gaúcho (indivíduos que desenvolveram as propostas da cooperação agrícola) são as pessoas que exerceram intensas lideranças durante o período do acampamento da antiga Fazenda Annoni e, também, constituíram a COOPTAR.

Os movimentos sociais surgem como um meio de ação coletiva, fundamentado na solidariedade, que se opõe às diferentes configurações de controle social (MELUCCI, 1989). Por consequência, historicamente, contribuem para a organização e conscientização da sociedade, manifestando demandas pelas suas ações (pressão ou mobilização) (GOHN, 2011). Caracterizados pelo reconhecimento identitário, envolvem manifestações em busca de ganhos

materiais e não materiais (ALONSO, 2009), como respeito aos diferentes, democratização de direitos, preservação do meio ambiente, entre outros.

Neste contexto, os movimentos sociais se constituem como agentes impulsionadores da mudança e geradores de inovação social, uma vez que identificam expressões da questão social, manifestam forças estruturadas no desenvolvimento de propostas e ações coletivas em busca da inclusão social. Logo, constituem e desenvolvem o empoderamento de atores da sociedade civil, organizada à medida que estimulam sujeitos na atuação social (GOHN, 2011).

À vista disso, esta proposta foi construída igualmente por esse coletivo que, de certa forma, influenciou também as concepções do próprio Movimento, segundo um dos participantes internos da segunda geração, também atuante no Movimento, em relação à influência do MST na cooperativa.

A gente foi alinhando a nossa luta enquanto cooperativa, junto com a luta do MST, porque é sempre vinculado. A gente não pode desvincular a história da cooperativa, a construção, o desenvolvimento da cooperativa e do MST. São duas coisas que caminham de mãos dadas, praticamente (PI 17, janeiro, 2020).

O LOC contou com a participação de todas as famílias que constituíram a COOPTAR e de famílias assentadas que pertenciam a outras cooperativas da região, totalizando 132 participantes do espaço social de desenvolvimento. O LOC ofereceu 33 cursos, abordando inúmeras áreas de conhecimento e atividades produtivas (Alfabetização, Construção, Produção de Grãos, Conservação do Solo, Olericultura, Culinária, Pintura em Tecido, Eletricidade de Casa, Xadrez, Cooperativismo, Teoria da Organização do Campo, Economia Política, Administração Rural, Manejo de Gado, Cabelereiro, entre outros), para desenvolver percepções e comportamentos para o estímulo de uma consciência organizativa de trabalho coletivo. Os debates e trabalhos desenvolvidos no LOC apresentaram um conjunto de metas para gerar condições de novas formas de produção e capacitar os participantes pelo desenvolvimento de formas de produzir para estimular a consciência organizativa (CAUME, 2006).

Considerando a diversidade de cultura, percepções e objetivos que envolveu o grande grupo de acampados e, inclusive, o grupo de famílias que constituíram a COOPTAR, muitos estranhamentos e divergências surgiram nas concepções do trabalho coletivo, formas de construções de possibilidades das atividades produtivas, interesses (de acordo com cada particularidade familiar) e, conseqüentemente, nos objetivos entre os diferentes grupos.

A realização das atividades de cooperação agrícola também evidenciou a complexidade e os limites do trabalho coletivo. Mesmo entre o coletivo constituído por famílias que já haviam participado de muitos debates e reflexões sobre as práticas coletivas para a organização e a gestão da produção familiar, a cooperação agrícola na prática não se configurou como consenso

entre todos os agricultores. Muitas famílias que inicialmente manifestaram interesse na proposta como estratégia de fortalecimento do trabalho agrícola familiar e optaram em participar da constituição da COOPTAR, acabaram desistindo após as experiências práticas do LOC, gerando um desligamento de mais de 20 famílias do coletivo.

Um dos aspectos identificados como motivador preponderante do posicionamento de desistência por algumas famílias do coletivo consiste nos enfrentamentos gerados pela intolerância, na época, aos direitos e à participação igualitária no coletivo, especialmente, em relação à aceitação da atuação da mulher e seus direitos no coletivo, conforme um dos participantes internos do estudo:

E essa ideia de todo mundo participar da atividade econômica, todo mundo receber de forma igual, homem, mulher, no fim teve gente que saiu da cooperativa porque homem que não aceitava que a mulher recebesse igual a ele. Porque ele vem de uma família patriarcal, quem manda é o pai. A mãe não tinha nem renda, então a hora que ela começa a ganhar uma renda, ela começa a enfrentar, ter opinião, então teve pessoas que foram muito claras, saíram porque não conseguiram conviver com isso. Então isso é uma revolução, e essa revolução você não faz assim (PI 03, janeiro, 2020).

Elementos culturais, como indicados na fala acima, estão vinculadas à história de vida e práticas herdadas de cada indivíduo e se apresentaram em distintas formas de estranhamentos nas interações sociais do coletivo formado, ao ponto de ser percebido por algumas famílias que a proposta de trabalho coletivo não seria mais viável, após experiências em algumas atividades coletivas.

Outro aspecto motivador do desligamento de algumas famílias do coletivo se deve à urgência na geração de renda pela necessidade imediata para sobrevivência. A demora na liberação legal dos lotes para o coletivo (formado em 1990, mas recebeu os lotes de terra somente em 1993) obrigou algumas famílias a buscar formas de trabalho temporário em outras propriedades próximas para suas subsistências (algumas famílias já tinham dois ou três filhos), afastando-os do planejamento e de atividades em conjunto que o coletivo desenvolvia enquanto aguardava a liberação da terra.

Quando o coletivo da COOPTAR recebeu os lotes de terra, cerca de vinte famílias já haviam se desligado. Esse fato se apresentou como uma das muitas questões que o coletivo enfrentou na trajetória, pois a proposta de um grupo maior para o início das atividades representava o fortalecimento de possibilidades para o início das atividades diante de tantos dilemas que precisavam ser superados.

5. ATUAÇÃO DA COOPTAR: PERSPECTIVAS DE PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS E TRANSFORMAÇÕES GERADAS

Neste capítulo, apresenta-se a atuação da COOPTAR no desenvolvimento das atividades produtivas de forma coletiva e, também, da vivência social do coletivo, com suas crises, persistências, aprendizagens, recomeços, alternativas criadas e transformações alcançadas. A análise e os resultados estão organizados em três seções que correspondem às três décadas de atuação da COOPTAR como uma organização econômica e social fundamentada nas práticas sociais.

A primeira seção aborda o início das atividades produtivas do coletivo, experiências, acertos e equívocos no contexto da coletivização das atividades produtivas e da vivência social na Agrovila, que compreende o período de 1994 a 2000, representando a primeira década de atuação da COOPTAR. A segunda seção trata das ressignificações das formas produtivas, vivência coletiva e perspectivas de práticas sustentáveis, abrangendo o espaço temporal de 2001 a 2010, que constitui a segunda década de atuação do coletivo. Enfim, a terceira seção versa sobre o fortalecimento da atuação do coletivo da COOPTAR, fundamentado nas práticas sociais, envolvendo as transformações geradas e os desafios da atualidade, no período de 2011 até 2020, caracterizando a terceira década de atuação coletiva.

5.1 INÍCIO DAS ATIVIDADES PRODUTIVAS DA COOPTAR

O início das atividades coletivas gerou intensa expectativa em relação às possibilidades, pelo trabalho coletivo, para o alcance dos objetivos de cada família, a partir da conquista da sonhada terra para viver e trabalhar. Entretanto, essas expectativas estavam diretamente associadas à geração de renda e qualidade de vida que o trabalho coletivo traria, o que, na prática, dependia não apenas das normas e acordos da cooperação agrícola, mas também das estratégias de viabilização dos sistemas de produção empregado à terra.

Assim como para a maioria das famílias que iniciam suas atividades econômicas em assentamentos de reforma agrária, a liberação dos lotes de terra para o coletivo que constituiu a COOPTAR foi apenas o primeiro avanço no objetivo concreto de trabalhar e viver da terra. Muitos desafios se apresentaram na busca da viabilidade econômica e social dessas famílias, como a profunda escassez de recursos em todas as suas formas (tanto de infraestrutura, como de renda) para o sustento das famílias e iniciar as atividades de produção.

O escasso recurso financeiro inicial era oriundo do trabalho temporário de alguns participantes do coletivo (na maioria, homens) que trabalhavam em tarefas temporárias

(denominados de “boia fria”) em outras propriedades rurais próximas para fins de obter algum recurso financeiro, que era dividido com o coletivo para aquisição de alimentos, como sinalizado pelas palavras de um dos participantes internos do estudo.

Começamos a trabalhar fora por dia, colhendo uva, arrancando feijão, trabalhando em silo, para poder ganhar um dinheirinho para distribuir para as famílias, para podemos sobreviver, comprar comida (PI 18, março, 2020).

Outro desafio identificado se refere ao fato da pouca experiência e falta de habilidades no desenvolver da própria atuação autogestionária (considerando o novo formato de atividade coletiva), agregado à necessidade de organização da produção para geração de renda familiar. Os desafios em relação à falta de experiências iniciais envolveram atividades mais técnicas voltadas às formas de produção agrícola, como questões de planejamento da organização produtiva e gestão das atividades no coletivo. As experiências anteriores, mesmo na produção agrícola, ocorreram em terras com boas condições produtivas, diferentemente da terra recebida, que precisou ser recuperada, pois estava degradada pelo uso do grande grupo durante os oito anos de acampamentos, conforme um dos participantes internos do estudo:

E nós se organizamo em cooperativa, mas não se tinha nada. Tinha apenas a terra e uma terra que não era recuperada, um solo cru, um solo difícil de trabalhar. A gente não era acostumado com esse campo também. Onde a gente trabalhava, lá fora, era outro tipo de terra (PI 04, janeiro, 2020).

Assim como a gestão dos recursos, os meios de produção, que anteriormente, na maioria das vezes, eram geridos por outras pessoas, passaram a ser pensados e decididos a partir das experiências individuais dos participantes, porém em uma perspectiva do coletivo, o que exigiu novas percepções e habilidades, que foram compreendidas e desenvolvidas durante as experiências. Além disso, o início das atividades de produção agrícola se baseou no modelo hegemônico de produção da monocultura, pelo plantio de soja e milho, desenvolvendo a mesma proposta econômica que fomenta o agronegócio e limita a subsistência de pequenos agricultores. Este modelo de produção gerou a necessidade de adquirir máquinas agrícolas para os processos produtivos, dando-se por meio de financiamento com imensa dificuldade para o pagamento. Também, a produção de grãos provocou ociosidade de mão de obra dos integrantes do coletivo, pois as atividades mecanizadas envolviam quatro ou cinco famílias nas atividades. Naquele momento, havia mais de quinze famílias sem atividades. Ainda, no primeiro ano de produção, houve uma estiagem intensa que comprometeu a produção, como destaca um dos participantes internos, ao relembrar os obstáculos iniciais do coletivo:

E nós fomos para a monocultura, nós compramos máquinas novas, que não conseguimos pagar. Nós compramos máquina e deixamos a mão de obra parada, porque não tinha serviço. E já no primeiro ano deu seca e foi perdido tudo (PI 02, janeiro, 2020).

Além disso, a geração de renda foi focada na produção de grãos para o mercado, sem pensar na produção de alimentos para autoconsumo das famílias. Em muitos momentos, especialmente nos de crise, houve dificuldade de obtenção de alimentos básicos para a subsistência. Embora a criação da COOPTAR tenha sido debatida, concebida e estruturada com base nas propostas organizativas do MST e suas reflexões críticas em relação ao modelo de produção do agronegócio, o início das atividades se deu pelo mesmo caminho que excluiu a grande maioria dos agricultores do meio rural, reproduzindo a forma tradicional de apropriação dos recursos, na tentativa do desenvolvimento econômico de seus lotes. Essa percepção foi identificada em diversas manifestações durante o estudo, como pode-se verificar nas palavras de um dos participantes internos:

Depois de conquistado vem o passo seguinte: como viabilizar, como de fato fazer? E aí a gente embarca de novo às vezes em ilusões. Nós, no nosso caso, criamos toda uma experiência nova, de operação: “vamos se juntar, vamos trabalhar de forma coletiva”. No primeiro momento, criamos a ilusão: “nós vamos juntar 30, 40 famílias, e vamos criar uma “fazendinha” ou a grande fazenda. Porque nós fizemos uma conta matemática: se o fazendeiro ali que tem 600 mil hectares, ganha tanto, então nós vamos juntar e vamos fazer uma panelinha de 600 hectares, e vamos reproduzir o pacote dele. Foi o que nós fizemos. Mesmo com todo o processo que nós fomos forçados no pau, na marra, nós embarcamos nesse barco. Achamos que o fato de nós termos a fazendinha, nós éramos fazendeiros (PI 01, janeiro/2020).

Contudo, a própria luta do MST se fundamentou na construção de forças para uma reforma agrária, inicialmente, concebida como a luta por latifúndios improdutivos e a potencialização de forças do pequeno agricultor por práticas coletivas nos processos produtivos. O debate sobre o modelo de produção que o MST orientava inicialmente também não foi aprofundado, como pode ser verificado nas palavras de um dos participantes internos do estudo, que também é atuante em coordenações do Movimento:

Talvez em um primeiro momento, era muito mais centrado na visão da luta da reforma agrária no sentido de conquistar a terra, e eu lembro que nós carregamos muito essa marca aqui da Annoni, de conquistar a terra, mas sem muito debate de como ser o assentamento. Por isso que se for olhar no fundo, a Annoni ela meio que reproduz o que de fato o fazendeiro tinha, apenas ela combate aquele latifúndio improdutivo e passa a ser produtivo, sem muito discutir qual é a produção mesmo, qual é a produtividade, qual o tipo. E, nessa relação da luta de classe, essa visão da reforma agrária, ela também começou a perder força, e nesse sentido é que o movimento teve que ir se reposicionando, dando uma outra dimensão da reforma agrária, e bom, nesse contexto é que começou o debate mais aprofundado, de como a gente organiza a vida no assentamento, como a gente debate essa visão do desenvolvimento do meio rural, e nesse sentido começou então os debates das cooperativas, da cooperação agrícola, com muitos acertos, com muitos erros e muitos sonhos (PI 03, janeiro, 2020).

Diante do cenário crítico e da necessidade de criar alternativas para geração de renda, o coletivo da COOPTAR buscou incessantemente apoio de recursos, por meio de políticas públicas e financiamentos para iniciar outras atividades produtivas. No decorrer da atuação,

muitas capacidades foram desenvolvidas, a partir dos saberes e das habilidades intrínsecas de cada participantes e, também, das exigências da nova maneira de pensar e agir na vivência coletiva. As experiências iniciais distintas das concepções que motivaram a criação do coletivo possibilitaram muitas reflexões críticas e aprendizagens sobre as escolhas tomadas, o que permitiu ao coletivo reagir e trilhar novos caminhos, conforme um dos participantes internos do estudo:

Então nós demoramos a aprender que tem que mudar o todo. Fazer reforma agrária não significa só distribuir terra. Tem que distribuir terra, tem que reorganizar o modo de produção, o que se produz, como se produz, para quem se produz. Tem que mudar o modo de vida das pessoas (PI 01, janeiro/2020).

O “mudar o todo” manifesta a necessidade de romper padrões e concepções tradicionais, alicerçados no pensamento de saberes fragmentado, defendido na abordagem do pensamento sistêmico complexo (MORIN, 2005). Morin (2005) argumenta que a busca de alternativas para as questões complexas precisa ser pensada, considerando as relações com todos os contextos e os indivíduos que fazem parte da interação, para ser possível a criação de respostas aos problemas. A construção de alternativas de produção agrícola de forma diferente do modelo predominante exigia ressignificações nos padrões de cultura e percepções em relação à forma de planejar, organizar e operar. Mesmo com todo o debate desenvolvido (pelo MST e pelos próprios integrantes do coletivo) sobre a temática, a prática foi reproduzida. Além dos debates e formações, houve a necessidade de vivenciar novas experiências e, com elas, ocorreram decepções e aprendizagens para perceber a necessidade de repensar “o que, como e para quem produzir” diante do novo contexto dos agricultores. Contudo, as mudanças de padrões de culturas e conhecimentos são experiências importantes e necessárias para geração de inovação social transformadora (AVELINO *et al.*, 2014).

Em paralelo à produção de grãos, o coletivo introduziu a produção de leite, que inicialmente começou pequena, mas, com o tempo, tornou-se significativa fonte de renda. Também, de forma bem artesanal e em um espaço improvisado, a COOPTAR passou a abater suínos (adquiridos em pequenas propriedades próximas) para a produção de derivados e, posterior venda. A atividade foi motivada por envolver habilidades e saberes que muitos cooperados traziam das experiências anteriores de atuação em pequenas propriedades. Inicialmente, compravam um suíno, produziam os derivados, realizavam a venda nas proximidades e, com o valor recebido, reiniciavam o processo, pois não havia recursos financeiros para a capital de giro. Com o tempo, a aquisição e o abate passaram a tomar proporções maiores, conforme alguns participantes internos do estudo:

E a gente sem ter o que trabalhar, o que fazer, então entra a produção de leite, entra o

início do frigorífico, começando a matar porco e sair vender salame em Passo Fundo. Tipo assim, uma casinha foi feita ali e começado, porque tinha que buscar trabalho para todos (PI 02, janeiro, 2020).

Então, fizemos um galpãozinho ali e começamos a comprar suínos e a bater. Comprava um porco, abatia. Aí nós tínhamos uma Kombi velha, com a qual saíamos vender. Na época, a fiscalização não era tão severa que nem hoje. E aí fomos aumentando. De um porco pra dois, pra três, pra quatro, pra cinco. Aí já compramos uma caminhonete melhor. Dali a pouco, já compramos um caminhãozinho (PI 04, janeiro, 2020).

Algumas iniciativas de geração de renda foram criadas, mas não se configuraram como atividade viável economicamente, como a produção de verduras em maior quantidade para venda, que, por intempéries climáticas e poucas opções para venda, foi interrompida, depois de algum tempo. Também, estruturou-se uma malharia, por um projeto da Cáritas (organização não governamental internacional que desenvolve ações, visando mitigar a desigualdade social), que não se tornou viável, pela baixa demanda e pouca afinidade das pessoas com a atividade.

Todas essas experiências, inclusive as que não deram certo, despertaram no coletivo processos de aprendizagens e aprimoramentos nas formas de fazer, organizar e conduzir os processos, assim como nas interações (entre o próprio coletivo e com a comunidade externa). Além da necessidade imensa de encontrar caminhos para a viabilidade financeira e subsistências das famílias, havia a expectativa de trabalhar e viver da terra tão sonhada. Essa expectativa contribuiu para que o coletivo observasse o que não deu certo como experiência de aprendizagem e insistisse em alternativas.

Mais tarde, por estímulos do setor de produção do MST, a perspectiva de produção de gado de corte e suíno ao ar livre surgiu como uma interessante iniciativa de geração de renda, mas, pelo custo de capital de giro e perdas no processo de manutenção (ocorreu um problema de doença nos animais), também foi interrompida, de acordo com um dos participantes internos.

E buscando, se tu for ver daí, pegando essa parte do que foi testado, buscado, essa experiência que não tinha dinheiro, foi iniciado uma horta para começar a plantar verdura; não é horta, eram uns hectares ali no fundo, repolho e cenoura. Que era também uma alternativa, mas muitas coisas, aí parou porque dava prejuízo, porque depois tu não tinha para quem vender. Gado de corte, depois também foi parado, depois criamos porco ao ar livre, todo um sistema fantástico; começou a dar prejuízo, para com isso também (PI 02, janeiro/2020).

Aos poucos, foram buscadas formas para o alcance das necessidades básicas, como moradia, saneamento básico e energia elétrica para todas as famílias. Por meio de solicitações incessantes nos órgãos públicos (prefeitura de Sarandi, à qual a propriedade pertencia na época, e órgãos estatais), o coletivo conseguiu a instalação de energia elétrica e um poço artesiano, além da estruturação de saneamento básico. Aos poucos, foram construídas as casas para as famílias, pelos próprios moradores, com a colaboração do coletivo. Essas moradias foram estruturadas em um formato de círculo, com um grande espaço no meio, que foi denominada

de Agrovila. A estruturação da Agrovila foi organizada perto dos espaços de trabalho, com o objetivo de manter as famílias próximas não apenas dos setores de trabalho, mas também umas das outras. Essa estruturação contribuiu para o desenvolvimento de um intenso vínculo entre todas as famílias e a atuação coletiva, que passou a ser desenvolvida por ações pautadas na colaboração, solidariedade, confiança e respeito mútuo.

Esses elementos (solidariedade, confiança, colaboração, respeito mútuo) das iniciativas de inovação social, são reconhecidos na economia solidária (LAVILLE, 2016), cuja principal virtude é possibilitar a unidade entre os atores e o potencial de confiança que envolve as diferentes iniciativas que impulsionam as práticas solidárias (GAIGER; FERRARINI; VERONESE, 2018). Assim, a economia solidária oferece uma atmosfera favorável à inovação social, na medida em que vivencia novas formas econômicas embasadas em ações de confiança, colaboração e reciprocidade, desenvolvendo os vínculos sociais que geram capital social e possibilidades de mudanças sociais (GAIGER, 2016).

Esses elementos são identificados nas falas de todos os participantes do estudo, inclusive pelos participantes externos, conforme participantes internos e externo do estudo.

O segundo passo depois dessa luta, ela te leva a tu ter que acreditar mais no outro, e esse é um problema. Uma sociedade em que cada vez mais, desde aquela época, e hoje isso é mais forte, prega o individualismo. A solução é tua, tu que tem que resolver teu problema isolado, que tenta trabalhar a solução dos problemas desvinculado um dos outros, como se cada um tivesse que resolver seu problema, ou pudesse resolver seu problema, como se nós seres humanos não fôssemos seres sociais, como se nós seres humanos fossemos seres que cada um para si, Deus por todos, que é um ditado forte, e não é só por ser ditado, ele tem uma inserção no pensamento forte na sociedade. Então temos a crença de que a união pode fazer uma força que é possível mudar (PI 02, janeiro, 2020).

O lugar onde a gente mora é um lugar que poucos tem possibilidade de morar num lugar assim. Um lugar onde cada um está ali, por mais que tenha um tititi aqui ou ali, na hora que tu mais precisar, há inúmeras pessoas que estão ali dispostas a te ajudar. Muitos, nem na família conseguem ter essa compreensão, de um apoiar o outro, de ser solidários. Isso não tem preço, isso é o ganho mais valioso que a gente tem, a solidariedade de um com o outro (PI 19, março, 2020).

[Essa convivência social é muito intensa, realmente é uma grande família, o vínculo é muito forte. Vai muito para além só do morar, do trabalhar. Realmente essa dimensão é a que consegue unificar. É forte. A gente já passou por vários locais, de vários processos, a gente nunca tinha encontrado, sentido nessa intensidade que se tem aqui (PE 002, janeiro, 2020).

Paralelo às tentativas de geração de renda, que foram criadas e testadas, as atividades de produção de derivados e embutidos de suínos aumentaram aos poucos, gerando renda e envolvendo mais pessoas no trabalho. Por conta disso, construiu-se uma estrutura física adequada para possibilitar organizar a documentação formal e legalizar a produção e a venda, até então de forma artesanal, sem fiscalização ou autorização legal.

E o frigorífico foi ampliando, e a gente foi compreendendo que você tinha que ter umas três fontes de renda no mínimo, então se buscavam essas alternativas, e que a gente tinha que envolver as pessoas, a maioria das pessoas tinham que ter onde

trabalhar e acho que isso a cooperativa conseguiu compreender e fazer (PI 02, janeiro, 2020).

Com o passar do tempo, a COOPTAR se desenvolveu e gerou iniciativas de produção articuladas com as orientações e as concepções do MST. Os espaços e as atividades produtivas foram organizados em setores de produção, que envolvem atividades de bovinocultura de leite, lavoura, agroindústria, autoconsumo e no espaço social da Agrovila, onde todas as famílias residem. Passou a desenvolver o debate sobre questões como “o que produzir” “de que forma produzir” e “para quem produzir”. Entretanto, esse desenvolvimento não aconteceu pacificamente. Pelo contrário, envolveu muitos embates, divergências e reflexões. Tampouco ocorreu rapidamente, mas foi um processo de construções e compreensões, que demandou o desenvolvimento das percepções particulares de cada indivíduo, como pode ser observado nas palavras de um dos participantes internos do estudo:

Existem construções que vêm de fora, e a outra que vai brotando de dentro do próprio pessoal. Eu sou simpático, e trabalho com essa segunda. Acho que é o determinante. As coisas vão acontecendo e vão construindo [...]. Contudo, o construir o desenvolver processos democráticos na sua essência não é um procedimento fácil e harmonioso. A individualidade precisa dar espaço para construção de interesses coletivos, algo que exige não apenas boa vontade, mas sim, um exercício contínuo de se colocar no lugar do outro (PI 01, janeiro, 2020).

Cada indivíduo é um ser único, detentor da sua individualidade, que é influenciada pela cultura e o contexto das interações sociais. A vivência do coletivo promoveu interações contínuas entre os agricultores e, conseqüentemente, cada indivíduo desenvolveu suas interpretações de mundo diante das experiências e aprendizagens individuais. Cabe destacar a importância da atuação dos sujeitos no âmbito individual, constituindo sua individualidade para construir espaços sociais, principalmente pelas atuações democráticas. O desenvolvimento das ações coletivas situou o indivíduo, na medida em que a individualidade foi constituída como uma construção social, também influenciada e influenciadora pelo contexto das práticas sociais.

Entre os debates introduzidos pelo MST na COOPTAR, destaca-se a produção de alimentos para o autoconsumo e a diversificação de geração de renda, que permitiram outros rumos para as atividades do coletivo. A atenção com a produção de alimentos para autoconsumo resultou na mudança de cultura em relação à subsistência alimentar do coletivo. Ainda que as famílias mantivessem a produção de verduras e legumes nas hortas individuais, muitos alimentos de subsistência precisavam ser adquiridos. O debate trouxe a reflexão da importância da produção do próprio alimento pelas famílias, como forma de agregação de renda e alcance da autonomia alimentar. Por conta disso, foi estruturado um espaço para a produção de alimentos para o autoconsumo (como feijão, mandioca, amendoim, batatas, legumes, verduras,

frutas), como pode ser observado nas palavras dos participantes internos do estudo.

Nessa questão de produzir comida, então, a gente se organizou, porque não se plantava mandioca suficiente, a horta não tinha verdura suficiente, então todas essas questões. Se tu vai plantar na horta, eu, quando era sozinha, eu plantava uma cartelinha de cenoura, dava para a minha família. Mas pra 13 famílias que era na época? Então você tinha que calcular, tu tinha que plantar umas dez cartelinhas, não aquela uma. Se você ia plantar mandioca, a gente reunia, fazia conta: “quantos pés de mandioca a gente como por semana mais ou menos? Três pés de mandioca? Então são quantas famílias? 13 vezes 365 dias no ano. Então foi feito todo esse debate, que hoje aqui na cooperativa é uma abundância, você vai na horta, está tudo aí. Feijão, a mandioca, tudo o que a gente precisa. No início, tinha que repartir. Depois de um tempo, quando a gente começou a fazer isso, cada um pega o quanto precisa. E também a compreensão do coletivo de que essas coisas de comer, você não paga. Então eu acho que essa é uma das partes bem interessantes do nosso processo, que é essa coisa do produzir comida. Foi algo que lá no início, se bobeasse, tinha que sair comprar coisa (PI 02, janeiro, 2020).

Além disso, desenvolveu-se um planejamento em relação à quantidade mínima de alimentos consumidos por família durante o período, para a produção em quantidades suficientes dos respectivos alimentos para o consumo do ano. As Fotos 1 e 2 registram parte do setor de autoconsumo da COOPTAR.

Foto 1 – Setor de Autoconsumo da COOPTAR



Fonte: Acervo da Autora (2021).

Essas práticas manifestam elementos de inovação e mudanças, considerando suas ações pautadas no princípio da reciprocidade da economia substantiva de Polanyi (2000), uma vez que são desenvolvidas pelo coletivo para a satisfação de necessidades de alimentação e sobrevivência do grupo. A economia substantiva de Polanyi (2000) pode ser compreendida como uma atividade institucionalizada de interação entre o homem e a natureza, que gera

continuamente a oferta de meios materiais para satisfação das necessidades. A ideia contida no significado substantiva não se refere à escolha ou à escassez, mas ao processo institucionalizado de integração de subsistência e abastecimento, ao contrário das ações da economia formal de mercado, fundamentado na maximização dos ganhos econômicos.

Para Polanyi (2000), todos os sistemas econômicos conhecidos nas sociedades pré-capitalistas eram organizados segundo os princípios de redistribuição, reciprocidade, domesticidade e troca mercantil (mercado), que alimentavam a pluralidade de um sistema, não fundamentado exclusivamente ao mercado. O princípio da reciprocidade observa a relação estabelecida entre várias pessoas, por meio da troca de natureza social, visando criar ou reforçar laços sociais, relacionando-se com a ajuda mútua, cooperação e solidariedade. A reciprocidade é promovida pelo padrão institucional da simetria e está ligada à semelhança entre grupo, correspondendo à relação estabelecida a partir da proximidade e da interação entre os atores.

Foto 2 – Setor de Autoconsumo da COOPTAR



Fonte: Acervo da Autora (2021).

Igualmente, a criação de iniciativas diversificadas de rendas, pelo início da produção de leite e das atividades do frigorífico, além de fortalecer a geração de renda do coletivo, possibilitou o envolvimento de mais pessoas nas atividades de trabalho. Por conta disso, surgiram também outros postos de trabalho, buscando possibilidades de atuação para as mulheres com filhos pequenos (que não conseguiam participar dos processos produtivos, por não terem com quem deixar os filhos).

Aí chegou o momento que inclusive as mulheres, para poderem trabalhar, como iam

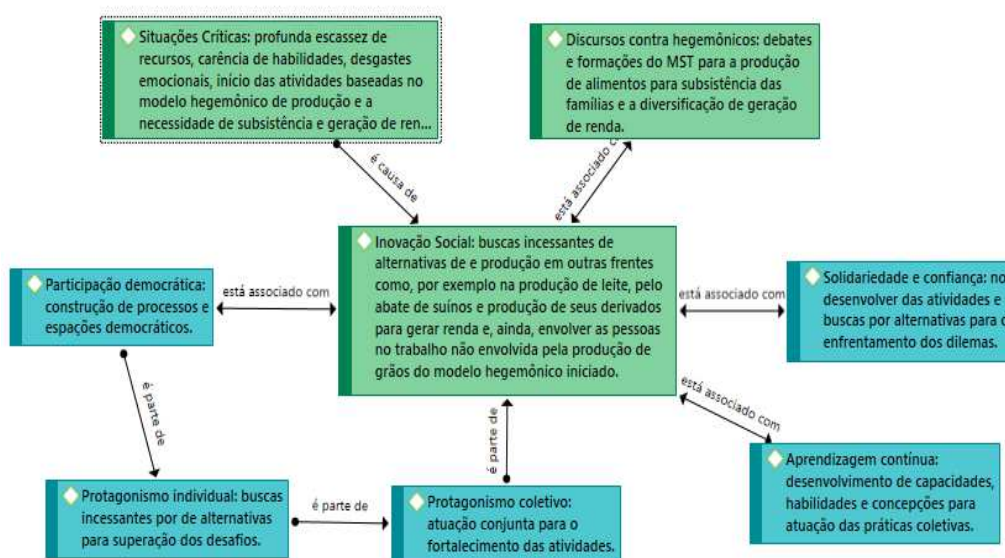
fazer? As crianças, com quem ficavam? Então foi criada a creche, na época, que as próprias mães cuidavam para as outras poderem trabalhar. Então todas essas alternativas foram sendo buscadas à medida que foram se apresentando os problemas, as dificuldades (PI 02, janeiro, 2020).

Como alternativa, a COOPTAR criou o Setor da Ciranda (creche), para atender as crianças pequenas, enquanto os pais atuam em outros setores, gerando também mais postos de trabalho entre o coletivo. Debates e tomadas de decisões importantes na superação da desigualdade de gênero caracterizam também como ações significativas para mudança de padrões e inovações de subsistemas sociais pelas interações.

Na aplicação das categorias de análise nesta fase, constatou-se a presença intensa entre os seguintes elementos facilitadores da geração da inovação social: situações críticas, discursos contra hegemônicos e iniciativas inovadoras. Ao mesmo tempo, identificou-se também a presença de todos os elementos selecionados a partir da economia solidária e da inovação social no meio rural (aprendizagem contínua, solidariedade de confiança, participação democrática, protagonismo individual e protagonismo coletivo). O conjunto desses elementos interagiram na dinâmica da inovação social, favorecendo a constituição de um ambiente inovador.

A Figura 10 apresenta os elementos facilitadores da geração da inovação social identificados, que compreende o início das atividades produtivas do coletivo e corresponde ao período de 1994 a 2000. Os retângulos verdes representam as categorias selecionadas a partir da inovação social na perspectiva transformadora, e os azuis, as categorias de análise selecionadas a partir da economia solidária, inovação social no meio rural e categorias identificadas na coleta de dados deste estudo.

Figura 10 – Elementos Facilitadores a Geração de Inovação Social (Período de 1994 a 2000)



Fonte: Elaborado pela autora a partir do *software* Atlas ti. (2021).

Na aplicação das categorias de análise da inovação social na perspectiva transformadora, a crise vivenciada pelo coletivo no primeiro momento de atuação em diversas dimensões (profunda escassez de recursos, carência de habilidades, desgastes emocionais, início de atividades baseada no modelo de produção predominante e necessidade urgente de organização da produção para a geração de renda e subsistência) é caracterizada como situações críticas da interação social da COOPTAR.

O coletivo percebeu e interpretou o momento crítico de dificuldades em várias dimensões e, a partir da consciência das ameaças e falhas vinculadas à vontade de mudar (BACON *et. al.*, 2008), buscou incessantemente construir iniciativas de produção em outras frentes como, produção de leite, abate de suínos e produção de derivados para gerar renda e, ainda, envolveu as pessoas no trabalho, não inseridas anteriormente pelas atividades da produção de grãos. As buscas incessantes por alternativas (a partir de tentativas, erros e aprendizagens) se caracterizam como manifestações de mudanças e inovação na dinâmica da inovação social na perspectiva transformadora (FERRARINI, 2016; 2019; MACCALLUM; HILLIER, 2013), criando condições de novas possibilidades do coletivo. Apesar de um início de atividades em um cenário complexo de dificuldades, que se agravaram no primeiro momento (pelas escolhas de produção), à medida que as situações se apresentaram, o coletivo buscou possibilidades e descobriu formas de enfrentamento em cada situação. Assim, desenvolveu capacidades internas de mudança e modificou as situações críticas.

O debate do MST, em relação à produção de alimentos para autoconsumo e à necessidade da diversificação da produção, configurou-se como discursos contra hegemônicos com intensa presença. Os discursos contra hegemônicos do MST foram fundamentais para a mudança de percepção da necessidade de produzir alimento para subsistência, e não somente grãos para a venda (como a predominância local). A partir da decisão e do início do plantio de produtos bases da alimentação humana (como feijão, mandioca, batatas, verduras), alteraram-se fundamentalmente as possibilidades e a qualidade alimentar da comunidade. Além disso, o debate estimulado pelo MST sobre o fortalecimento da cultura de atuação do individual (por meio da conscientização da importância de manter a participação e atuação dos homens, mulheres e jovens nas diferentes frentes de atividades) no coletivo da COOPTAR também foi fomentado pelos discursos contra hegemônicos do MST.

Adicionalmente, diversos aspectos compuseram um conjunto de habilidades, aprendizagens e atuações (de acordo com a vivência de cada indivíduo e conforme suas percepções), os quais também se imbricaram e construíram novas formas de relações (AVELINO *et al.*, 2014; MOULAERT; MACCALLUM; HILLIER, 2013), com o meio onde

vivem e novas formas de enfrentamentos aos dilemas que se apresentaram. Assim, a primeira década de atividades da COOPTAR demonstra a construção de processos democráticos (GAIGER, 2013; LAVILLE, 2016), o desenvolvimento de múltiplas aprendizagens (FERRARINI, 2016; 2019; NEUMEIER, 2016), solidariedade e confiança mútua (ABRAMOVAY, 2006; GAIGE, 2013; 2016; GAIGER; FERRARINI; VERONESE, 2018) e atuação individual nas ações do coletivo (MOULAERT; MACCALLUM; HILLIER, 2013; FERRARINI, 2016; FERRARINI *et al.*, 2018) como elementos facilitadores da geração de inovação social.

5.2 PERSPECTIVAS DE PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS

Superados os primeiros momentos críticos de estruturação da COOPTAR, que se deu pela estruturação física das moradias e dos espaços de trabalho, bem como pela obtenção de máquinas e equipamentos necessários para os processos produtivos e, com isso, a geração de trabalho e renda individual para todos os participantes, passou-se a pensar em iniciativas para a melhoria na qualidade de vida do coletivo.

Um outro campo que nós aprendemos nesse processo e nessa construção é que, uma coisa é a vida econômica, ela é importante, é necessária e, na maioria das vezes é o fio condutor. Agora, não existe iniciativas de construção de alternativas focadas apenas no econômico. Esse é um processo fundamental. Nós comemoramos os aniversários, desde a criança que completa um aninho até o vovô que completa 90 anos, e todo mundo se vê nessa relação, isso é uma outra relação. Nós somos uma comunidade econômica e social. Nós aqui botamos antena da internet para as pessoas terem acesso. Então a cooperativa busca nesse processo resolver a integridade, vamos dizer, das necessidades das pessoas, compreendendo as necessidades das pessoas não apenas como econômicas. Então a necessidade de lazer, de convivência, de comunicação, de habitação, de sociabilidade, de atendimento à saúde. Todas essas questões estão no nosso ideário, elas estão na nossa preocupação. Elas são temas de discussão da direção da cooperativa, das assembleias da cooperativa, que nós temos praticamente mensais (PI 01, janeiro, 2020).

Essas buscas se deram por processos democráticos na sua essência, que se manifestaram por debates, reflexões para compreensão das diferenças e elucidação das melhores possibilidades para o coletivo diante das diferenças. Isso contribuiu também na **geração de capacidades e habilidades** na criação de melhores alternativas diante das situações (GAIGER; FERRARINI; VERONESE, 2018; FERRARINI *et al.*, 2018). A partir da atuação em **processos democráticos**, todos passam a conhecer melhor as questões em debate e se abriram para a reflexão, coevoluindo também para outras percepções e novos saberes (AVELINO, *et al.* 2014; MOULAERT; MACCALLUM; HILLIER, 2013), o que gerou melhores alternativas para as situações. A operacionalização desses processos democráticos pode ser observada nas palavras de participantes internos e externos do estudo:

Primeiro a direção reúne, discute, conversa, leva para o conselho da cooperativa, os pontos mais complexos. Vamos fazer um investimento, vamos fazer um estábul.

Então discute e vai para a assembleia onde todos opinam, e aí a decisão é pela maioria. Eu posso não concordar, mas eu vou argumentar, vou dar a minha opinião. Na assembleia, faz as rodadas, cada um dá opinião: “eu acho que pode fazer o estábulo, eu acho que não vale a pena mais investirem vaca”, aí a gente vê o que quer a maioria, e aí, se eu sou contra? Mas eu fui voto vencido. Então eu vou ajudar a construir isso aí. Porque em outro momento, a minha ideia é que vai valer, e a tua não vai. Aí tu vai me ajudar também (PI 01, janeiro, 2020).

Muito debate, muita conversa olho no olho, muita crítica e autocrítica, muito debate coletivo, ação coletiva, tudo isso vai criando um emaranhado de coisas que vai mantendo a cooperativa (PI 17, março, 2020).

As reuniões cotidianas que eles fazem. Eles têm reuniões semanais, eles têm grupos de cultura, grupos de gestão. Tudo isso é instrumento, é ferramenta, para ir ajudando a avançar na consciência de ser humano, que eu não preciso te olhar com olhar de homem ou com olhar de mulher, ou olhar de lésbica ou com olhar de gay - estou te olhando como ser humano. Então, esse lado muito humano, que o Movimento constrói em todos nós - e isso é muito forte na Cooptar também. E isso vai rompendo as cercas do machismo, do individualismo, e vai acontecendo a emancipação da consciência, e a mulher também ocupando o seu lugar com naturalidade, e com todos os direitos que ela tem (PE 004, fevereiro, 2020).

O trabalho coletivo foi desenvolvido por ações pautadas na colaboração, solidariedade, confiança e respeito mútuo (GAIGER, 2013; 2016). Em um contexto histórico de mercados preponderantemente alicerçados pelas competições, o trabalho coletivo se apresentou socialmente inovador, principalmente no sentido em que a forma de organização econômica, social e cultural alterou as relações sociais entre os cooperados, que, além de parceiros e membros, passaram a se perceber como uma grande família. Esse vínculo foi identificado claramente em todas as participações no estudo. Na sequência, expõem-se alguns trechos das entrevistas de participantes internos e externos do estudo, que apontam a intensidade desses vínculos entre o coletivo.

O grau de sentimento das pessoas, de emoção, de cuidado, de zelo por aquilo porque eles em torno, é algo assim fora do comum, eu falo isso porque eu tenho oportunidade de sair bastante. Então às vezes quando você sai você olha, parece olhando de fora. Eu sempre digo: mesmo que um dia isso aqui se acabe, mas é uma experiência muito rica que a gente construiu, é algo inexplicável, porque ele é um conjunto de relações entre as pessoas, no trabalho, no valor, e mesmo assim, essa relação não é uma relação romântica, mas é parte da construção dos indivíduos, das pessoas (PI 03, janeiro, 2020).

A gente já aprende a viver no coletivo, aprende que não sou só eu que é sempre nós. A maior adaptação foi quando, terminei a escola aqui na comunidade e daí eu fui para o ensino médio, estudei em Sarandi, que a única opção era Pontão ou Sarandi, aí que tu entra em uma outra realidade, tem aquele choque de realidade, porque na cidade é tudo mais individual, todo mundo é muito individual (PI 09, janeiro, 2020).

É esse romper do individualismo que existe aqui. Aqui é uma grande família, eu não faço parte da cooperativa como associada nessa parte econômica, nem no trabalho, mas eu faço parte dessa família. Esse olhar do todo, esse estender daquele pequeno núcleozinho, estrutura mínima familiar, que acolhe. Isso é fundamental, que o meu filho não é meu filho, é dessa coletividade. Se eu não estiver presente e o meu filho precisar, eu não preciso me preocupar, porque aqui eles vão encontrar outras mães que vão fazer igual ou talvez melhor do que eu faria. Aqui eu encontro uma segurança e um suporte estendido (PE 002, janeiro, 2020).

Outras temáticas também passaram ocupar mais espaços nos debates das assembleias,

setores de produção e vivência social na segunda década de atividades da COOPTAR, entre os quais, destacam-se o alcance da autonomia alimentar básica, a produção de alimentos mais saudáveis, os limites da produção convencional e, com eles, as possibilidades de produção no contexto da agroecologia. Além disso, a preocupação com o desenvolvimento social, cultural e político também ganhou atenção entre o coletivo da COOPTAR.

As abordagens dessas temáticas se relacionam com as reflexões e o desenvolvimento do próprio MST, em relação às concepções da reforma agrária, que reposicionou os debates para além da questão de dividir a terra, envolvendo também a democratização de direitos para as pessoas (saúde, educação, qualidade de vida, alimentação saudável). Isso gerou novas abordagens nas pautas e a preocupação com as pessoas e os espaços em que vivem, influenciando intensamente nas reflexões e promovendo outras iniciativas sustentáveis do coletivo da COOPTAR. Além do alcance da autonomia alimentar para as famílias, desenvolveram-se processos de produção de alimentos de forma mais saudável, o que gerou mudança na proposta de atuação do coletivo para a produção totalmente orgânica de alimentos para o autoconsumo.

Foto 3 – Pomar da COOPTAR



Fonte: Acervo da Autora (2021).

Por meio da parceria com o Instituto Educar (Escola de Formação do MST estruturada dentro dos Assentamentos da Fazenda Annoni), desenvolveu-se um projeto para o plantio de árvores nativas e frutíferas, que resultou na implantação de um pomar com uma variedade de frutas no centro da Agrovila, complementando as estratégias para a sustentabilidade e autonomia alimentar do coletivo. As Fotos 3 e 4 são registros de parte do pomar da COOPTAR.

Foto 4 – Pomar da COOPTAR

Fonte: Acervo da Autora (2021).

Além disso, as reflexões que permeiam os limites da produção convencional no contexto do agronegócio promoveram um repensar de novos contextos produtivos, especialmente agroecológicos. Apesar de ser uma abordagem complexa e muita polêmica, a temática não foi subestimada e tem sido, há algum tempo, intensamente debatida, principalmente em relação ao plantio de grãos de forma convencional. A ação inicial acerca da temática ocorreu com a decisão de não usar transgênicos (logo que surgiram as primeiras motivações de produção de grãos transgênicos, ainda em meados da década de 1990), mesmo em um modelo econômico que oferece todas as vantagens para esta produção. O coletivo entendeu que não há estudos suficientes que comprovem que a produção de transgênico seja benéfica para os seres humanos, conforme um dos participantes do estudo:

Na época o Movimento tinha um trabalho muito forte contra os transgênicos, e nós optamos por essa linha, porque veja, nós não somos contra a inovação tecnológica, e não estamos de todo dizendo que os transgênicos não possam ser uma coisa para ser cultivada. O problema nosso com os transgênicos é que não há estudos o suficiente, ou estudos que comprovem que eles são de fato benéficos para o ser humano. Eles são benéficos para o mercado. Agora, nós não vivemos em função do mercado, nós não conquistamos a terra só em função do mercado. Percebe que eu dizia antes que a economia é parte da nossa vida, é parte. Ela é importante? É importantíssima, mas não é só isso (PI 01, janeiro, 2020).

Algumas experiências e tentativas de produção orgânica de grãos (soja e milho) se mostraram inviáveis, pois, no Brasil, as tecnologias de manejo físico para as plantas em substituição aos processos químicos são escassas e, também, a importação de maquinários existentes se torna inviável. Logo, o coletivo entendeu que precisava criar alternativas para sair da produção de grãos. Apesar de o debate ter início na década anterior, somente na segunda

década de atuação a temática foi mais debatida e tomou-se a decisão de mudança do modelo de produção. Entretanto, também compreendeu-se que a transição precisa ocorrer gradualmente, pois é um processo desafiador. Essa compreensão se manifestou em todas as entrevistas, tanto com os participantes internos quanto externos do estudo, como pode ser observada nas palavras:

Nós temos a decisão política de iniciar o processo de transição do modelo de produção, porque esse modelo não é o que nós queremos para a gente. Então devagarzinho estamos diminuindo o veneno, pegando um cantinho mais de área e produzir orgânico, ver outras formas, outras linhas de produção – é um desafio que a gente vem conversando muito – desenvolver outras formas de renda e buscar outras linhas de produção, justamente para conseguir manter a cooperativa em todas essas coisas (PI 17, março, 2020).

No meio rural, principalmente nessa região, a soja é uma cultura muito forte e os pequenos não conseguem muito fugir desse modelo que está dado, que é hegemônico. Mas aqui, mesmo tendo já isso como dado, não é muito aceitado e se discute muitas alternativas do que fazer, de como fugir disso e ser diferente (PE 002, janeiro, 2020).

Nesse sentido, promoveu parcerias com universidades, na busca por alternativas técnicas e capacitações para novas possibilidades de produção. Outras opções surgiram, como, o início sistema agropastoril (pastagem, lavoura e floresta), que resultou no retorno da atividade de produção de gado de corte e a redução do espaço para a produção de grãos, em favor do plantio de árvores no espaço para uso com o gado, como manifestado nas palavras:

E como a gente vai sair desse pacote de soja, veneno, milho e tal? Nós ainda estamos com partes do convencional, mas nós também conseguimos avançar para o agropastoril, então uma parte da área, já são 11, 12 hectares, que a gente plantou árvores, tem grama, e voltamos a criar então o gado de corte, que lá atrás não deu muito certo também (PI 02, janeiro, 2020).

O processo de transição da produção agroecológica é lento e desafiador, mas foi colocado em curso e está nas transformações de concepções desenvolvidas e nas buscas constantes por alternativas, principalmente pelos integrantes da segunda geração:

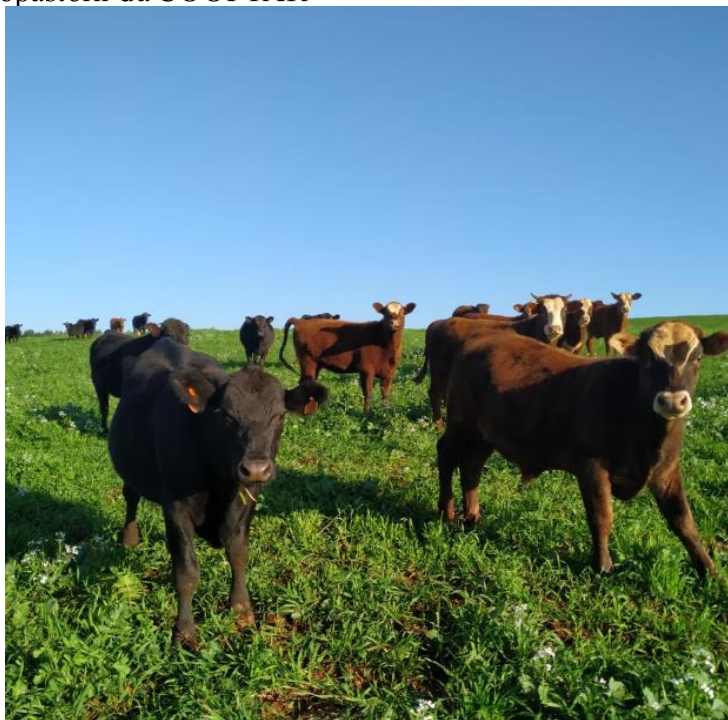
Essa ideia do cuidado do espaço onde eu vivo para as pessoas que vivem aqui é uma das ideias que levam à essa compreensão mais geral de cuidado com o ambiente externo também e outra eu acho que muito ligada ao Movimento, porque o MST dentro do processo de criação e de desenvolvimento do Movimento em si foi percebendo que a reforma agrária não era só uma pauta econômica, mas ela deveria ter cuidado com outras coisas que é isso, é a democratização de direitos para as pessoas, é o direito à saúde, é o direito à educação, é o direito à qualidade de vida, é o direito a um alimento saudável e nessa outra perspectiva de reforma agrária eu acho que a gente acaba entrando também nesse debate político como um todo, que é entender que o cuidado com o ambiente é o cuidado com as pessoas, é o cuidado comigo, é o cuidado não só com as pessoas que moram aqui, mas com as pessoas que moram na cidade (PI 11, janeiro, 2020).

Foto 5 – Sistema Agropastoril da COOPTAR



Fonte: Acervo da COOPTAR (2021).

Foto 6 – Sistema Agropastoril da COOPTAR



Fonte: Acervo da COOPTAR (2021).

As Fotos 5 e 6 são registros do sistema agropastoril da COOPTAR. A constituição dos espaços sociais também se apresenta como aspecto importante na atuação da COOPTAR, como o refeitório, a ciranda, o cento de convivência e o campo de futebol. A atenção com os espaços sociais contribui para motivação de momentos de interações sociais representativos nas

relações construídas no coletivo.

O centro de convivência é o espaço social que visa a integração da comunidade, construído no centro da Agrovila, próximo do campo de futebol e do pomar, onde são realizados os eventos do coletivo, como comemoração de aniversários, datas especiais (dia das mães/pais), festas de finais de ano, entre outras. As Fotos 7 e 8 são registros do Centro de Convivência.

Foto 7 – Centro de Convivência da COOPTAR



Fonte: Acervo da Autora (2021).

Foto 08 – Centro de Convivência da COOPTAR



Fonte: Acervo da Autora (2021).

O Refeitório e a Ciranda foram constituídos como Setores da COOPTAR, onde

integrantes do coletivo organizam e mantêm as atividades diárias na produção das refeições para todas as famílias e no atendimento e cuidado com as crianças, enquanto os pais desempenham suas atividades laborais.

Muitos integrantes da COOPTAR são protagonistas da história do MST gaúcho. Por isso, também exerceram importantes lideranças durante o período do acampamento, o que explica o forte vínculo entre a COOPTAR e o MST. Porém, não implica domínio de um ou outro, até porque não são forças excludentes, mas sim complementares, de acordo com um dos participantes internos do estudo:

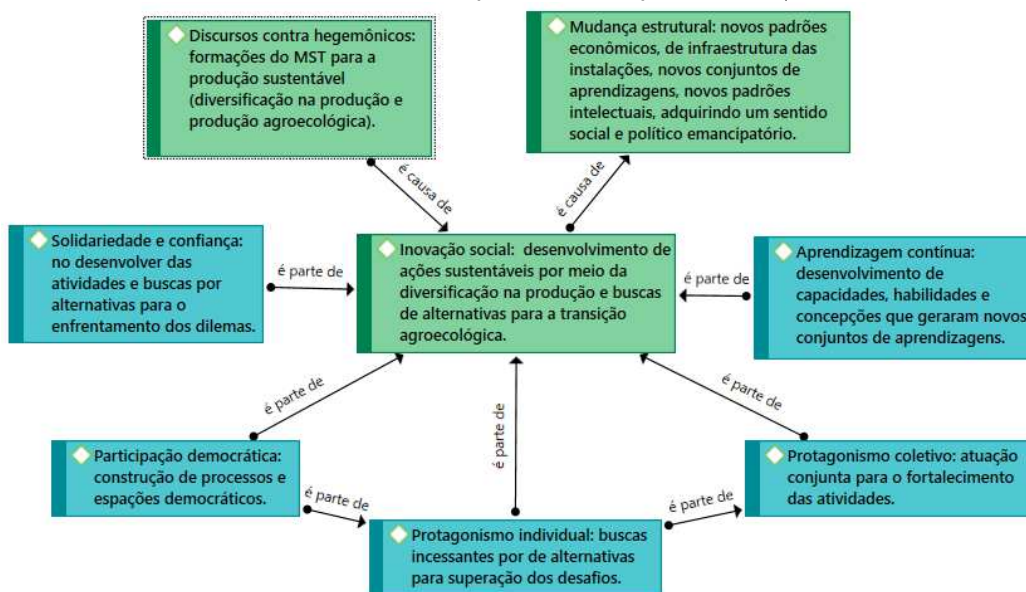
Se tu analisar a história da cooperativa, a gente sempre teve uma ou duas pessoas que são liberadas pela cooperativa para exercer a sua função no movimento. Sempre tem essa participação da cooperativa com o movimento, não tem como desvincular. Nos 30 anos a gente cantou o hino do MST, porque realmente a nossa história é o MST, a cooperativa, o MST criou condições de ela existir. Claro, tem toda a luta individual e coletiva enquanto Cooptar, mas são duas coisas que andam de mãos dadas, as nossas casas têm a bandeira do MST, todo mundo tem seu boné do MST, não tem como desvincular um do outro (PI 17, março, 2020).

Apesar de se perceber a importância e a influência do MST na trajetória da COOPTAR, por meio das narrativas (orientações, discursos, debates, formação), diversos membros da COOPTAR exercem forte liderança no próprio Movimento, o que possibilita uma integração de influências na qual as trajetórias de lutas e ideais se encontram e fortalecem. Por conta disso, as concepções e as construções de possibilidades desenvolvidas na trajetória do coletivo, por vezes, confundem-se com as próprias concepções do Movimento, como sinalizado nas palavras de um dos participantes internos do estudo:

O que é importante nesse cenário, o movimento não é só de lá para cá. Os rumos do Movimento são definidos também a partir daqui. Não é que alguém iluminado vem e dá as ideias, não. As ideias iluminadas também vão (P01, janeiro, 2020).

Na dinâmica da inovação social, identificou-se a presença de potenciais interações entre as categorias: discursos contra hegemônicos, mudanças estruturais e inovação social, na perspectiva transformadora. Adicionalmente, verificou-se, também, a presença de todas as categorias de análises a partir da economia solidária e da inovação social no meio rural (aprendizagem contínua, solidariedade de confiança, participação democrática, protagonismo individual e protagonismo coletivo), que facilitaram a constituição de um ambiente inovador. A Figura 11 expressa os elementos facilitadores à geração de inovação social nesta fase.

Figura 11 – Elementos Facilitadores à Geração de Inovação Social (Período de 2001 a 2010)



Fonte: Elaborado pela autora a partir do *software* Atlas ti. (2021).

Os elementos facilitadores à geração de inovação social identificados nesta fase e apresentados na Figura 11 correspondem ao espaço temporal de 2001 a 2010, configurando a segunda década de atuação do coletivo da COOPTAR. Os retângulos verdes representam as categorias elegidas a partir da literatura da inovação social na perspectiva transformadora, e os azuis, as categorias de análises a partir da economia solidária, da inovação social no meio rural e das categorias identificadas na coleta de dados deste estudo.

A trajetória do coletivo se manifesta interagindo nas diversas categorias da dinâmica de mudança e inovação. Inicialmente, identifica-se a intensa presença dos discursos contra hegemônicos do MST, por meio dos debates e reflexões sobre a necessidade de diversificação da produção (especialmente sobre processos que melhorem os meios de produção para subsistência, aliados à qualidade de vida e ao desenvolvimento humano) e formas possíveis de operacionalização da transição agroecológica.

As inovações sociais identificadas na operacionalização de ações sustentáveis, por meio da reavaliação do sistema produtivo convencional e o início do processo de transição agroecológica, resultaram na diversificação da produção e no cultivo de produtos básicos da alimentação humana (feijão, mandioca, batata, hortaliças e estruturação de um pomar com variedade de frutas) para consumo familiar e venda do excedente, como estratégia de sustentabilidade e autonomia. Essas ações se pautaram nas reflexões e mudanças dos processos que combinam novas práticas sociais e desafiam o modelo econômico de produção agrícola dominante (FERRARINI, 2016; MOULAERT; MACCALLUM; HILLIER, 2013).

Mesmo inseridos em um mercado que estimula e favorece a produção de grãos

transgênicos, a escolha inicial foi por não seguir essa proposta de produção, chegando, com o passar do tempo, à decisão por alternativas para substituição da produção de grãos, por compreender que não faz parte dos objetivos da COOPTAR. O coletivo estruturou novos conjuntos de aprendizagens e mudou padrões intelectuais (CAJAIBA-SANTANA, 2014; KLEIN *et al.*, 2016; FERRARINI, 2016; MOULAERT; MACCALLUM; HILLIER, 2013), construindo sua própria proposta de desenvolvimento econômico, pautada na valorização da vida, cuidado com o meio ambiente e desejo de superação dos processos alienantes.

Este processo se apresenta interagindo e estimulando novas iniciativas que coevoluem, a partir da organização econômica, para o desenvolvimento de outras estruturas, como social, cultural e política promovendo mudanças estruturais (FERRARINI, 2016; MOULAERT; MACCALLUM; HILLIER, 2013). As mudanças podem ser verificadas nas profundas transformações no nível das estruturas sociais, que envolvem os padrões de ações estabelecidas pelas regras predominantes na cadeia econômica (incluindo premissas e discursos culturais dominantes), na infraestrutura das instalações de trabalho, processos produtivos, residências familiares e espaços sociais, além dos padrões de conhecimentos que passam a buscar o desenvolvimento econômico aliado à qualidade de vida e ao desenvolvimento humano (FERRARINI, 2016; MOULAERT; MACCALLUM; HILLIER, 2013).

No decorrer do tempo, o protagonismo assumido pelos próprios trabalhadores incorporou saberes e experiências (MOULAERT; MACCALLUM; HILLIER, 2013; FERRARINI, 2016; FERRARINI *et al.*, 2018). A COOPTAR buscou compreender e caminhar em diversas direções, como o bem-estar de todos, o cuidado com o meio ambiente e o desenvolvimento sustentável, adquirindo um sentido social e político emancipatório potencializando a transformação da sua realidade.

5.3 TRANSFORMAÇÕES GERADAS E DESAFIOS

A organização das atividades coletivas na COOPTAR ocorre pela divisão social do trabalho em uma área de 203 hectares distribuídos em espaços de trabalho, moradia e lazer, organizados atualmente nos setores: Agroindústria, Lavoura e Autoconsumo, Bovinocultura de Leite, Ciranda (creche), Refeitório, Administrativo e espaço social da Agrovila, onde todas as famílias residem (Figura 9).

Foto 09 – Agrovila do Coletivo COOPTAR



Fonte: *Google Maps* adaptado pela Autora (2021).

Na terceira década de atuação da COOPTAR, o coletivo enfrentou mais um período marcante (talvez um dos mais doloridos após o crítico do início de atuação) e exigiu reposicionamentos de atuação. Em razão das demandas das atividades do frigorífico e, com isso, a limitação de espaço físico e equipamentos necessários, aliados à necessidade de adequação às novas normas de vigilância sanitárias, decidiu-se por uma interrupção das atividades durante um período, para reforma e adequação das estruturas.

Contudo, a reforma planejada para um ou dois meses se transformou em um pesadelo para o coletivo, ameaçando a continuidade das atividades. Em razão de uma série de exigências apontadas pelos órgãos de controle (outros espaços específicos de produção que não estavam no projeto inicial e novas exigências ambientais), limitaram-se as possibilidades de recursos financeiros da COOPTAR, que já havia buscado apoio em linhas de crédito específicas, por envolver altos valores em razão das exigências legais para as operações. Isso obrigou o coletivo a firmar acordo, comprometendo-se a efetivar todas as exigências impostas pelos órgãos de controle na retomada das atividades e, conseqüentemente, da geração de renda.

Apesar do acordo, houve uma determinação legal para a interrupção total das atividades, inviabilizando a finalização da reforma do frigorífico. As exigências surgiram ao decorrer da liberação do projeto de adequação e a ordem legal de interrupção das atividades pelos órgãos de controle do Estado, após o acordo para a efetivação das ações. Isso gerou a percepção da pressão política sofrida em relação à atuação do coletivo diante das escolhas econômicas, políticas e culturais, como se verifica nas palavras de um participante interno:

Há uma coisa que é bem real: a sociedade como um todo, ela não vê com muitos bons

olhos experiências assim como a nossa. É só olhar para a nossa história, experiências onde o povo tem a rédea na mão, historicamente foram combatidas, foram massacradas. E aqui não é diferente. Há um processo, há uma tentativa de destruição dessas experiências, porque isso é um mau exemplo, incomoda. Quando o povo assume o controle das coisas, tira o espaço para meia dúzia se beneficiar. Então nós sofremos essa pressão diária. Tem tanta gente que gostaria de ver isso aqui das mais diversas formas, menos avançando como está (PI 01, janeiro, 2020).

O frigorífico tem uma intensa simbologia para o coletivo. Além de ser o setor com uma das principais fontes de renda da COOPTAR, também representa o início de possibilidades de trabalho, socialização de saberes e reconhecimento externo pela qualidade dos produtos, para a maioria do coletivo. Trata-se de um espaço de trabalho com uma representação no desenvolvimento do empoderamento das ações coletivas. Por conta disso, a determinação de fechamento representou o risco da interrupção também de muitas conquistas.

A chegada dos carros da polícia na Agrovila e, com eles, a percepção de algo de estranho acontecendo, fez com que todos os integrantes da COOPTAR e suas famílias se deslocassem imediatamente até o frigorífico, onde se posicionaram em torno da estrutura física e formaram um grande cordão humano, impedindo que a ação da polícia fosse concretizada. Depois da resistência, chegada de outras autoridades e muitos argumentos em relação a todo o esforço realizado para efetivação das exigências impostas, constituiu-se um novo acordo para as adequações. Esse acordo se deu por meio da resistência à opressão e pela negociação coletiva, que envolveu comprometimento do coletivo com as demandas exigidas (porém com um tempo maior) e comprometimento do Estado com garantia da retomada das atividades do frigorífico. O momento difícil vivenciado pelo coletivo foi relatado por alguns dos participantes externos e internos do estudo:

Foi um momento muito marcante quando vieram os policiais aqui para fechar o frigorífico. Então a gente percebe a magnitude disso aqui. Se fosse qualquer outro lugar eles teriam conseguido fechar o frigorífico e eles não teriam conseguido recursos a tempo de fazer as adequações necessárias que fizeram. Passaram vários carros de polícia, no momento que viram, todo mundo correu para lá, criança, adulto, idosos, fizeram um cordão “não, vocês não passam, nós não somos criminosos, vocês não têm que estar aqui, não tem que fazer nada aqui. Nós somos trabalhadores, esse é o nosso ganha pão. Não tem porque agir dessa forma.” A gente entende que se fosse em qualquer outro local onde não tivesse essa unidade, essa construção coletiva, esse grau de enfrentamento não teria acontecido, as pessoas teriam sido um pouco mais passivas e talvez isso aqui não fosse o que é hoje (PE 002, fevereiro, 2020).

Nossa cooperativa aqui, acho que três palavras chaves são: união, luta e resistência. Porque a gente vem resistindo desde o começo, lutou para tudo e vem resistindo e não vai ser agora que vamos parar, porque com tudo que está vindo, essas novas e ao mesmo tempo velhas ideias, que estão surgindo e ressurgindo vai ter que continuar resistindo, se unindo mais e resistindo, porque a tendência é sempre acabar com os pequenos, e os grandes cada vez crescerem mais. E a gente enquanto classe trabalhadora, enquanto sem-terra, enquanto pequenos agricultores e pequeno abatedor, ainda vamos ter que resistir muito e lutar muito para conseguir ficar em pé, sempre (PI 09, janeiro, 2020).

O coletivo da COOPTAR manifestou um protagonismo individual indissociável do

protagonismo coletivo, expressando a intensidade da força que resistiu, persistiu, criou alternativas e superou inúmeras pressões e condições contrárias para sua existência. Essas superações expressam a capacidade do coletivo no enfrentamento de eventos e tendências opressivas, competitivas e individuais, que ainda surgirão na caminhada, como por um dos integrantes externos:

Aquilo que Maiakovski falava das misérias do cotidiano, eles aprenderam ou estão em constante aprendizagem, estão em um processo, eles estão no caminho, nunca saíram fora do caminho, não pararam de caminhar, dentro desse processo de conviver com as misérias do cotidiano. Elas existem, só que as coisas positivas são tão maiores, que eles não deixam as misérias do cotidiano serem maiores que as questões positivas (PE 003, fevereiro, 2020).

A partir da vivência coletiva e experiências construídas nos 30 anos de atuação da COOPTAR, de forma geral, as transformações envolvem alterações de padrões relacionados a vários subsistemas que perpassam o econômico e mudam concepções em contextos sociais, culturais e políticas, como os apontamentos descritos por participantes internos e externo:

[...] lembro que no início das nossas reuniões, as pessoas, para falar, às vezes para falar opinar, forçava uma rodada. As pessoas engasgavam, meio choramingavam, e diziam: “estou com a mesma posição do fulano”. “Qual é a posição do fulano?” E hoje são quem puxa. Hoje falam com desenvoltura em qualquer espaço, sem medo, intervém, fora daqui. Essa é uma das questões que a partir da nossa experiência, as pessoas saem daqui, e no espaço que vão, intervém. Se sentem à vontade, porque aqui criaram o hábito de intervir com tranquilidade (PI 01, janeiro, 2020).

São muitos ganhos, em várias dimensões, uma é que poderia ser o ganho do conjunto das famílias assentadas, se você olhar o padrão de vida social, eu digo de participação, de envolvimento de debate, de conversa, em relação à família, não estou dizendo que não tem problema. Comparado ao que era antes, é algo incomparável, você vai em qualquer casa conversar sobre a vida, sobre os sonhos, sobre a sociedade as pessoas conversam, e muitos lugares fora não tem isso. Mesmo na relação do respeito, homem, mulher, filho pequeno, isso é... essa ideia da grande família, da interajuda, da solidariedade é algo que não se explica, eu acho que é impossível de se explica (PI 03, janeiro, 2020).

A palavra que dá para usar e eu uso muito sobre a Cooptar é que é ocorreu lá um processo de emancipação humana. É um nível de mudança muito radical que ocorre, porque o próprio ambiente educa (PE 001, janeiro, 2020).

Nesta construção, as questões de **gênero** também permeiam a vivência do coletivo e têm sido abordadas em muitas frentes. Ainda que a própria essência do desenvolvimento coletivo sempre esteve fundamentada na participação ativa e igualitária, percebeu-se a necessidade de desenvolver a temática, uma vez que o coletivo não está imune à desigualdade histórica que se construiu socialmente em relação às capacidades de homens e mulheres. Por conta disso, a abordagem sobre gênero faz parte dos temas debatidos, tanto da COOPTAR quanto do MST, desde os primeiros estranhamentos ainda durante o período do LOC (logo após a constituição do coletivo, em 1990).

Inicialmente, a abordagem ocorreu por estímulos para maior ocupação das mulheres nos espaços sociais e econômicos, apoio e incentivo em todas as formas, desde a participação

no próprio coletivo, quanto na comunidade do Assentamento 16 de Março (que a COOPTAR está inserida), bem como na atuação em coordenações do MST (a COOPTAR sempre manteve cooperados com seus salários enquanto atuam no Movimento). Nas atividades produtivas, buscaram-se iniciativas para oportunizar trabalho e renda a todas as pessoas, inclusive para os integrantes das famílias com filhos pequenos (culturalmente são as mulheres que assumem a função de cuidador principal), criando o setor da ciranda (cuidados e educação infantil), para que todas as mulheres pudessem participar ativamente da organização econômica e social do coletivo.

Na trajetória da COOPTAR, as mulheres ocuparam seus espaços com muita propriedade, criando condições para desempenhar funções de forma ativa e igualitária em todas as atividades, como as palavras de um dos participantes externos:

Na questão da mulher, eu acho que elas vieram desbravando um espaço bem importante ali, porque tem homem no leite, e tem mulher no leite; tem homem no frigorífico, tem mulher no frigorífico; tem homem no administrativo, tem mulher no administrativo. Aí teve homens que saíram para coordenar o Movimento, e tem mulheres que saíram para coordenar o Movimento. Então, as companheiras ali tiveram um processo - e também elas tiveram muita oportunidade de formação, porque elas saíram, moraram fora, moraram em outros estados. Então, na Cooptar, são tudo liderança, com clareza disso; mas nem por isso, foi tão fácil, elas buscando seus lugares (PE 004, fevereiro, 2020).

Compreendendo que a atuação da mulher envolve historicamente uma carga horária maior de trabalho, em razão das atividades com a organização dos afazeres domésticos e a alimentação familiar (culturalmente é desempenhada pelas mulheres), estruturou-se uma política diferenciada na jornada de trabalho para as mulheres, em que elas trabalham uma hora a menos diariamente na cooperativa, mas com a mesma remuneração dos homens. Esta percepção surgiu pela reflexão da necessidade e importância da realização desses afazeres para os núcleos familiares (no caso, as mulheres preferem gerenciar essas questões, mas poderia ser o homem) e da compreensão que é um trabalho para os demais integrantes e, portanto, precisa ser remunerado. Nesta perspectiva, também, as mulheres têm um turno na semana reservado para suas atividades, mantendo a remuneração, conforme um dos participantes externos:

É sabido que nós mulheres temos uma carga de trabalho bem maior do que qualquer homem, nós trabalhamos fora e em casa quando retornamos. E isso aqui não é diferente. Muito próprio de cada mulher, muitas aqui não abrem mão de ser a principal gerenciadora do cuidado da casa, do cuidado da família, do cuidado dos filhos. Então a gente precisa avançar um pouco nisso e compartilhar também, o machismo não está só nos homens, a gente às vezes não consegue avançar nesse sentido. Mas assim, o que eu acho bastante interessante, as mulheres aqui conseguiram ter uma hora a menos de trabalho para cuidar um pouco dessa questão da alimentação familiar, na realidade, essa uma hora de trabalho não é específico da mulher, é específico de alguém da casa que queira sair do trabalho um pouco mais cedo para cuidar da alimentação. Aqui, no geral, a mulher que decidiu que faria isso, que é mais prática, que é mais rápida, que

faria isso. Além disso nas sextas à tarde as mulheres têm essa tarde de não trabalho formal na cooperativa. Elas podem optar pelo trabalho doméstico em casa ou de qualquer atividade que queira fazer (PE 002, fevereiro, 2020).

O desenvolvimento da conscientização social, cultural e política, a partir das práticas fundamentadas na participação democrática, transformou propostas de vidas, construindo novos posicionamentos em relação aos objetivos dos contextos produtivos para o futuro, especialmente na segunda geração atuante do coletivo, segundo alguns participantes internos:

A gente tem a ideia de fazer essa transição, iniciar esse processo. Porque para nós, eu estou fazendo curso [...], minha ideia é voltar a trabalhar na cooperativa. Não sei se vou ajudar outras coisas do movimento, mas eu quero trabalhar na cooperativa. Mas eu não vou voltar para cá para produzir soja, entendeu? Não é isso que a gente quer, a gente estudou e tudo mais. A ideia é devagarzinho ir fazendo essa transição de modelo de produção. A ideia é ir alinhando esse caminho da transição em busca da produção orgânica e, conseqüentemente, com o tempo, a agroecologia. A usina de energia solar também vai por esse caminho, de uma energia sustentável, renovável (PI 17, março, 2020).

Acho que esse é o nosso desafio principal de se organizar entre nós e como é que nós vamos organizar outras formas de trabalho. Eu quero contribuir com esse trabalho coletivo para construir qualidade de vida para todo mundo. Como é que tu vai fazer para que tenha essa abertura, essa nova perspectiva, isso eu vejo que eu é um dos grandes desafios que a gente tem (PI 11, janeiro, 2020).

A formação acadêmica se tornou um fator preponderante para os jovens do coletivo, pois a maioria da segunda geração está cursando ou já concluiu o ensino superior. Apenas um participante do estudo da segunda geração concluiu o ensino médio e não seguiu os estudos até o momento. Entre as áreas de formação acadêmica buscadas, destacam-se gestão, contabilidade, computação, psicologia, direito, agronomia, veterinária, engenharia de alimentos e licenciaturas. A procura pela formação acadêmica se tem dado em contextos institucionais da região, em que **os jovens** conseguem conciliar os estudos com a atuação na COOPTAR e, também, em universidades em regiões mais distantes, onde residem durante o período de estudos e atuam na cooperativa nas férias, conforme alguns integrantes externos:

Hoje a COOPTAR tem contadores, administradores, historiadores, psicólogos, que saíram para estudar, viveram até algumas experiências fora desse espaço – que eu acho válido, acho que deveria ser um critério vivenciar o mundo fora daqui, para você perceber como é que é, para ser palpável – e retornam, estão aqui, contribuem com esse processo. Acho que é essa oxigenação, do sair, do vir, do olhar do jovem. Muitas vezes instiga quem está mais nessa caminhada, num processo um pouco maior, em seguir, inovar, tentar fazer diferente a partir do outro olhar (PE 002, janeiro, 2020).

Maior parte deles **está estudando e eles estão ficando** ali. Eles estão tocando. Eles estão estudando e estão ficando. A associação familiar é algo que vai se mantendo muito forte. O fato deles estarem estudando, quem estuda é quem está nos movimentos. Quem estuda está lutando (PE 001, janeiro, 2020).

Um dado importante identificado é a incidência da **sucessão familiar** na COOPTAR. Os jovens estão saindo da vivência coletiva e tendo suas experiências em outros contextos, em razão da formação acadêmica, mas também retornam após os estudos, dando sequência na

proposta coletiva de produção na agricultura familiar, às vezes com objetivos ainda mais intensos para a vivência coletiva. Esse dado contraria as ocorrências da agricultura familiar em um contexto nacional em que a falta da sucessão familiar sinaliza o comprometimento de muitos empreendimentos rurais.

A COOPTAR foi criada a partir dos enfrentamentos e conquistas do MST, sendo estimulada durante toda a trajetória pelas propostas políticas do Movimento, como muitas cooperativas que também seguem esse modelo de organização. Contudo, a atuação e a capacidade em se reinventar e criar respostas aos desafios compõem um conjunto de elementos que a diferencia de outras experiências de atuação coletiva estimuladas pelo Movimento em diversas regiões do país. A COOPTAR se diferencia, inclusive, da experiência do assentamento de Nova Ronda Alta, que foi a primeira tentativa de trabalho coletivo em assentamento na região, em 1983. O assentamento de Nova Ronda Alta foi, de certa forma, um modelo a ser seguido pela COOPTAR. Porém, a distinção da atuação da COOPTAR está relacionada com o envolvimento de todas as pessoas nos processos de atuação, como pode ser observado no apontamento de um dos participantes externos, que vivencia a trajetória na luta pela democratização de direitos desde 1978, atuando em diversas frentes de apoio em assentamentos pelo MST e, principalmente, vivenciou os limites da atuação coletiva em assentamento, por ser integrante do assentamento de Nova Ronda Alta.

O que nós tivemos problemas, que nós não conseguimos resolver e que a COOPTAR conseguiu resolver. Outras cooperativas que também foram tentativas de construção - que não é só o individualismo que te faz sair de um espaço desses, mas, às vezes, a falta de você pensar outras propostas alternativas. Então, a nossa associação, nós trabalhávamos com lavoura, porco e vaca de leite; mas, na verdade, elas eram atividades assumidas, principalmente, pelos casais - pelos homens e as mulheres - e os filhos vinham vindo, e nós não tivemos a capacidade de pensar para ir conduzindo nossos filhos por aí também. E aí, a COOPTAR conseguiu dar esse salto, de pensar esse processo. A COOPTAR pensou nos homens, nas mulheres e nos filhos. Tanto é que são pouquíssimos filhos dos associados que saíram da COOPTAR (PE 004, fevereiro, 2020).

Neste sentido, as experiências agregaram um conjunto de interações e complementaridades que contribuiram especialmente para o pensar em todas as pessoas: homens, mulheres, jovens e crianças, o que favoreceu a construção de espaços de atuação mais harmoniosos, autônomos e empoderados.

A partir do momento que tu eleva os valores humanos que as pessoas cultivam, tu não cria apenas uma relação social entre cooperados, tu cria uma nova relação humana entre as pessoas. Tu vê na outra pessoa “é meu vizinho”, é uma relação diferente. Meus amigos que eu tenho aquisição diferentes de qualquer outro amigo que eu tiver em qualquer lugar, é uma relação completamente diferente. Todo amigo que eu tenho aqui da juventude são como se fossem meus irmãos, é uma união diferente, são laços que a gente cria, maiores dos laços de família, não tem como descrever isso, porque a gente sabe que pode contar um com outro quando precisar (PI 17, janeiro, 2020). É ter um espaço bom de **convivência**. Então eu ganhei aqui um lugar onde eu tenho

renda para eu viver. Podia ser melhor? Podia. Eu gostaria de ter uma renda melhor, mas eu tenho uma morada, que é a que eu fiz. Morada não é sua casa, ela é bem mais ampla. Eu tenho uma família, eu tenho vizinhos fantásticos. Vizinhos em todos os sentidos, não só os primeiros de lá. Tenho um espaço. Eu tenho tudo que tu pode pensar. Então esse é o ganho real, eu tenho um espaço para mim, isso que eu estou dizendo: me sentir empoderado, me sentir em condições de respeitar o empoderamento dos outros. Isso para mim é ganho (PI 01, janeiro, 2020).

A vivência tornou-se socialmente inovadora, principalmente por **alterar as relações sociais** e, a partir delas, construir espaços para que todos pudessem trabalhar. Também, as atividades foram estruturadas a partir de significados para os indivíduos, uma vez que todas as pessoas participaram do processo, como sinalizado nas palavras de alguns participantes:

A forma como se trabalha na Cooptar, a dignidade do trabalho, acho que uma das coisas que tem que destacar ali é a forma com que eles organizam e fazem o trabalho, é algo que vai dignificando a pessoa. Então, acho que essa é a grande caminhada, onde cada um de nós tem que chegar e sentir que o trabalho te dignifica, te realiza, te satisfaz, que o lugar que você mora é o melhor lugar do mundo. Mas é porque consigo viver em harmonia com o meu trabalho, viver em harmonia com a natureza, viver em harmonia com os companheiros e companheiras que também estão nesse processo. Então, acho que isso é viver bem no campo (PE 004, fevereiro, 2020).

Em tomo da questão de que eu produzir o resultado do meu trabalho. Então, digamos assim, eu sou o agricultor e dono do processo produtivo, o fato de ser eu que gestiono é uma coisa que me fez muito vir para cá assim, sou eu junto com as outras pessoas, que vou tomar decisão e vou ser dono do resultado do meu trabalho. Dessa questão de realmente poder decidir sobre os processos e fazer aquilo que a gente acredita que seja certo, isso de decidir em qual área nós vamos atuar ou o que nós vamos produzir. Então essas questões, tanto da responsabilidade por tocar, a qualidade da vida aqui e a possibilidade de decidir sobre o que nós vamos trabalhar, sobre o que eu estou fazendo, entender o resultado do que eu faço (PI 11, janeiro, 2020).

A vivência construída pela COOPTAR se mostra potencialmente inovadora, pois gerou transformações pela nova cultura de organização que transcendeu os objetivos econômicos, permitindo outras construções, como o desenvolvimento de estruturas em dimensões social, cultural, político e sustentável.

Então eu digo: meu lugar de morar é o melhor do mundo. Melhor do mundo por quê? Não está no econômico. Então isso que é importante. Hoje, se alguém me propor, sai daqui? Não saio! (PI 01, janeiro, 2020).

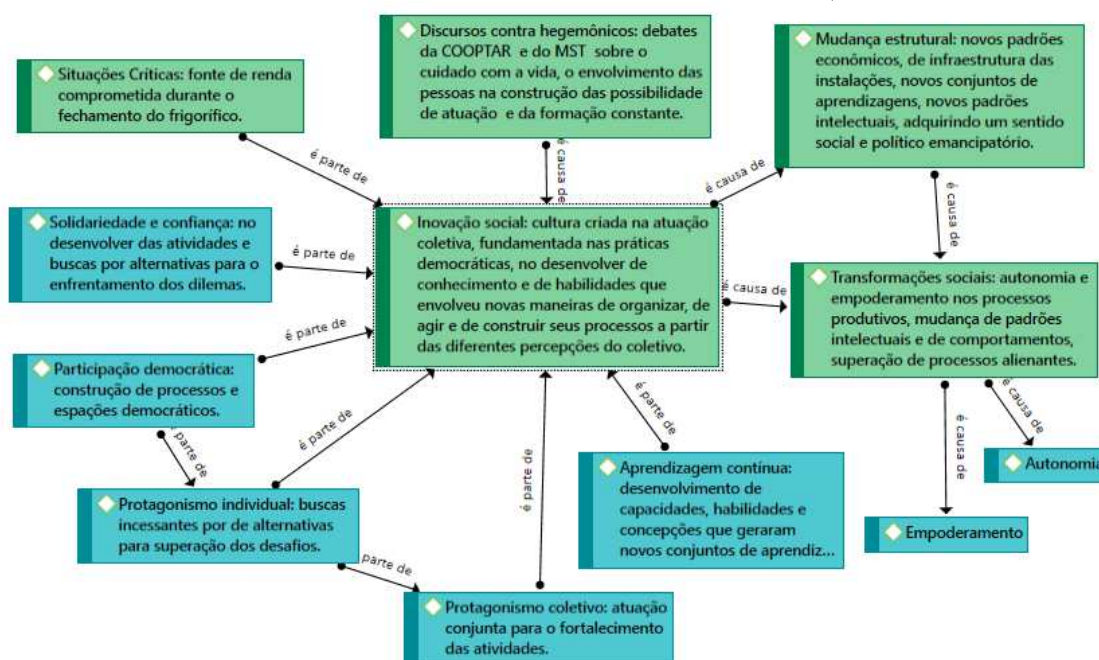
O horizonte da gente é mostrar que uma nova sociedade, uma nova relação é possível. E dá certo. Qual é o jeito? É você fazendo e mostrando que dá certo fazendo. Senão vira um negócio. Então a gente, bom, é possível uma vida diferente, uma relação diferente e se pautar pelo ser humano e não só pelos valores econômicos (PI 05, janeiro, 2020).

Na dinâmica da inovação social, identificou-se a intensa presença de todas as categorias selecionadas a partir da inovação social na perspectiva que gera transformação (situações críticas, discursos contra hegemônicos, inovação social e mudanças estruturais). Ao mesmo tempo, constataram-se, também, todos os elementos referentes às categorias de análise da economia solidária e inovação social no meio rural (aprendizagem contínuas, solidariedade de confiança, participação democráticas, protagonismo individual e

protagonismo coletivo). Além disso, verificou-se a presença das categorias empoderamento e autonomia, selecionadas a partir dos dados coletados no estudo. As categorias manifestam interações e evoluções nos elementos facilitadores à geração da inovação social na perspectiva de transformação social.

A Figura 12 expressa os elementos facilitadores à geração de inovação social nesta fase, que envolve o período de 2011 até 2020, caracterizando a terceira década de atuação coletiva. Os retângulos verdes representam as categorias elegidas a partir da literatura da inovação social na perspectiva transformadora, e os azuis, as categorias de análise a partir da economia solidária, inovação social no meio rural e categorias identificadas na coleta de dados deste estudo.

Figura 12 – Elementos Facilitadores à Geração de Inovação Social (Período de 2011 a 2020)



Fonte: Elaborado pela autora a partir do *software* Atlas ti. (2021).

A fonte de renda comprometida durante o fechamento do frigorífico e o risco de não conseguir realizar todas as exigências, configurou-se, no contexto da aplicação das categorias de estudos, como situações críticas, que exigiram unidade e comprometimento ainda mais intenso do coletivo, potencializando as habilidades para captação de recursos e reposicionamento na atuação na qualidade da produção.

Na dinâmica da inovação social na perspectiva transformadora, a inovação social se configura pela cultura criada da atuação coletiva, com base nas práticas democráticas, desenvolvimento de conhecimento e habilidades, o que compreende novas formas de organizar e construir os processos, a partir das diferentes percepções do coletivo.

No decorrer da trajetória da COOPTAR, os discursos contra hegemônicos do MST para o desenvolvimento econômico, considerando o bem-estar das pessoas e o cuidado com o meio ambiente, estimularam mudanças de concepções no coletivo e, conseqüentemente, geraram muitas iniciativas inovadoras que mudaram a trajetória da COOPTAR. Em paralelo aos estímulos do MST, a COOPTAR foi impulsionada pelas vivências na economia solidária, compondo também seus próprios discursos. Embora o modelo de constituição tenha sido estimulado pelo MST, a COOPTAR desenvolveu suas particularidades e construiu sua própria proposta de organização econômica e social (diferente das demais estimuladas pelo mesmo modelo). Em alguns momentos, seus discursos também se entrelaçam aos do MST, imbricando suas experiências nas concepções do MST e gerando novos estímulos nas orientações do Movimento, especialmente em relação aos discursos de cuidado com a vida, envolvimento das pessoas na construção das possibilidades de atuação e formação constante. Neste sentido, os discursos contra hegemônicos que estimularam iniciativas de mudança da COOPTAR expressam suas potencialidades, interagindo constantemente com as mudanças estruturais (do modo de vida, produção, padrões culturais, entre outros)

Nesta relação, as mudanças estruturais podem ser identificadas pela coevolução em diversos níveis de estruturas (FERRARINI, 2016; MOULAERT; MACCALLUM; HILLIER, 2013). Em um contexto ambiental, a mudança de concepções do coletivo gerou o início da transição do modelo produtivo convencional para o agroecológico e a busca incessante por alternativas para a efetivação total do processo, apesar da produção do soja ser empiricamente a alternativa econômica viável e escolhida pela maioria dos produtores na região, rompendo padrões dominantes.

Já em um contexto social e cultural, as questões de gênero, melhoria de qualidade de vida, bem como as questões educacionais, foram debatidas, refletidas e tiveram suas importâncias reconstituídas durante a trajetória do coletivo. As questões de gênero, a mudança de padrões de concepções ocorreu pelo estímulo para atuação igualitária da mulher nos espaços sociais e produtivos, desenvolvido continuamente e concretizado pela atuação igualitária das mulheres efetivamente em todos os espaços (social, econômico, educacional e político) no coletivo, na comunidade onde a COOPTAR está inserida e também nas coordenações regionais e nacionais do MST.

Em relação às questões educacionais, além das formações promovidas permanentemente pelo MST e capacitações técnicas específicas buscadas pela COOPTAR para a efetivação das atividades, a educação formal tornou-se um desenvolvimento essencial para o coletivo, especialmente entre os jovens. A formação acadêmica é estimulada pela cooperativa,

com apoio específico para o estudante durante o período de formação. Ainda, as questões referente à melhoria da qualidade de vida alteraram padrões de conhecimento e comportamento, além da transição da produção de alimentos convencional para a produção orgânica, mudando comportamentos em relação aos cuidados com o bem-estar no desempenho das atividades laborais, desenvolvimento das interações sociais e preocupação com o lazer do coletivo.

Em um contexto político, a atuação ativa do indivíduo por meio das práticas democráticas desenvolveu capacidades e habilidades em relação aos direitos comuns, gerando maior atuação individual em debates (internos e externos) e tomadas de decisão, e promovendo um protagonismo mais intenso nas coordenações em diversas frentes do Movimento e da comunidade. Esta atuação individual propiciou um conjunto de saberes que contribuem para a superação dos processos alienantes e fortalecimento do protagonismo coletivo.

As transformações a partir da cultura de atuação coletiva e inovação desenvolvida pela COOPTAR é resultado de diversas mudanças estruturais que interagem e coevoluem, promovendo autonomia e empoderamento das ações do coletivo, criando continuamente alternativas diante dos desafios em movimento. O coletivo manifestou um forte protagonismo individual, especialmente nos momentos críticos, intensificando a unidade, promovendo novas capacidades e habilidades, favorecendo o surgimento de novas respostas que reforçaram o protagonismo coletivo (MOULAERT; MACCALLUM; HILLIER, 2013; FERRARINI, 2016; 2019; FERRARINI *et al.*, 2018).

A prática da coletivização da produção se fortaleceu pelas relações sociais fundamentadas na participação democrática (GAIGER, 2013; LAVILLE, 2016), no desenvolvimento de conhecimento, habilidades promovendo a autonomia e o empoderamento do coletivo (GAIGER; FERRARINI; VERONESE, 2018; FERRARINI *et al.*, 2018), na criação de arranjos de conhecimento, práticas de atuação e aspirações para o enfrentamento dos dilemas, promovendo a transformação da realidade. Neste contexto de vivências marcadas por conflitos, dilemas e superações, o coletivo que compõe a COOPTAR se desenvolve continuamente e segue se reinventando, pela organização econômica, social, cultural, política e sustentável da vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa, abordou-se a inovação social transformadora, distinguindo da inovação social na perspectiva instrumental. No contexto da inovação social transformadora, discorreu-se acerca da inovação social em práticas da economia solidária e a inovação social no meio rural, vinculando os três campos, na medida em que a economia solidária se apresenta como iniciativa potencial para enfrentamento aos dilemas sociais da atualidade, com possibilidades de mudanças sociais. Além disso, empreendimentos da economia solidária estão presente no meio rural.

A pesquisa realizada nesta tese visou identificar, caracterizar e analisar as inovações sociais ao longo da trajetória da COOPTAR, constatando os elementos facilitadores à geração da inovação social na perspectiva transformadora. A inovação social se justifica nas experiências do coletivo que compõe a COOPTAR, pelo fato de que criou uma cultura de atuação coletiva, fundamentada nas práticas democráticas, desenvolvimento de conhecimentos e habilidades, envolvendo novas maneiras de organizar e construir processos, a partir das diferentes percepções do coletivo.

O coletivo da COOPTAR desenvolveu relações sociais, criou formas de subsistência e renda para todas as famílias, bem como construiu possibilidades econômicas, sociais e culturais, a partir de uma realidade configurada de profunda escassez de recursos, carência de habilidades, desgastes emocionais e necessidade urgente de gerar renda para a subsistência das famílias. O coletivo iniciou sua trajetória do nada e, aos poucos, preparou alternativas. Inicialmente, elaboraram possibilidades (resistindo e lutando por quase 8 anos) para obter o direito de viver “da” e “na” terra, depois criou alternativas para subsistência e geração de renda para todo o coletivo, passando a produzir respostas para inúmeros desafios que se apresentaram nos 30 anos de atuação.

Em relação às inovações sociais identificadas no estudo, no primeiro momento, em um contexto mais amplo abrangendo todos os agricultores do processo, identificou-se como inovação social a mobilização social da ocupação da antiga Fazenda Annoni, que, por meio das práticas sociais e com elas, o desenvolvimento social, cultural e político vivenciado pelos agricultores desafiou e alterou instituições dominantes, possibilitando a obtenção do direito de viver na terra e dela gerar suas rendas, como mudança transformadora.

Em um segundo momento, identificou a constituição do coletivo da COOPTAR, em que o trabalho e os meios de produção são usados de forma coletiva, como uma importante inovação social, estabelecendo nova maneira de atuação e interação entre os participantes para

o alcance dos objetivos comuns. Isso possibilitou também outras inovações que foram promovidas ao longo do tempo. A primeira foi a forma para criar condições para que a proposta (COOPTAR) se concretizasse, pela estruturação do LOC (Laboratório Organizacional de Campo), que estimulou e possibilitou o desenvolvimento de novos padrões de conhecimentos, novas percepções e novas atitudes comportamentais em relação às práticas coletivas (unidade organizativa, autogestão, iniciativas, entre outras) para efetivar a coletivização da produção.

Na sequência desses primeiros momentos (mobilização social, constituição da COOPTAR e geração de meios de estruturação da proposta pela organização do LOC), as iniciativas inovadoras se manifestam pelas buscas incessantes por alternativas de produção em diferentes frentes de atuação para geração de renda, assim como por meios para envolver todas as pessoas no trabalho, dando-lhes sentido de pertencimento, o que, até então, a produção de grãos do modelo hegemônico não conseguia. O envolvimento das pessoas nos processos de organização, autogestão e produção das atividades deu novo sentido à atuação do pertencimento ao coletivo, gerando maior unidade e protagonismo nas atuações. As iniciativas em outras frentes de produção obtiveram a reavaliação do sistema produtivo convencional e o início de um processo de transição agroecológica, promovendo a diversificação da produção e o cultivo de produtos básicos da alimentação humana para o consumo familiar e venda do excedente, como estratégia de sustentabilidade e autonomia alimentar.

Em relação aos elementos facilitadores à geração da inovação social, identificaram-se diversos elementos durante a trajetória de 30 anos de atuação do coletivo da COOPTAR. Suas contribuições se reiteraram no decorrer das fases e estimularam a criação de uma cultura de inovação permanente. As análises foram desenvolvidas e caracterizadas considerando cinco fases de existência e atuação da COOPTAR, correspondentes aos períodos mais significativos de rupturas, recomeços e ressignificações que fundamentaram a experiências do coletivo.

Em duas fases (1ª e 5ª), identificou-se a presença de todos os elementos da inovação social na perspectiva transformadora (situações críticas, discursos contra hegemônicos, inovação social e mudanças estruturais). Os elementos dos discursos contra hegemônicos e inovação social estão presente em todas as fases, mudança estrutural em quatro fases (1ª, 2ª, 3ª, 4ª e 5ª) e situações críticas em três fases (1ª, 3ª e 5ª). Logo, constataram-se interações entre eles, que coevoluíram e geraram outras mudanças. A predominância da maioria das categorias em todas as fases expressa a dinâmica da inovação e a mudança presentes durante toda a trajetória do coletivo.

Adicionalmente, verifica-se uma intensa presença das categorias a partir da economia solidária, como o desenvolvimento da solidariedade, confiança, aprendizagens (a partir das vivências e interações sociais), o exercício de participação democrática (em comissões e assembleias), o protagonismo individual (pelas construções dos argumentos nos debates), que se manifestaram por intensas lideranças (entre elas, as que constituíram a COOPTAR), contribuindo para o empoderamento do protagonismo coletivo. Todas as categorias estão presente em quatro (1ª, 3ª, 4ª 5ª) das cinco fases, reiterando o potencial inovador dos elementos da economia solidária como facilitadores à geração da inovação social, com potencialidades de transformações. Um destaque especial para a categoria de aprendizagem contínua, selecionada a partir da economia solidária e inovação social no meio rural, presente em todas as fases, que evidencia que todas as iniciativas sociais ocorreram a partir de um processo contínuo de desenvolvimento do coletivo.

Em relação aos elementos categorizados a partir dos dados coletados, identificou-se a influência das lideranças do MST em duas fases (1ª e 2ª) e a formação do MST em uma fase (2ª). Esses elementos potenciais contribuíram na geração de duas inovações essenciais na construção da trajetória de luta coletiva, que foi a constituição da própria COOPTAR e a organização e efetivação do LOC, uma vez que as duas inovações possibilitaram o desenvolvimento da cultura do trabalho coletivizado. Cabe destaque também aos elementos de empoderamento e autonomia identificados na quinta fase, evidenciando a promoção da cultura de inovação e mudança durante da trajetória do coletivo.

Os dados constatarem o potencial inovador dos elementos da economia solidária como facilitadores à geração da inovação social, com possibilidade de transformações. Além disso, confirmam a influência dos discursos contra hegemônicos do MST na geração da inovação e mudança. A trajetória da COOPTAR, fundamentada nas práticas democráticas e na aquisição de conhecimentos e habilidades, manifesta o desenvolvimento de uma cultura de inovação e mudanças permanentes, pois gerou e continua gerando muitas transformações, pela nova cultura de organização da produção coletivizada que transcendeu os objetivos econômicos, permitindo construções no coletivo em outros subsistemas, como social, cultural, político e sustentável.

Ao longo do tempo, o coletivo se desenvolveu, aprendendo, recriando-se e avançando em suas práticas coletivas. A partir de um processo de subsistência, em alguns momentos sobrevivência, o coletivo se estruturou em vários sentidos, alcançando níveis cada vez mais profundos de superação de desigualdades sob todas as formas (inclusive de gênero), construção de cidadania, viabilidade e sustentabilidade da cultura de produção de

vida e sua continuidade nas gerações futuras, refletida nas concepções e práticas ainda mais potenciais da segunda geração.

Entre as transformações identificadas nas experiências do coletivo, destacam-se, inicialmente, as mudanças importantes nas estruturas físicas (trabalho, residências e centro de convivência social do coletivo). Apesar de um início difícil, com o tempo, o coletivo estruturou os diferentes setores de produção, com estruturas físicas, maquinários para a produção, equipamentos de segurança e controle de riscos para o desempenho das atividades. Também, a mudança da estrutura de moradias, que antes era de sobrevivência, em barracos (sem infraestrutura básica), para residências construídas pelas próprias famílias em condições confortáveis e agregadas de significados para cada indivíduo. Além disso, a estruturação dos espaços de convivência, integrados à natureza e que dão sentido às lutas e aos objetivos do coletivo.

Outra importante transformação consiste na economia das famílias, que passou das situações de dependência e escassez para uma economia individual e familiar, em que todos os cooperados (homens e mulheres, maiores de 16 anos) têm sua renda individual de forma igualitária, além de benefícios que compõem a renda familiar, o que gera um empoderamento financeiro individual e familiar.

Também, as transformações ocorreram no contexto social, cultural e político. Inicialmente, houve a mudança da atuação do individual no coletivo. A partir das experiências de vivência nos barracos do acampamento, a partilha das angústias e misérias potencializou as lutas pela terra, bem como no início das atividades da COOPTAR, em que a solidariedade e a unidade do coletivo foram essenciais para a construção de alternativas e enfrentamento das crises. Além disso, a solidariedade vivenciada gerou um nível de vínculos sociais incomparável entre o coletivo, construindo um intenso sentimento de zelo, preocupação e responsabilidade uns com os outros.

Igualmente, as questões de gênero, da melhoria de qualidade de vida, bem como as questões educacionais, entre outras, foram debatidas, refletidas e tiveram suas importâncias reconstituídas durante a trajetória do coletivo. Nas questões de gênero, a mudança de padrões de concepções ocorreu pelo estímulo para atuação igualitária da mulher nos espaços sociais e produtivos, desenvolvida continuamente e concretizada pela atuação igualitária das mulheres efetivamente em todos os espaços (social, econômico, educacional e político) no coletivo, na comunidade da COOPTAR e nas coordenações regionais e nacionais do MST. Em relação às questões educacionais, além das formações promovidas permanentemente pelo MST e capacitações técnicas específicas buscadas pela COOPTAR para a efetivação das atividades, a

educação formal tornou-se um desenvolvimento essencial para o coletivo, especialmente entre os jovens. A formação acadêmica tem sido o caminho trilhado pelos cooperados da segunda geração.

Ao mesmo tempo, a mudança de concepção de produção sustentável dá sequência na mudança de padrões e concepções com início no desenvolvimento de formações técnicas e socializações de práticas do coletivo. Essas mudanças foram construídas a partir dos debates, reflexões e práticas democráticas aliadas ao desenvolvimento de capacidades e habilidades. Também, houve uma reavaliação do sistema produtivo convencional, mudando concepções e objetivos futuros de produção, iniciando um processo de transição agroecológica, que resultou na diversificação da produção e o cultivo de produtos básicos da alimentação humana para o consumo familiar e venda do excedente, como estratégia de sustentabilidade e autonomia alimentar. Além disso, ocorreu mudança na participação política, pelas vivências e experiências dos integrantes na luta por direitos para o coletivo e, também, na luta contínua pela democratização de direitos para todos os indivíduos, em atuações não apenas para a comunidade local, mas também na luta global. A atuação individual promoveu um conjunto de saberes que contribuem na superação dos processos alienantes e no fortalecimento do protagonismo coletivo.

As ações construídas no decorrer da trajetória manifestam escolhas que promoveram posicionamentos do coletivo no desenvolvimento da trajetória, abarcando uma multidimensionalidade característica das ações contra hegemônicas, como o desenvolver da solidariedade, processos democráticos, aprendizagens contínuas e protagonismo, que propiciaram um desenvolvimento do indivíduo no coletivo, favorecendo a autonomia e o empoderamento do coletivo.

As relações sociais foram construídas a partir de ações de igualdade, solidariedade, confiança e respeito, desenvolvendo fortes vínculos sociais, alterando radicalmente as relações entre os cooperados, que além de parceiros e membros de uma comunidade, passaram a se relacionar como membros de uma grande família. Nesse sentido, a busca pela igualdade de direitos favoreceu a construção de processos democráticos ativos. A participação democrática ocorre por meio de debate, reflexões, retomadas de debates, quando necessário, que propiciam tomadas de decisões conscientes, em razão do envolvimento do coletivo.

Nesta construção, a atuação coletiva se desenvolveu e continua se desenvolvendo na prática cooperativada da autogestão, gerando uma autodisciplina entre os próprios cooperados na efetivação das tarefas, organização do tempo e dos processos de trabalho. Esse

processo também favorece as buscas individuais e coletivas contínuas de desenvolvimento de habilidades técnicas, cognitivas e relações humanas.

Em relação à atuação do individual para o coletivo, o processo tem raízes nas experiências do acampamento. A partir da vivência nos barracos, em que a partilha das angústias e misérias inverteram o pensar, que normalmente se desenvolve decidindo pelo que “eu” ou “minha” família precisa ou deseja, alterando radicalmente para uma situação do que o que “nós”, o “coletivo” precisa ou deseja. Essas experiências se desenvolveram após a constituição do coletivo. No início das atividades da COOPTAR, enquanto não havia renda suficiente para o sustento das famílias, alguns integrantes do coletivo trabalhavam em tarefas temporárias em outras propriedades rurais próximas, durante os ciclos produtivos de diversas culturas, como alternativa de renda diária para o “coletivo”. O recurso financeiro recebido por cada trabalhador que atuava na atividade não ficava apenas para sua família, mas era dividido para a subsistência de todo o coletivo.

Cabe destacar que a concepção da atuação do individual no coletivo não ocorreu sem conflitos ou resistências, mas efetivamente, gerando uma unidade ao coletivo, essencial para a construção de alternativas diante de muitos enfrentamentos. Contudo, a mudança estrutural promoveu novos sentidos na atuação individual e coletiva, favorecendo as mudanças de percepções e busca por projetos de mudança para si e a sociedade. A trajetória de iniciativas inovadoras se apresenta como um processo em que os próprios cooperados construíram e desenvolveram, pelos seus protagonismos no avanço de capacidades criativas e adaptativas, nas ações democráticas, a partir das diferentes percepções do coletivo, que promoveram maior autonomia individual e empoderamento do coletivo.

As transformações geradas se expressam nas experiências construídas durante a trajetória da COOPTAR e se deram pelas formas efetivas de participação, protagonismo, pelo resgate de saberes, identidades, transformando as relações de poder. Assim, a trajetória construída pela COOPTAR manifesta o desenvolvimento de uma cultura de inovação e mudanças permanentes em várias dimensões (tecnológicas, econômicas, afetivas, culturais, políticas), que desenvolve uma capacidade de inovar continuamente produção e reprodução da vida.

Esta cultura de produção e vivência coletiva tem se mantido no tempo e, ainda, constantemente inovadora, pois continua desenvolvendo novos processos, implementando novas tecnologias, desenvolvendo novos saberes e, ao mesmo tempo, voltando-se para valores ecológicos aprimorando os processos sustentáveis (reconstruindo seus processos históricos) e se sustentando na contramão do modelo econômico predominando.

Além de se manter no tempo, esta cultura transcendeu a geração dos agricultores que iniciaram o processo de enfrentamentos, desenvolvendo uma percepção ainda mais intensa entre os filhos (segunda geração). A segunda geração do coletivo manifesta concepções comprometidas com modos produtivos sustentáveis fundamentados na consideração da valorização da vida e democratização de direitos para toda a sociedade. Com isso, as experiências de inovação social da comunidade em estudo evidenciam um conjunto potencial de informações que contribuem para as perspectivas teóricas, pelas características dos elementos encontrados e pela magnitude das transformações geradas para a comunidade.

Em relação ao modelo da teoria da inovação social transformadora desenvolvida pelo projeto TRANSIT, percebeu-se que o ponto central está embasado em transformações específicas em termos da dinâmica institucional e em âmbito global. Neste sentido, após o uso do modelo, verificou-se que a experiência estudada não se encaixa nas proposições da teoria desenvolvida pelo projeto TRANSIT, uma vez que surge e se desenvolve em outra realidade. Ainda que a Cooptar não seja uma experiência global, considera-se como inovação social transformadora a partir das referências agregadas.

Essas questões (ações globais e caracterização da mudança institucional) serviram para distinguir o caso em estudo e identificar o caráter transformador, que é estrutural, mas em um nível local. Mesmo em um contexto local, a transformação estrutural não deixa de ser potencial, pois alterou a realidade de uma comunidade, influenciando outras dimensões e gerações. A nova cultura de produção e vivência coletiva transformou substancialmente a estrutura das relações, tomadas de decisões, condições de produção e de reprodução da vida (material e imaterial) da comunidade, reduzindo desigualdades sob todas as formas (inclusive de gênero), promovendo acessos e construindo cidadania. Essa capacidade de inovar tem se sustentado no tempo e segue na contramão do modelo econômico predominante.

Apesar do viés diferente, a partir de estudos em alguns relatórios de estudos de casos que fundamentam esta teoria, especialmente na América Latina, como o caso da Via Campesina, do Impac Hab, da RIPESS e da Ecocitrus, observou-se a importância e a validade do modelo. Dessa forma, optou-se por aproveitar características de algumas categorias do modelo, a fim de complementar o conjunto de categorias consideradas essenciais para a análise do estudo. Cabe destacar que, na América latina, há pouca tradição em discutir a inovação social na perspectiva transformadora, mas trabalha-se com outras categorias, como solidariedade, reciprocidade, participação, emancipação, transformação, autogestão, entre outros, como elementos emancipatórios, mas o termo inovação social é pouco discutido. Por conta disso, acabam-se buscando outros modelos para o desenvolvimento de estudos.

Os dilemas de exclusão, alienação, privação de recursos causada pelo capitalismo em países do Sul, como no caso do Brasil, são mais profundos que os dos países do Norte. As formas de análise e de definições em relação aos elementos e dinâmicas das transformações no Sul envolvem características peculiaridades que não são contempladas nos elementos e dinâmicas sinalizadas pela literatura do Norte.

Neste sentido, a pesquisa pode servir de fundamento para a elaboração de novos elementos que propiciam a inovação social na perspectiva transformadora, por meio do incremento dos elementos identificados ao modelo existente, que possa contribuir para a generalização dos achados em países do Sul. O estudo conclui que a inovação social na perspectiva transformadora envolve um desenvolvimento de uma cultura de inovação e de mudanças permanentes em várias dimensões. Logo, os elementos da economia solidária se constituem em potenciais facilitadores à geração desta cultura.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo. **Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA)**, Rio de Janeiro, n. 72, 2000a.
- ABRAMOVAY, R. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. **Economia Aplicada**, v. 4, n. 2, p. 1-15, 2000b.
- ABRAMOVAY, R. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2003.
- ABRAMOVAY, R. Para una teoría de los estudios territoriales. In: MANZANAL, M.; NEIMAN, G; LATTUADA, M. (Orgs.). **Desarrollo rural: organizaciones, instituciones y territorios**. Buenos Aires: Ciccus, 2006.
- ALBUQUERQUE, E. M. Causa e efeito: contribuições de Marx para investigações sobre finanças e inovação. **Revista Economia Política**, São Paulo, v. 30, n. 3, p. 473-490, 2010. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572010000300007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 10 jan.2018.
- ALONSO, A. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. **Lua Nova**, São Paulo, v. 76, p. 46-86, 2009.
- ANDION, C. *et al.* Sociedade civil e inovação social na esfera pública: uma perspectiva pragmatista. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro, v. 51, n. 3, p. 369-387, 2017.
- ANDRÉ, Isabel; ABREU, Alexandre. Dimensões e espaços da inovação social. **Finisterra: Revista Portuguesa de Geografia**, v. 41, n. 81, p. 121-141, 2006.
- ANDREW, C.; KLEIN, J. L. **Social Innovation: what is it and why is it important to understand it better**. Centre de recherche sur les innovations sociales (CRISES), Collection Études théoriques, 2010.
- ASHOKA EMPREENDEDORES SOCIAIS; MCKINSEY E CIA. **Empreendimentos sociais sustentáveis**. São Paulo: Peirópolis, 2001.
- AVELINO, F. *et al.* **Game-changers and transformative social innovation: the case of the economic crisis and the new economy**. Brussels: 2014.
- AVELINO, F. *et al.* Transformative social innovation and (dis)empowerment. **Technological Forecasting & Social Change**, v. 145, n. 2016, p. 195-206, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.techfore.2017.05.002>. Acesso em: 01 mar. 2020
- AYOB, N.; TEASDALE, S.; FAGAN, K. How social innovation ‘came to be’: Tracing the evolution of a Contested Concept. **Journal of Social Policy**, v. 45, n. 4, p. 635-653, 2016.
- BACON, C. M. *et al.* Are Sustainable Coffee Certifications Enough to Secure Farmer Livelihoods? The Millenium Development Goals and Nicaragua's Fair Trade Cooperatives. **Globalizations**, v. 5, n. 2, p. 259-274, 2008.

- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BAUER, M.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 7. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.
- BEZERRA, M. L.; BACELAR, T. As concepções contemporâneas de ruralidade e suas singularidades no Brasil. In: MIRANDA, Carlos; SILVA, Heithel (Orgs.). **Concepções da ruralidade contemporânea: as singularidades brasileiras**. Brasília: IICA, 2013.
- BIGNETTI, L. P. As inovações sociais: uma incursão por ideias, tendências e focos de pesquisa. **Revista Ciências Sociais Unisinos**, v. 47, n. 1, p. 3-14, 2011.
- BOCK, B. B. Social innovation and sustainability: how to disentangle the buzzword and its application in the field of agriculture and rural development. **Economics**, i. 113, p. 57-63, 2012.
- BOCK, B. B. Rural marginalization and the role of social innovation: a turn towards nexogenous development and rural reconnection. **Sociologia Ruralis**, v. 56, n. 4, p. 552-573, 2016.
- BONAMIGO, C. A. **Pedagogias que brotam da terra: um estudo sobre práticas educativas do campo**. 2007. Tese (Doutorado em Educação), Programa de Pós-Graduação em Educação. Faculdade de Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2007.
- BOUCHARD, M.J. L'innovation sociale en économie sociale. Chaire *de* recherche du Canada en économie sociale. Québec, Université de Montréal, 2006.
- BOUCHARD, M. Social innovation, an analytical grid for understanding the social economy: the example of the Québec housing sector. **Service Business**, v. 6, n. 1, p. 47-59, 2012.
- BRANCALEONE, C. **Teoria social, democracia e autonomia: Uma interpretação da experiência zapatista de autogoverno**. 2. ed. Curitiba: Brazil Publishing, 2019.
- BUND, E. *et al.* **Blueprint of social innovation metrics - contributions to an understanding of opportunities and challenges of social innovation measurement**. A deliverable of the project: The theoretical, empirical and policy foundations for building social innovation in Europe (TEPSIE), European Commission - 7th Framework Programme, Brussels: European Commission, DG Research, 2013.
- CAJAIBA-SANTANA, G. Social innovation: Moving the Field forward. A conceptual framework. **Technological Forecasting & Social Change**, France, v. 82, ed. C, p. 42-51, 2014.
- CASTRO, César Nunes de. Desenvolvimento rural e o Estado Brasileiro. **Boletim Regional, Urbano e Ambiental**, n. 21, jul./dez. 2019.
- CAUME, D. J. **O MST e os assentamentos de reforma agrária: a construção de espaços sociais modelares**. Passo Fundo: UPF Editora, Goiânia: Editora UFG, 2006.
- CERVO, A. I.; BERVIAN, P.A. **Métodos e técnicas de científicas**. 5. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

CLOUTIER, J. **Qu'est-ce que l'innovation sociale?** Crises, ET0314, 2003. Disponível em: <www.crisis.uqam.ca>. Acesso em: 01 set. 2016.

COMISSÃO EUROPEIA. **Livro verde sobre a inovação.** Elaborado com base no Documento COM (95) 688 final. Comissão das Comunidades Europeias. Bruxelas, 1995. Disponível em: <<http://aei.pitt.edu/1218/>>. Acesso em: 30 jan. 2018.

CONTERATO, M. A.; SCHNEIDER, S. Conformações regionais do desenvolvimento rural e da Agricultura Familiar: Desigualdade e diversidade da geografia econômica do Rio Grande do Sul. **Revista Extensão Rural**, Santa Maria, n. 19, jan./jun. 2010.

COSTA, A. B. Teoria econômica e política de inovação. **Rev. econ. contemp.**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 2, p. 281-307, 2016.

CUNHA, J.; BENNEWORTH, P. Universities' contributions to social innovation: towards a theoretical framework. *In: EURA conference 2013*, p.1-31, Enschede, The Netherlands. University of Twente, School of Management and Governance - IGS. Disponível em: <<https://research.utwente.nl/en/publications/universities-contributions-to-social-innovation-towards-a-theoret>>. Acesso em: 01 dez. 2017.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto;** Tradução Magda Lopes. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

CRISES - Centre de recherche sur les innovations sociales. **Universitedu Québec à Montréal (UQAM)**, Montréal, Quebec, Canada, 2017. Disponível em: <<http://crises.uqam.ca/le-centre/presentation.html>>. Acesso em 01 dez. 2017.

DEES, J. G. **The meaning of “social entrepreneurship”.** Stanford, Kauffman Center for Entrepreneurial Leadership, Stanford University, 1998.

DICKEL, S. L. **A função social da propriedade da terra no processo de desapropriação da Fazenda Annoni (1972-1993).** 2016. Dissertação (Mestrado em História) Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Passo Fundo, Rio Grande do Sul, 2016.

DOMANSKI, D.; HOWALDT, J.; KALETKA, C. A comprehensive concept of social innovation and its implications for the local context – on the growing importance of social innovation ecosystems and infrastructures. **European Planning Studies**, v. 28, n. 3, p. 454-747, 2020.

EDWARDS-SCHACHTER, M. E.; MATTI, C. E.; ALCÁNTARA, E. Fostering Quality of Life through Social Innovation: a living lab methodology study case. **Review of Policy Research**, n. 29, p. 672-692, 2012.

EDWARDS-SCHACHTER, M.; WALLACE, M. L. Shaken, but not stirred: Sixty years of defining social innovation. **Technological Forecasting and Social Change**, v. 119, p. 64-79, 2017.

FAIRWEATHE, George W. **Methods for experimental social innovation.** New York: Wiley, 1967.

FERNANDES, B. M. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.

FERRARINI, A. V. Ethos of social innovation: in search of a decolonizing analysis. *In*: BANEERJE, S.; CARNEY, S.; HULGARD, L. (Orgs.) **People centered social innovation: global perspectives on an emerging paradigm**. Londres: Routledge, v. 1, p. 89-109, 2019.

FERRARINI, A. V. *et al.* V. Empreendimento econômico solidário e empresa social: ampliando abordagens e integrando conceitos no diálogo Norte-Sul. **Polis (Santiago en Línea)**, v. 49, p. 299-322, 2018.

FERRARINI, A. V. O Ethos da Inovação Social: implicações ético-políticas para o estudo de práticas produzidas em diferentes ambientes. **Contemporânea** - Revista de Sociologia da UFSCar, v. 6, n. 2, p. 447- 466, jul./dez. 2016.

FONTAN, Jean-Marc. L'innovation et la Transformation Sociales: Accompagner et qualifier l'extension du sociétal par la recherche partenariale. *In*: KLEIN, J. L. *et al.* (Orgs.) **La transformation sociale par l'innovation sociale**. Collection Innovation sociale. Presses de L'Université du Québec, 2016, p. 131-143.

FRANÇA FILHO, G. C. Terceiro setor, economia social, economia solidária e economia popular: traçando fronteiras conceituais. **Bahia Análise e Dados**. Salvador, SEI/Governo da Bahia, v. 12, n. 1, jun. 2002.

FRANÇA FILHO, G. C.; LAVILLE, J. L. **Economia solidária: uma abordagem internacional**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

GABOR, D. **Innovations: scientific, technological, and social**. Oxford University Press, London, UK, 1970.

GAIGER, L. I.; FERRARINI, A.; VERONESE, M. O Conceito de Empreendimento Econômico Solidário: Por uma Abordagem Gradualista. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 61, n. 1, p. 137-169, 2018.

GAIGER, L. I. Des voies oubliées, des sentires: la solidarité au centre de l'innovation sociale en Amérique latine. *In*: KLEIN, J. L. *et al.* (Orgs.) **La transformation sociale par l'innovation sociale**. Collection Innovation sociale. Presses de L'Université du Québec, 2016.

GAIGER, L. I. A economia solidária e a revitalização do paradigma cooperativo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 28, n. 82, p. 211-228, 2013.

GAIGER, L. I. A racionalidade dos formatos produtivos autogestionários. **Sociedade e Estado**, v. 21, n. 2, p. 513-544, 2006.

GAIGER, L. I. Antecedentes e expressões atuais da economia solidária. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v. 84, p. 81-99, 2009.

GAIGER, L. I. As condições socioculturais do engajamento no MST. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 13, p.70-92, 1999.

GODIN, B. **Social Innovation**: utopias of innovation from c.1830 to the present project on the intellectual history of innovation. Working Paper. Collection Études théoriques. Montreal, CRISES, n. 11, 2012. Disponível em: <<http://www.csiic.ca/PDF/WorkingPaper21.pdf>>. Acesso em 10 set 2017.

GODOI, C. K.; MELLO, R. B.; SILVA, A. B. **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais**: paradigmas, estratégias e métodos. Barra Funda: Saraiva, 2006.

GOHN, M. G. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, v. 16 n. 47, p.333-361, 2011.

GRAZIANO DA SILVA, J. Quem precisa de uma estratégia de desenvolvimento. **Textos para discussão Nead**. Campinas/SP, v. 2, n. 552, 2001.

HAXELTINE, A. *et al.* **Transformati ve social innovati on**: A sustainability transiti ons perspecti ve on social innovati on. Proceedings of the Nesta Conference Social Fronti ers: The Next Edge of Social Science Research, London, UK, 2013.

HAXELTINE, A. *et al.* A Framework for transformative social innovation (TRANSIT Working Paper #5). **TRANSIT Working Paper 5**, November, 2016. Disponível em:<<https://doi.org/10.13140/RG.2.2.30337.86880>>. Acesso em 20 jan. 2019.

HAXELTINE, A. *et al.* **Towards a TSI theory**: a relational framework and 12 propositions, (TRANSIT working paper; 16, December 2017), TRANSIT: EU SSH.2013.3.2-1 Grant agreement no: 613169, 2017.

HAXELTINE, A. *et al.* Transformative Social Innovation: A Sustainability Transitions Perspective on Social Innovation”. *In*: **NESTA Conference Social Frontiers: The Next Edge of Social Science Research**, November, London UK, 2013. Disponível em:<<http://www.scribd.com/doc/191799102/Transformative-social-innovations-A-sustainability-transition-perspective-on-social-innovation>>. Acesso em 10 jan 2019.

HOLT, K. Social Innovations in Organizations. **Int. Stud. Manag. Organ**, v. 1, n. 3, 235–252, 1971.

HOWALDT, J.; SCHWARZ, M. Soziale Innovation - Gesellschaftliche Herausforderungen und zukünftige Forschungsfelder. *In*: JESCHKE, S. *et al.* (Orgs.). **Enabling Innovation**. Springer, Berlin, 2011.

HOWALDT, J.; SCHWARZ, M. Social Innovation and Human Development – How the Capabilities Approach and Social Innovation Theory Mutually Support Each Other. **Journal of Human Development and Capabilities**, v. 18, n. 2, p. 163-180, 2017.

IZERROUGENE, B. A economia política do cognitivo. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 34., 2006, Salvador. **Anais [...]** Salvador: ANPEC, 2006. p. 131- 156.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Síntese de indicadores sociais** 1999, n. 4, 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Síntese de**

indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2017. Rio de Janeiro: IBGE, nº 37, 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Cidades e Estados.** 2019. Disponível em: <ibge.gov.br/cidades-e-estados.html?view=municipio>. Acesso em 17 jan. 2020.

JUAREZ, P. *et al.* **Transformative social innovation:** La Vía Campesina : a summary report of the case study on La Vía Campesina. TRANSIT: EU SSH.2013.3.2-1 Grant agreement no: 613169, 2016.

JUAREZ, P. *et al.* **WP 4:** case study report: La Via Campesina, TRANSIT: EU SHH.2013.3.2-1 Grant agreement no: 613169., 2015

JUNGSBERG, L. *et al.* Key actors in community-driven social innovation in rural areas in the Nordic countries. **Journal of Rural Studies**, v. 79, p. 276-285, 2020.

KAGEYAMA, A. A. Desenvolvimento rural: conceito e um exemplo de medida. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA RURAL, 42., 2004, Cuiabá, Mato Grosso. **Anais [...]** Cuiabá: SOBER, 2004.

KAGEYAMA, A. A. **Desenvolvimento rural:** conceitos e aplicação ao caso brasileiro. Porto Alegre: Editora da UFRGS: Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, 2008.

KLEIN, J. L. *et al.* **La transformation sociale par l'innovation sociale.** Collection Innovation sociale. Québec: Presses de L'Université du Québec, 2016.

LAVILLE, J. L. L'économie sociale et solidaire, l'entrepreneuriat social et l'innovation sociale: une mise en perspective historique. In: KLEIN, J.L. *et al.* (Orgs.) **La transformation sociale par l'innovation sociale.** Collection Innovation sociale. Presses de L'Université du Québec, 2016.

LAVILLE, J. L. Solidariedade. In: CATTANI, A. *et al.* (Orgs.). **Dicionário internacional da outra economia.** Coimbra: Almedina, 2009, p.145-149.

LAVILLE, J. L.; GAIGER, L. I. Economia Solidária. In: CATTANI, A. *et al.* (Orgs.). **Dicionário internacional da outra economia.** Coimbra: Almedina, 2009, p.162-168.

LÉVESQUE, B. As inovações sociais podem contribuir para transformações, mas isso não é tão evidente. **Revista Ciências em Debate**, v. 1, n. 2, p. 179-199, 2014.

LÉVESQUE, B. Les Innovations sociales et les Transformtions: un enchaînement qui ne va pas de soi. In: KLEIN, J. L. *et al.* (Orgs.) **La transformation sociale par l'innovation sociale.** Collection Innovation sociale. Presses de L'Université du Québec, 2016.

MARQUES, M. I. M. O conceito de espaço rural em questão. **Terra Livre**, São Paulo, v. 18, n. 19, p. 95-112, 2002.

MARTINS, C. B. **O que é Sociologia.** 38 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política. Coleção Os Economistas. V. I (Tomos 1 e 2). São Paulo: Abril Cultural, 1984.

MCGOWAN, K.; WESTLEY, F. At the Root of Change: The History of Social Innovation. *In*: NICHOLLS A.; SIMON J.; GABRIEL M. (Orgs.). **New Frontiers in Social Innovation Research**. Palgrave Macmillan, Londres. 2015.

MELUCCI, A. Um objetivo para os movimentos sociais? Tradução Suely Bastos. **Revista Lua Nova**, São Paulo, n. 17, 1989.

MILLEY, P. *et al.* The evaluation of social innovation: A review and integration of the current empirical knowledge base. **Evaluation**, v. 24, n. 2, p. 237-258, 2018.

MIRANDA, E. L.; FIUZA, A. L. C. Movimentos Sociais Rurais no Brasil: o estado da arte. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília [online]. 2017, v. 55, n. 1, p.123-136, jan. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032017000100123&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 25 jan. 2018.

MONTEIRO, A. O que é a Inovação Social? Maleabilidade Conceitual e Implicações Práticas. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 62, n. 3, e20170009, 2019. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582019000300201&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 dez 2019.

MORIN, E. **Introdução ao Pensamento Complexo**. Tradução Eliane Lisboa. Porto Alegre: Ed. Sulina, 2005.

MOULAERT, F.; MACCALLUM, D.; HILLIER, J. Social Innovation: intuition, precept, concept, theory and practice. *In*: MOULAERT, F. *et al.* (Orgs.). **The International Handbook on Social Innovation**. Cheltenham - UK: Edward Elgar Publishing, 2013, p. 13-24.

MULGAN, G.; TUCKER, S.; SANDERS, B. **Social Innovation**: what it is, why it matters and how it can be accelerated. London, The Young Foundation, 2007. Disponível em: <http://eureka.sbs.ox.ac.uk/761/1/Social_Innovation.pdf>. Acesso em: 01 set. 2017.

MULGAN, G. The process of social innovation. **Innovations: Technology, Governance, Globalization**, v. 1, n. 2, p. 145-162, 2006.

MUMFORD, M. D. Social Innovation: ten cases from Benjamin Franklin. **Creativity Research Journal**, v. 14, n. 2, p. 253-266, 2002.

MURRAY, R.; CAULIER-GRICE, J.; MULGAN, G. **The Open Book of Social Innovation**. London: NESTA/The Young Foundation, 2010. Disponível em: <www.nesta.org.uk/publications/assets/features/the_open_book_of_social_innovation>. Acesso em: 10 jun. 2017.

NEUMEIER, S. Why do social innovations in rural development matter and should they be considered more seriously in rural development research? Proposal for a Stronger Focus on Social Innovations in Rural Development Research. **Sociologia Ruralis**, v. 52, n. 1, p. 48-69, 2012.

NEUMEIER, S. Social innovation in rural development: identifying the key factors of success. **The Geographical Journal**, v. 183, n. 1, p. 34-46, 2016.

NICHOLLS, A. The Legitimacy of Social Entrepreneurship: reflexive isomorphism in a pre-paradigmatic field. **Entrepreneurship Theory and Practice**, v. 34, n. 4, p. 611-633, 2010.

OLIVEIRA, A. U. **A Mundialização da Agricultura Brasileira**. São Paulo: Iânde Editorial, 2016.

OECD/EUROSTAT. **Oslo Manual 2018**: Guidelines for Collecting, Reporting and Using Sata on Innovation. 4. ed. The measurement of Scientific, Technological and Innovation Activities, OECD, Publishing, Paris/Eurostat, 2018.

OXFAM BRASIL. **Terrenos da desigualdade**: Terra, agricultura e desigualdade no Brasil rural, 2016a. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/sites/default/files/arquivos/relatorio-terrenos_desigualdade-brasil.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2018.

PAIVA, M. S. *et al.* Inovação e os efeitos sobre a dinâmica de mercado: uma síntese teórica de Smith e Schumpeter. **Interações**, Campo Grande, v. 19, n. 1, p. 155-170, 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S151870122018000100155&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 07 mai. 2019.

PEL, B. *et al.* Deliverable 5.4: Synthesis report: meta-analysis of Critical Turning Points in TSI, TRANSIT: EU SSH. 2013.3.2-1. Grant agreement no: 613169, 2017.

PHILLS, Jr. J. A; DEIGLMEIER, K.; MILLER, D. T. **Rediscovering Social Innovation**. Stanford Social Innovation Review, v. 6, n. 4, p.1-18, 2008.

PEL, B., DUMITRU, A. **Transformative social innovation narrative of RIPESS**. TRANSIT: EU SSH.2013.3.2-1 Grant agreement no: 613169, 2015.

PEL, B., LEMA-BLANCO, I., DUMITRU, A. **RIPESS**; WP4 case study report, TRANSIT. TRANSIT: EU SSH.2013.3.2-1 Grant agreement no: 613169, 2017.

PEL, B. *et al.* **Deliverable 5.4**: Synthesis report: meta-analysis of Critical Turning Points in TSI, TRANSIT: EU SSH.2013.3.2-1 Grant agreement no: 613169, 2017.

POL, P; VILLE, S. Social innovation: buzz word or enduring term? **The Journal of Socio Economics**, v. 38, p. 878-885, 2009.

POLANYI, Karl. **A grande transformação**: as origens da nossa época. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

POLMAN, N. *et al.* Social Innovation in Marginalized Rural Areas. **Report D2.1**. Agreement No 677622, 2017.

PLOEG, J. D. van der. *et al.* Rural Development: from practices and policies towards theory. **Sociologia Ruralis**, Oxford, v. 40, n. 3, p. 391-407, 2000.

QUINTANEIRO, T. *et al.* **Um toque de clássicos: Marx, Durkheim e Weber**. 2. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

RAVAZZOLI, E. *et al.* Can social innovation make a change in European and Mediterranean marginalizes areas? Social innovation impact assessment in agriculture, fisheries, forestry, and rural development. **Sustainability**, v. 13, n. 4, p. 1-27, 2021.

RICARDO, D. **Princípios de economia política e tributação**. Trad. P. H. R. Sandroni. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

ROLLIN, J.; VINCENT, V. Acteurs et processus d'innovation sociale au Québec. Le Réseau Québécois en Innovation Sociale, 2007.

SÁNCHEZ-MARTÍNEZ, J.D. *et al.* Social Innovation in Rural Areas? The case of Andalusian Olive Oil Co-operatives. **Sustainability**, v. 12, n. 23, 2020.

SCHNEIDER, S.; ESCHER, F. A contribuição de Karl Polanyi para a sociologia do desenvolvimento rural. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 13, n. 27, p. 180-219, 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222011000200008&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 05 fev. 2018.

SCHUMPETER, J. A. **Teoria do Desenvolvimento Econômico**. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

SCHERMER, M.; KROISMAYR, S. Social innovation in rural areas. **Österreich Z Soziol**, v. 45, p. 1-6, 2020.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SMITH, A. **A riqueza das nações**. Rio de Janeiro: Nova Cultural, 1996.

SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

STEDILLE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava Gente: A Trajetória do MST e a Luta pela Terra no Brasil**. São Paulo: Perseu Abramo, 1999.

TARDIF, C; HARRISSON, D. Complémentarité, convergence e transversalité: la conceptualization de l'innovation sociale au CRISES. In: Centre de Recherche Sur Les Innovation Sociales. **Cahiers du CRISES**. Québec, 2005.

TAYLOR, J. B. Introducing Social Innovation. **The Journal of Applied Behavioral Science**, v. 6 n. 1, p. 69-77, 1970. Disponível em: <http://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/002188637000600104>. Acesso em 20 jan. 2018.

TEPSIE. **A deliverable of the project: 'The theoretical, empirical and policy foundations for building social innovation in Europe'** (TEPSIE), European Commission – 7th Framework Programme. Brussels: European Commission, DG Research. Disponível em: http://www.tepsie.eu/images/documents/research_report_final_web.pdf. Acesso em jul. 2116.

THE YOUNG FOUNDATION. **Social Innovation Overview**: A deliverable of the project: “The theoretical, empirical and policy foundations for building social innovation in Europe”. (TEPSIE) Brussels European Commission, DG Research, 2012.

TORRE, D. C. *et al.* The role of Agency in the Emergence and Development of Social Innovation in Rural Areas. Analysis of Two Cases of Social Farming in Italy and The Netherlands. **Sustainability**, v. 12, n. 11, 2020.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa e ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 2010.

VEIGA, J. E. **Cidades imaginárias**: O Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas, SP: Autores Associados, 2002.

VERCHER, N. *et al.* Whose Narrative is it Anyway? Narratives of Social Innovation in Rural Areas – A Comparative Analysis of Community-Led Initiatives in Scotland and Spain. **Sociologia Ruralis**, v. 61, p. 163-189, 2020.

WANDERLEY, M. N. B. Olhares sobre o rural brasileiro. **Raízes**, v. 23, n. 1, jan./dez. 2004.

WESTLEY, F.; ZIMMERMAN, B.; PATTON, M. Q. **Getting to maybe: how the world is changed**. Toronto: Random House, 2006.

WITTMAYER, J. M.; AVELINO, F.; AFONSO, R. **Transformative social innovation narrative of the Impact Hub**: a summary. TRANSIT: EU SSH.2013.3.2-1 Grant agreement no: 613169, 2015.

YIN, R. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 6. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

APÊNDICES

Apêndice A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Você está sendo convidado a participar da tese de doutorado intitulada: INOVAÇÃO SOCIAL NO MEIO RURAL: do acampamento na Fazenda Annoni até a Cooperativa de Produção Agropecuária Cascata Ltda (COOPTAR). O trabalho será realizado pela acadêmica Denise de Oliveira, do curso de Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, orientado pela professora Dra. Adriane Vieira Ferrarini. O objetivo central deste estudo é identificar, caracterizar e analisar as inovações sociais ao longo da trajetória da cooperativa, identificando os elementos facilitadores à geração da inovação social. E como Objetivos específicos: a) compreender as diferentes perspectivas históricas e teórico-conceituais da inovação social e suas implicações práticas; b) identificar e caracterizar as inovações sociais ao longo da trajetória da comunidade; c) conhecer os elementos que propiciaram a constituição de um ambiente inovador; d) analisar a multidimensionalidade típica das formas contra hegemônicas da economia solidária, no papel do indivíduo no coletivo, na ação das lideranças e da autonomia da comunidade.

Sua participação nesta pesquisa será voluntária e consistirá em responder uma entrevista semiestruturada sobre o histórico e a trajetória de consolidação da COOPTAR, os maiores obstáculos enfrentados pela comunidade ao longo do tempo e a iniciativas inovadoras geradas para a superação destes. O tempo estimado para realizar a entrevista é de 60 minutos. A pesquisadora irá ao encontro dos participantes, sendo a coleta de dados realizada nas respectivas residências. Não há riscos em sua participação nesta pesquisa.

Os participantes da pesquisa que vierem a sofrer qualquer tipo de dano resultante de sua participação na pesquisa, previsto ou não neste documento, têm direito à indenização, por parte do pesquisador e da instituição envolvida nas diferentes fases da pesquisa.

Garantimos o sigilo de seus dados de identificação primando pela privacidade e por seu anonimato. Manteremos em arquivo, sob nossa guarda, por 5 anos, todos os dados e documentos da pesquisa. Após transcorrido esse período, os mesmos serão destruídos. Os dados obtidos a partir desta pesquisa não serão usados para outros fins além dos previstos neste documento.

Você tem a liberdade de optar pela participação na pesquisa e retirar o consentimento a qualquer momento, sem a necessidade de comunicar-se com a pesquisadora.

Este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido será rubricado em todas as folhas e assinado em duas vias, permanecendo uma com você e a outra deverá retornar a pesquisadora. Abaixo, você tem acesso ao telefone e endereço eletrônico institucional da pesquisadora responsável, podendo esclarecer suas dúvidas sobre o projeto a qualquer momento no decorrer da pesquisa.

Nome da pesquisadora responsável:

Telefone da pesquisadora responsável:

E-mail institucional da pesquisadora responsável:

Assinatura do pesquisador responsável

Local e data: _____, _____ de _____ 2020.

Declaro que li o TCLE: concordo com o que me foi exposto e aceito participar da pesquisa proposta.

Assinatura do participante da pesquisa

Apêndice B - Inovação Social Transformadora - Roteiro de Entrevista

- ✓ Solicitação de autorização para gravação da entrevista, que será posteriormente transcrita para análise.
- ✓ Solicitação de assinatura de um formulário de consentimento (anexo) para participar do estudo.

Esclareço que esta entrevista tem finalidade **única e exclusiva** de coletar dados para análise da minha pesquisado de doutorado, em andamento pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais - PPGCS/UNISINOS. O estudo tem como objetivo central compreender as experiências da COOPTAR do Assentamento 16 de Março de Pontão/RS e sua trajetória à luz das teorias e dos modelos de inovação social transformadora.

1. identificação do participante

Nome:	Idade:	Sexo:
Escolaridade:	Local e data:	
Função/atividade/relação com a COOPTAR		
Ocupa/ocupou algum cargo específico Cooperativa?		Qual?
Possui histórico de participação em outros coletivos/movimentos ou organizações?		Qual(is)?

2. Considerando sua participação ou proximidade na trajetória da organização coletiva vivenciada na Cooperativa de Produção Agropecuária Cascata Ltda (COOPTAR), quais foram as maiores dificuldades enfrentadas pelo coletivo ao longo do tempo e como estas questões foram sendo enfrentadas?

3. Considerando as dificuldades (questão anterior), quais das iniciativas criadas mudaram a forma de pensar e de agir do coletivo? Quais foram os ganhos gerados por estas iniciativas?

4. Em sua percepção, quando surgem necessidades e/ou problemas do coletivo:

- Como as informações são articuladas e conduzidas para geração de alternativas e/ou soluções?
- Como se dá a implementação destas iniciativas encontradas pelo coletivo?

5. Em relação a autonomia/protagonismo dos cooperados da COOPTAR:

- Como se dá a participação individual no coletivo para o desenvolvimento de iniciativas?
- Como se dá a aprendizagem e a colaboração entre os sujeitos no desenvolvimento das iniciativas?
- Qual a motivação que une os cooperados na iniciativa?

6. Em relação às lideranças no processo de enfrentamentos às diversas necessidade/dificuldades coletivas:

- Quem são as pessoas que debatem e buscam alternativas diante aos problemas (que apontam as necessidades)?
- Há algumas mais ativas que outras?

7. Que elementos (econômico, político, cultural, ambiental, social, etc.) influenciam na geração de alternativas e na constituição dessa vivência cooperativada ao longo do tempo?

8. Sinta-se à vontade para outras considerações que julgue importante sobre a trajetória da COOPTAR que não foram contempladas por esse roteiro.